



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Jeann Bruno Ferreira da Silva

**EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
FEDERAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: OS DESAFIOS DA GESTÃO  
UNIVERSITÁRIA**

**PALMAS - TO**

**2023**

**JEANN BRUNO FERREIRA DA SILVA**

**EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
FEDERAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: OS DESAFIOS DA GESTÃO  
UNIVERSITÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa de Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, como requisito à obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Aparecida da Rocha Silva

**PALMAS - TO**

**2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- F383e Ferreira da Silva, Jeann Bruno.  
EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: OS DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA. / Jeann Bruno Ferreira da Silva. – Palmas, TO, 2023.  
158 f.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2023.  
Orientadora : MONICA APARECIDA DA ROCHA SILVA  
1. Gestão universitária. 2. Educação Superior. 3. Pandemia da COVID-19. 4. Região Norte do Brasil. I. Título

**CDD 338.9**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**JEANN BRUNO FERREIRA DA SILVA**

**EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS  
FEDERAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: OS DESAFIOS DA GESTÃO  
UNIVERSITÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, na linha de pesquisa de Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, como requisito à obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Aparecida da Rocha Silva

Aprovada em: 14/07/2023

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva  
Orientadora, (PPGDR/UFT)

---

Prof. Dra. Ana Lúcia Medeiros  
Examinadora interna, (PPGDR/UFT).

---

Prof. Dr. João Aparecido Bazzoli  
Examinadora interno, (PPGDR/UFT).

---

Prof. Dra Ney Cristina Monteiro de Oliveira  
Examinador externo, (PPGE/UFP)

---

Thelma Pontes Borges  
Examinador externo, (PPGDire)

Palmas, 2023.

*Para Maria de Jesus, com todo meu carinho.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria de Jesus, que tem me acompanhado em todo o meu desenvolvimento e, principalmente, por sempre ter me mostrado que o caminho para a liberdade começa pelo conhecimento, foi por meio desse caminho que alcancei a minha liberdade.

À minha mulher, Jéssica Costa Aguiar, por, há mais de 15 anos, acreditar no meu potencial, vibrar com minhas vitórias enxergar o meu melhor. Te amo!

Ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UDT), agradeço a oportunidade em ter colaborado e aprendido com todo o corpo docente, compartilhado experiências profissionais com o corpo discentes e à presteza dos colaboradores da secretaria e coordenação do programa em atender todas as minhas demandas.

Agradeço especialmente à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva, pela paciência e disponibilidade ao longo de toda essa trajetória, por mediar o conhecimento e me conceder autonomia para pesquisar e fazer com que percebesse o real papel da ciência e sua relevância para a sociedade em que vivemos. Obrigado por acreditar! Sem você, nada seria possível!

Aos membros participantes da banca, minha total gratidão por também colaborarem para o produto final dessa longa jornada que é esta tese, bem como por fazerem eu perceber que também se trata de um recomeço.

## RESUMO

Consideradas elementares para o desenvolvimento regional, as universidades públicas federais consolidaram seu espaço de protagonismo apontando soluções eficientes para problemas de ordem social. Nessa perspectiva, com o advento da pandemia da COVID-19 houve a necessidade que estas universidades reinventassem seus respectivos processos de ensino-aprendizagem, bem como inovar no desenvolvimento de pesquisa científica de qualidade, investirem em tecnologia e ainda atuarem na prestação de serviços à comunidade e promoção da cultura. Essa pesquisa teve como objetivo averiguar como universidades públicas da Região Norte do Brasil atuaram frente aos desafios vivenciados durante a pandemia da COVID-19. Como procedimentos da pesquisa, foram realizadas entrevistas com gestores, análise de documentos, notícias e páginas da *web*, bem como o a realização de revisão sistemática da literatura. Assim, foi possível identificar as alternativas que a gestão acadêmica adotou para garantir a manutenção do ensino superior durante esse período. Com a metodologia utilizada para analisar os dados coletados, tanto por meio de pesquisa documental quanto por análise de conteúdo das falas dos gestores entrevistados, foi possível concluir que as IFES pesquisadas reassumiram os seus lugares na sociedade por meio de sua atuação voltada para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas por meio da produção de ciência em diferentes áreas do conhecimento, buscando soluções para desafios locais e contribuindo para o desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Gestão universitária; Educação Superior; Pandemia da COVID-19.

## ABSTRACT

Considered essential for regional development, federal public universities have consolidated their role as protagonists by pointing out efficient solutions to social problems. In this perspective, with the advent of the COVID-19 pandemic, there was a need for these universities to reinvent their respective teaching-learning processes, as well as to innovate in the development of quality scientific research, invest in technology, and also engage in community service and cultural promotion. This research aimed to investigate how public universities in the Northern Region of Brazil acted in the face of the challenges experienced during the COVID-19 pandemic. As research procedures, interviews with managers, analysis of documents, news, and web pages were conducted, as well as the systematic review of literature. Thus, it was possible to identify the alternatives that academic management adopted to ensure the maintenance of higher education during this period. With the methodology used to analyze the collected data, both through documentary research and content analysis of the statements of the interviewed managers, it was possible to conclude that the surveyed Federal Higher Education Institutions (IFES) reassumed their roles in society by acting towards the development of the regions in which they are located through the production of science in different areas of knowledge, seeking solutions to local challenges, and contributing to regional development.

**Keywords:** University Management; Higher Education; Pandemic of COVID-19.



## RESUMEN

Consideradas fundamentales para el desarrollo regional, las universidades públicas federales han consolidado su papel de liderazgo al señalar soluciones eficientes a los problemas sociales. En esta perspectiva, con la llegada de la pandemia de COVID-19, hubo la necesidad de que estas universidades reinventaran sus respectivos procesos de enseñanza-aprendizaje, innovaran en la investigación científica de calidad, invirtieran en tecnología y también desempeñaran un papel importante en la prestación de servicios a la comunidad y la promoción de la cultura. Esta investigación tuvo como objetivo investigar cómo las universidades públicas en la Región Norte de Brasil enfrentaron los desafíos durante la pandemia de COVID-19. Como procedimientos de investigación, se realizaron entrevistas con administradores, análisis de documentos, noticias y páginas web, así como una revisión sistemática de la literatura. De esta manera, fue posible identificar las alternativas adoptadas por la gestión académica para garantizar el mantenimiento de la educación superior durante este período. Con la metodología utilizada para analizar los datos recopilados, tanto a través de la investigación documental como del análisis de contenido de las entrevistas con los administradores entrevistados, se pudo concluir que las instituciones federales de educación superior investigadas retomaron su papel en la sociedad al centrarse en el desarrollo de las regiones en las que están ubicadas a través de la producción de conocimiento científico en diversas áreas, buscando soluciones a los desafíos locales y contribuyendo al desarrollo regional.

**Palabras clave:** Gestión universitaria; Educación Superior; Pandemia de COVID-19.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Mapa do Brasil por Grandes Regiões.....	30
Figura 2. Mapa da Amazônia Legal Brasileira.....	57
Figura 3. Mapa da Bacia do Rio Amazonas.....	58
Figura 4. Relação entre as unidades de contexto e unidades de registro sobre o tema acessibilidade aos estudantes.....	87
Figura 5. Quantidade de estudantes assistidos por Modalidade de Auxílio/Bolsa em 2021.....	99
Figura 6. Cadeia de Valor da Extensão na UFRR.....	125

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1. Variação entre a taxa de desemprego entre os anos de 2019 e 2020.....	41
Gráfico 2. Distribuição da população por região no Brasil segundo linhas de pobreza.....	85
Gráfico 3. Editais de seleção para Ingresso na Pós-Graduação publicados.....	110
Gráfico 4. Evolução do número de publicações de pesquisadores da UFPA.....	111
Gráfico 5. Colações de Grau Antecipadas no âmbito da UFT.....	117
Gráfico 6. Evolução do Quantitativo de Bolsas PIBIC 2017-2021.....	119
Gráfico 7. Distribuição de itens / Programa UFT em Ação Social.....	127

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Receitas da União e Despesas das IFES no período de 2013 a 2020.....	67
Tabela 2. Auxílios acadêmicos vigentes na UNIR.....	100
Tabela 3. Ações inovadoras da UFT.....	116
Tabela 4. N° de Bolsas de Extensão Concedidas entre os anos de 2020, 2021 e 2022.....	124

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Universidades Federais das Região Norte do Brasil.....	31
Quadro 2. Relação entre as Unidades de Registro e Unidades de Contexto.....	33
Quadro 3. Relação entre as UC e Categorias Finais de Análise.....	35
Quadro 4. Relação entre os Objetivos Propostos e as Técnicas de Coleta de Dados.....	36
Quadro 5. Exemplos de algumas ações estratégicas realizadas por universidades públicas no Brasil.....	46
Quadro 6. Estudos sobre o Papel da Universidade no Desenvolvimento Regional durante a Pandemia da COVID-19.....	49
Quadro 7. Estudos sobre a utilização do ERE durante a COVID-19.....	49
Quadro 8. Missão, Visão e Princípios/Valores de IFES da região Norte do Brasil.....	73
Quadro 9. Desafios para a gestão acadêmica da UFAM conforme PDI.....	75
Quadro 10. Medidas adotadas pela UFAM para o enfrentamento da COVID-19 em 2020.....	76
Quadro 11. Notícias sobre os desafios da COVID-19 na UFT.....	79
Quadro 12. Pareceres emitidos pelo Comitê Extraordinário COVID-19 da UFT.....	80
Quadro 13. Desafios para a gestão acadêmica da UNIR conforme PDI.....	82
Quadro 14 Programas/Auxílios respectivos documentos regulatórios.....	88
Quadro 15. Coordenadorias e divisões da Daes da UFRR.....	93
Quadro 16 Quantitativo de benefícios gerenciados pela DAES no ano 2021.....	94
Quadro 17 Notícias sobre a pesquisa científica publicadas no site da UFPA.....	112
Quadro 18 Vídeos didáticos e informativos difundidos no âmbito da UNIR.....	118
Quadro 19 Ações da Extensão na UFAM entre os anos de 2020, 2021 e 2022.....	121
Quadro 20 Principais programas de estímulo à atividade extensionista da UFPA.....	123

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
COVID-19	Novo Coronavírus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNE	Plano Nacional de Educação
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIR	Universidade Federal de Roraima

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1 Objetivo Geral .....	26
1.2 Objetivos específicos:.....	26
1.3 Justificativa.....	28
1.4 Metodologia.....	27
1.4.1 Procedimentos Metodológicos.....	28
1.4.2 Metodologia de Análise de Dados.....	32
1.4.3 Aspectos Éticos.....	37
1.4.4 Estrutura dos Capítulos.....	37
<b>2 O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONTEXTO E TEORIA.....</b>	<b>40</b>
2.1 A gênese da Pandemia da COVID-19 e seus efeitos globais.....	40
2.2 O negacionismo científico e a morosidade na distribuição de vacinas no Brasil.....	42
2.3 Reflexos da Pandemia nas Universidades e relação com o Desenvolvimento Regional...	45
2.3.1 Considerações finais sobre a seção.....	55
<b>3. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA.....</b>	<b>57</b>
3.1 O território da Amazônia Legal Brasileira.....	57
3.2 Os efeitos da pandemia da COVID-19 para o desenvolvimento da Amazônia.....	61
3.3 A atuação das Universidades e o uso de TICs para promover a inclusão digital.....	63
3.4 Reformas de políticas educacionais no Ensino Superior Brasileiro.....	66
<b>4 ATUAÇÃO DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA DE IFES DA REGIÃO NORTE DO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19.....</b>	<b>70</b>
4.1 Caracterização das IFES Pesquisadas.....	70
4.1.1 A Universidade Federal do Amazonas – UFAM.....	71
4.1.2 A Universidade Federal do Pará - UFPA.....	71
4.1.3 A Universidade Federal de Roraima - UFRR.....	71
4.1.4 A Universidade Federal do Tocantins – UFT.....	72
4.1.5 A Universidade Federal de Rondônia - UNIR.....	72
4.2 O planejamento de ações pelas IFES para o enfrentamento da pandemia.....	73
4.2.1 O planejamento de ações das IFES durante o período da COVID-19.....	74

4.3 A Assistência Estudantil, Programas de Acessibilidade e discentes beneficiados.....	84
4.4 A Gestão do Ensino: os desafios da adoção do Ensino Remoto Emergencial - ERE.....	101
4.5 A Gestão da Pesquisa: os desafios de uma nova agenda e as contribuições à ciência.....	109
4.6 A Gestão da Extensão: as contribuições às comunidades internas e externas.....	120
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)</b> .....	<b>153</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO .....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO.....</b>	<b>157</b>



## APRESENTAÇÃO

Início esta tese a partir da minha trajetória acadêmica e profissional, assim segue esse memorial. Me graduei em Psicologia no ano de 2014, no então Centro Universitário UnirG, atual Universidade de Gurupi, localizada no interior do Estado do Tocantins. Logo – no ano subsequente – me especializei em nível *Lato Sensu* em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Assim, ao final do ano de 2015 iniciei minha carreira como docente na mesma instituição em que me graduei, paralelo à carreira de psicólogo clínico.

Por me dedicar com afinco ao ofício da docência no ensino superior, também fui percebendo que poderia me engajar mais e construir uma carreira acadêmica. Assim, pleiteei vaga como aluno no programa de Mestrado Profissional em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Tocantins – PPGCS/UFT e fui aprovado. Iniciando, então, no início do ano de 2016 e concluindo no final do ano de 2017.

A experiência do mestrado foi elementar para me aperfeiçoar no exercício da docência e também para que me tornasse pesquisador na área de saúde e políticas públicas. Na UnirG, participei de Programas de Iniciação Científica - PIBIC na qualidade de pesquisador colaborador e percebi a necessidade de continuar me aperfeiçoando, assim poderia agregar mais conhecimento com a minha *práxis*.

No ano de 2019 fui aprovado em seleção para aluno regular ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – PPGDR/UFT. No início, as disciplinas e o respectivo aprendizado agregaram mais valor ao que eu já produzia, entretanto percebi que poderia dar um passo maior com base nessa experiência.

Considerando a rápida e ascendente trajetória acadêmica, em 2019, fui convidado para compor chapa candidata à Reitoria da Universidade de Gurupi na qualidade de Vice-Reitor, condição que até o presente momento me possibilitou um outro desafio, iniciar o exercício do cargo de gestor acadêmico logo quando o mundo inteiro foi acometido pela **pandemia da Síndrome Respiratória Aguda Severa - Sars-CoV-2 ou Novo Coronavírus - COVID-19**, com efeitos assoladores na saúde pública e em todos os seguimentos sociais.

Foi necessário reinventar o *modus operandi*<sup>1</sup> de gerir uma instituição de natureza pública, buscando investimentos e prerrogativas de um estado de calamidade para implementar

---

<sup>1</sup> É o modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve ou opera suas atividades.

novas tecnologias e garantir o acesso aos estudantes inversamente proporcional aos índices de evasão acadêmica.

Participar de comitê gestor, comissões, cursos, capacitações, buscar alternativas e modelos de outras instituições por todo o Brasil foi desafiador, pois na condição de pesquisador do PPGDR e escrevendo uma tese, era necessário exercer a objetividade e o rigor científico e buscar contribuir para a área em questão.

Sob esse olhar enquanto gestor e ao mesmo tempo como pesquisador me vi fazendo os seguintes questionamentos: Quem era eu no momento da escrita dessa tese? Seria possível ser totalmente imparcial, sendo o pesquisador, mas, ao mesmo tempo, gestor acadêmico (sou vice-reitor em uma universidade)? Na busca de respostas com o conhecimento já adquirido, por meio da experiência como gestor e acadêmico, percebi a necessidade de garantir a credibilidade e objetividade científica no presente trabalho.

Em que se pese, conciliar rotina de trabalho com estudos, por um lado, teve o ônus, mas, por outro, teve o bônus. Assim, estudar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PGDR foi oportuno para a ampliação do meu conhecimento, logo, minha trajetória no programa por mais que tenha sido exaustiva – pelo fato também de residir em outra cidade – me proporcionou ganhos pessoais, profissionais e principalmente como pesquisador na linha de Políticas Públicas da Educação Superior.

E é a partir dessa breve experiência de 9 anos como multiprofissional, exercendo minhas funções como psicólogo, docente no ensino superior e gestor público, me propus a continuar pesquisando. Logo, esta tese contribui para área, desde o seu processo de trabalho quanto à apresentação dos resultados.

Assim, a utilização de recursos tecnológicos para a construção desta tese foi elementar para a realização das entrevistas por *webconferência*, busca de dados públicos em painéis interativos, *dashboards*<sup>2</sup> e coleta de informações por meio de formulários eletrônicos. Tais recursos serviram para romper com barreiras geográficas e reduzir custos que poderiam ser maiores caso houvesse contato físico com os entrevistados de maneira presencial. Vale ressaltar que o distanciamento social foi a primeira recomendação quando a pandemia foi decretada pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

Não se trata da utilização de recursos novos à uma realidade já existente, trata-se de recursos já existentes à uma nova realidade. Parafraseio Jorge Audy (2017, p. 31): “Inovador não é quem tem boas ideias, inovador é quem tem a capacidade de, com uma boa ideia nas

---

<sup>2</sup> É um painel visual que contém informações, métricas e indicadores para análise rápida.

mãos, transformar o mundo a seu redor, agregando valor, seja econômico, social, ou pessoal. Enfrentar e vencer os desafios, transformar, criar o novo”.

No caso das universidades federais brasileiras, além do tolhimento de numerários do plano orçamentário anual que vem ocorrendo desde o ano de 2015, como se não bastasse o sucateamento da educação superior oficializado no final de abril de 2019 com corte de gastos discricionários de R\$ 1,7 bilhão estabelecido pelo governo federal, na primeira semana de outubro de 2022 o mesmo governo formalizou um bloqueio de recursos no Ministério da Educação equivalente a R\$ 1 bilhão, afetando diretamente as atividades das instituições.

Em meio aos desafios aqui colocados, essa tese objetiva contribuir para o planejamento estratégico da gestão universitária em tempos de crise, tanto sanitária quanto econômica.

Em síntese, destaco que todo o custeio desta pesquisa foi financiado com recursos próprios. A mesma também foi devidamente apreciada e aprovada em Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Assim, declaro que não há conflito de interesses nos respectivos resultados.

Jeann Bruno Ferreira da Silva  
Palmas, 06 de junho de 2023

## 1 INTRODUÇÃO

A premissa inicial desse estudo sustenta-se em afirmar que, mesmo em um contexto de pandemia, as universidades públicas federais assumiram um papel social fundamental para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas. Elas continuaram produzindo conhecimento científico, os professores continuaram ministrando as suas aulas – a alternativa encontrada foi adotar o Ensino Remoto Emergencial (ERE) – e atividades de extensão também ficaram em evidência.

A literatura que discorre sobre a temática supracitada evidencia os reflexos da pandemia da COVID-19 no contexto das universidades públicas federais brasileiras e aponta as principais ações da gestão acadêmica destas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para o enfrentamento dos desafios que foram surgindo durante esse período (ARBIX, FRANCO, PIERO 2020; DOS SANTOS, SILVA e DE SOUSA, 2021).

A partir da discussão proposta frente aos desafios que surgiam junto à pandemia, foi exigida da gestão acadêmica maior flexibilidade, criatividade e uma abordagem colaborativa junto às suas comunidades. Isso foi necessário para que continuassem a promover um ensino de qualidade aos estudantes paralelo às incertezas políticas, sociais e econômicas que permeavam as universidades.

Essa discussão ganha maior visibilidade quando se coloca em pauta como estas IFES realizaram o gerenciamento do respectivo orçamento que já vinha se reduzindo exponencialmente há mais de uma década. Os autores Cavalcanti e Guerra (2022) apontam que os cortes no orçamento destinado às IFES ferem a autonomia universitária e ainda colocam em risco o pluralismo de ideias, as concepções pedagógicas, científicas, a autonomia administrativa, a gestão financeira e patrimonial, entre tantas outras conquistas asseguradas pela Constituição Federal de 1988, inclusive a gratuidade da educação superior, que também está prevista da Constituição Federal de 1988.

Diante desse cenário, nota-se que foi crucial encontrar um ponto de equilíbrio em que garantisse que as atividades essenciais dessas IFES não fossem interrompidas, mesmo num período em que as desigualdades sociais e regionais, já existentes no Brasil, foram consideravelmente acentuadas, especificamente nos estados que compõem o território da Amazônia Legal Brasileira, em que estão situadas as universidades objeto desse estudo.

Essas IFES situadas no território da Amazônia Legal Brasileira desempenham um papel essencial para a região em que estão inseridas, ajudando a formar recursos humanos mais qualificados, promovendo e desenvolvendo pesquisa e inovação com base na realidade local,

contribuindo para a sustentabilidade ambiental e social, valorizando a cultura, atraindo investimentos e talentos. Essa combinação de fatores é fundamental para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região norte.

Como há uma gama de evidências apontando que as universidades são historicamente consideradas molas propulsoras para o desenvolvimento social e regional (ROLIM, SERRA, 2009), esse protagonismo tem sido cada vez mais requerido pela própria sociedade situada na região amazônica (SEMESP, 2015).

Ainda sobre esse protagonismo, é fundamental que a universidade pública ocupe seu lugar na sociedade e assuma um papel de liderança em relação ao enfrentamento dos desafios atuais, cabendo ao Estado não medir esforços e investir continuamente para que se viabilize tais ações e o conhecimento avance a partir desse investimento público (RISTOFF, 2020). Para o referido autor, a universidade do futuro será uma rede que fará parte de inúmeras outras redes.

Em se tratando das universidades como força motriz para o desenvolvimento regional, essa preocupação é relativamente recente e deriva de um novo olhar no que concerne aos sistemas de inovação, à competitividade e, sobretudo, à inserção das universidades nessa nova dinâmica, na qual as regiões passaram a ser consideradas de vital importância para a promoção do crescimento e do desenvolvimento econômico (OECD, 2011).

Atualmente também são denominadas como disseminadoras de conhecimento, formadoras de capital humano qualificado, fontes de inovação, “motores” do desenvolvimento e disseminadoras culturais. E, nesse contexto, a percepção de que as universidades são atores cruciais para o processo de desenvolvimento regional é tanto plausível quanto justificável (SERRA; ROLIM; BASTOS, 2018a).

Sob essa perspectiva, há de se considerar que o desenvolvimento – em todas as suas dimensões – tem sua gênese a partir de insatisfações do ser humano e questionamentos sobre os diferentes problemas e dilemas sociais. No caso deste trabalho, a inquietação surgiu a partir da declaração de pandemia da COVID-19.

Num contexto pandêmico, os desafios enfrentados pelas universidades públicas brasileiras foram percebidos por toda a sociedade, comunidade interna e externa. Cabe assinalar aqui a realidade da região norte do Brasil.

A região norte do Brasil, atualmente, possui o quantitativo de 11 (onze) universidades públicas federais, incluindo a recente Universidade Federal do Norte do Tocantins<sup>3</sup>. Assim,

---

<sup>3</sup>Ministério da Educação. Consulta Pública das Universidades Federais da Região Norte do Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso em 08 maio 2021.

como nas demais regiões do país, a pandemia provocou substanciais mudanças na educação superior da região Norte, por exemplo, a suspensão das aulas e demais atividades acadêmicas presenciais a fim de evitar o contágio da COVID-19. Simultaneamente, os desafios para a gestão acadêmica consistiu em gerir demandas de docentes, discentes e demais agentes da comunidade universitária, unindo esforços para a manutenção do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Afora os desafios descritos anteriormente, as IFES vêm sendo atingidas por cortes no orçamento desde o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011 à 2016), e se intensificou a partir do governo do presidente Michel Temer (2016-2018). Assim sendo, a pandemia atingiu o Brasil no momento em que as áreas de ciência, tecnologia e inovação vinha enfrentando a pior situação financeira dos últimos anos<sup>4</sup>.

Quando o ex-Presidente Michel Temer assumiu o governo no ano de 2016, propôs atingir a meta fiscal. Para tanto, efetuou cortes significativos no orçamento nacional ao longo de seu governo, que também refletiram diretamente no orçamento na pasta da Educação.

Em 2017, os investimentos do governo em Educação sofreram um corte de R\$ 4,3 bilhões, cerca de 12%. Em 2018, com a greve dos caminhoneiros em função do preço dos combustíveis, o governo baixou preço do diesel em R\$ 0,46. No discurso oficial do então governo Temer (2016-2018), para compensar esse subsídio de R\$ 9,6 bilhões, era necessário efetuar cortes em diversas pastas, como os orçamentos destinados à Saúde e Educação, R\$ 135 milhões e R\$ 55,1 milhões respectivamente. Em quatro anos, o investimento em educação caiu 56%, de R\$ 11,3 bilhões em 2014 para R\$ 4,9 bilhões em 2018. O orçamento teve redução de 11,7%, R\$ 117,3 bilhões em 2014, R\$ 103,5 bilhões em 2018 (MEIRELES NETO; SILVA CARDOSO; AMANAJÁS PENA, 2019).

Dados sobre a gestão Bolsonaro (2019 – 2022) à frente do Governo Federal apontam que, no ensino superior, o governo autorizou cortes de até 70% das bolsas para cursos de pós-graduação. Em especial para os cursos da área de ciências humanas e sociais aplicadas que, segundo o próprio governo, tinha menor potencial de construção de conhecimento nas pesquisas e retorno financeiro para o país. Com exceção da região da Amazônia Legal, estes cursos

---

<sup>4</sup>Agência Senado. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em 06 mai 2021.

tiveram redução de 70% para novas bolsas, conforme anunciou Zena Martins em entrevista coletiva (REVISTA FÓRUM, 2019).

O corte de verbas nas universidades federais ocorreu por meio do Decreto Nº. 9.741 do 29 de março de 2019, na gestão do Ministro da Educação Abraham Weintraub. Com esse instrumento legal, quando consideramos todas as universidades, o corte foi de R\$ 1,7 bilhão, o que representa 24,84% dos gastos não obrigatórios (chamados de discricionários) e 3,43% do orçamento total das federais (AGUILAR; FRANÇA, 2020).

Na gestão Bolsonaro, o Ministério da Educação (MEC) compôs no seu rol 5 (cinco) ministros da educação, sendo: 1º.) Ricardo Wéles, que permaneceu de janeiro à abril de 2019; 2º.) Abraham Weintraub, de abril de 2019 à junho de 2020 foi o segundo e permaneceu no cargo por pouco mais de 2 (dois) meses; Carlos Decotelli, anunciado pelo presidente 13 (treze) dias após a saída de Weintraub, mas foi cancelada sua nomeação; 3º.) Renato Feder, que recebeu o convite do presidente, mas recusou-se a aceitar o cargo; 4º.) Milton Ribeiro, que ficou à frente do ministério até março de 2022; 5º.) o último ministro do referido governo foi Victor Godoy, permanecendo até o final da gestão (GRECCHI, CARDIM, 2020; ANDES 2022).

Este cenário apresentou-se como um contrassenso ao que rege a Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI e a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), que em seu art. 205, reza a educação como direito universal, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração social para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Convém reforçar que a garantia desses direitos, no contexto de instabilidade política, cortes orçamentários em Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, somado ao avanço desenfreado da pandemia da COVID-19, pairou um cenário de incertezas.

Sob este crivo, cabe uma ilustração sobre o que rege o Plano Nacional de Educação – PNE em vigor, que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

No texto inicial da meta 12 (doze) do referido Plano, apresentou-se a necessidade de elevação da taxa de matrículas na educação superior no segmento público, bem como no item 12.1 traz a necessidade de “otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação” e no item 12.5 “ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas [...]” (BRASIL, 2014).

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, na data de 18 de fevereiro de 2021 protocolou à Câmara dos Deputados o Ofício 005/2021, que no seu texto frisou as dificuldades enfrentadas pelas universidades na manutenção do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão a partir da redução de despesas discricionárias e que o orçamento deveria imediatamente ser revisto (ANDIFES, 2021).

No referido ofício também foi frisado que, diante deste cenário somado à atual situação pandêmica no país, também havia dificuldades para que as universidades contemplassem todas as demandas pertinentes à pasta de assistência estudantil, atingindo principalmente os estudantes de baixa renda, considerados indivíduos em situação de vulnerabilidade social (ANDIFES, 2021).

Entretanto, o próprio governo federal apresentou uma tendência conservadora ao esvaziar a discussão sobre a democratização da educação, haja vista que as medidas relatadas anteriormente afetaram as IFES e dificultaram a promoção do desenvolvimento econômico e social por meio da linearidade entre ciência, tecnologia e inovação. Essa tendência e postura presidencial também foi considerada um contrassenso à Inovação Educacional, defendida pelo pesquisador e antropólogo Roberto Salviani (1995).

Outro pesquisador, Jorge Audy (2017, p.75) corrobora à essa discussão afirmando que “as relações entre ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento são interativas, simultâneas e complexas, tendo as pessoas como principal força propulsora de um ciclo virtuoso, a pesquisa como base, a inovação como vetor e o desenvolvimento como consequência”.

Para o autor, o desenvolvimento regional também envolve a promoção de ações que impulsionam a inovação e o empreendedorismo. Audy defende a concepção de que é necessário criar ambientes favoráveis para o surgimento e crescimento de empresas inovadoras, com base na integração entre universidades, empresas e governo.

Sobre as reflexões expostas, cabe aqui um adendo proposto por Chiarello (2015, p. 243), enfatizando que “o cumprimento das funções da universidade se dá pelas relações que esta estabelece com seu entorno, atendendo às demandas da sociedade e, por sua essência, constitui-se numa comunidade pensante voltada para o desenvolvimento do espírito crítico e da formação para a autonomia” (CHIARELLO, 2015).

Mesmo diante do cenário, mencionado anteriormente, de emergência pública e com escassez de recursos financeiros, as universidades, sobretudo as públicas, se revelaram fundamentais para o enfrentamento da emergente crise sanitária, com ações que vão desde a colação de grau antecipada de estudantes da área da saúde para atuarem no combate à pandemia até a produção de insumos e cooperação para o desenvolvimento de vacinas.



Até o início do ano de 2022, o estado da arte sobre como as universidades se reinventaram durante a pandemia da COVID-19 era incipiente, entretanto desafiava o próprio processo de trabalho dos docentes e gestores. Logo, ao mesmo tempo em que vivenciavam a pandemia, esses atores assumiram um papel que objetivou também colaborar para a própria ciência no combate ao novo coronavírus.

Inicialmente, as informações estatísticas e normativas eram obtidas por meio de portais oficiais de entidades autoridades no assunto, como a OMS, Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS e – no caso do Brasil – recomendações do Ministério da Saúde e da Fundação e Instituto Osvaldo Cruz (quem produzia as vacinas).

Intrinsicamente, as universidades vieram a colaborar devido ao fato de terem nos seus respectivos quadros de colaboradores, profissionais que, além da docentes, também exercem a função de pesquisadores.

Um contrassenso ao que foi exigido *per si* pela pandemia, as universidades públicas que já vinham passando por um processo de precarização com os cortes orçamentários desde governos anteriores, se viram numa situação de insuficiência de recursos. E paralelo a tudo isso, tiveram de se reinventar para que os calendários e semestres letivos continuassem garantindo o acesso dos estudantes às tecnologias e dando novas condições de trabalho aos colaboradores, incluindo os docentes.

Considerando fazer parte desse processo na condição de doutorando, que vivenciou a pandemia durante a própria formação no PPGDR/UFT, em uma universidade pública federal, situada no estado do Tocantins, dentro da linha de pesquisa de Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, a relevância da realização desse estudo está em ampliar, registrar e tornar visível como as IFES atuaram frente aos desafios impostos pela pandemia da COVID-19. Assim, acredita-se que os resultados dessa tese darão visibilidade ao programa de pós-graduação e servirão como esteio para a realização de outros estudos sobre a temática.

Diante do exposto, esse trabalho busca responder a seguinte problemática: Como universidades públicas da Região Norte do Brasil atuaram frente aos desafios vivenciados durante a pandemia da Covid-19? Partindo dessa inquietação e para reger toda investigação em questão, foram estabelecidos os objetivos dessa tese.

## 1.1 Objetivo Geral

Averiguar como universidades públicas da Região Norte do Brasil atuaram frente aos desafios vivenciados durante a pandemia da COVID-19.

## 1.2 Objetivos específicos

- Descrever como IFEs da Região Norte garantiram a acessibilidade dos estudantes ao ensino remoto emergencial durante o período da Pandemia da COVID-19;
- Identificar quais foram as estratégias de enfrentamento à pandemia da COVID-19 adotadas pelas IFES pesquisadas;
- Compreender sobre os principais efeitos da pandemia em universidades públicas federais da região norte do Brasil.
- Analisar como as universidades públicas da região norte do Brasil responderam aos desafios vivenciados na pandemia da COVID-19.

## 1.3 Justificativa

A produção do conhecimento é mola propulsora para o desenvolvimento social e regional, impulsionando o progresso humano e social, permitindo que as sociedades avancem, inovem e se adaptem às mudanças. Ela também fornece insights e informações que podem ser úteis para a resolução de problemas sociais, como a pobreza, a desigualdade, a precariedade da saúde pública, o acesso à educação e a promover a sustentabilidade ambiental. Também contribui para a formulação de políticas públicas eficazes e para a tomada de decisões, promovendo o bem-estar social e a justiça.

Entretanto, produzir conhecimento em meados da pandemia com cortes orçamentários e sem apoio do governo federal foi desafiador para os gestores das universidades públicas federais brasileiras. Diante de um estado crítico, eles tiveram de adotar estratégias de enfrentamento para a universidade continuasse a cumprir seu papel na sociedade. Logo, percebeu-se a necessidade de avaliar/mensurar essas estratégias de enfrentamento, que também é um dos objetivos dessa tese.

Há de se considerar que o papel que as universidades públicas cumprem é de suma relevância para o desenvolvimento das próprias regiões às quais elas estão localizadas. Uma

vez que, além da produção do conhecimento e inovação, as universidades articulam com outros setores e segmentos sociais como o comércio, bens e serviços. Assim, contribuem também para o desenvolvimento social e econômico.

A inovação dessa pesquisa se propõe em contribuir para tomadas de decisão da gestão acadêmica diante aos cenários de crise, visando identificar modelos eficazes e assertivos de ações que contribuam para um bem comum oriundas do tripé ensino-pesquisa-extensão, especificamente, na região Norte do Brasil.

A relevância social dessa pesquisa está no fato de ser a pesquisa pioneira realizada como objetivo de averiguar como a primeira investigação realizada com o propósito de analisar como as IFES da Região Norte do Brasil responderam aos desafios enfrentados durante a pandemia de COVID-19, apresentando também as contribuições dessas instituições para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas.

#### **1.4 Metodologia**

O objetivo dessa seção é apresentar o caminho estabelecido para chegar às respostas da questão norteadora desse estudo, que é: como universidades públicas da Região Norte do Brasil atuaram frente aos desafios vivenciados durante a pandemia da Covid-19? Assim, seu aporte metodológico constitui-se como misto, composto por Pesquisa à Campo com análise Qualitativa dos dados (QUEIROZ, 1992; BARDIN, 2011) e Pesquisa Documental (CELLARD, 2008), afora a pesquisa bibliográfica que foi essencial para compreensão do fenômeno em estudo.

Empregou-se a pesquisa qualitativa como uma possibilidade do pesquisador de aprofundar-se na compreensão do fenômeno em investigação, com ênfase nos processos vivenciados e nos significados atribuídos pelos sujeitos pesquisados em questão (MORAES, GALIAZZI, 2011).

Segundo Günther (2006), o método qualitativo se caracteriza pela sua grande flexibilidade e adaptabilidade. Para o autor, uma pesquisa qualitativa pode ter o caráter interpretativo, dependendo dos pressupostos adotados, no caso esse pressuposto trata-se da compreensão da realidade, que é realizada por meio de construções sociais, de linguagem e significativos que são construções sociais.

As técnicas da abordagem qualitativa procuraram captar a maneira de ser do objeto pesquisado, assim como tudo o que a diferencia das demais por meio da separação das diversas

partes que compõem um todo, decompondo-o para ser recomposto de acordo com as divisões do projeto previamente traçado (QUEIROZ, 1992).

No caso desta pesquisa, a abordagem qualitativa foi a mais apropriada devido a peculiaridade e subjetividade de cada realidade pesquisada, assim a ênfase é dada aos desafios vivenciados pela gestão acadêmica de IFES públicas da região norte do Brasil durante o período da pandemia da COVID-19. Quanto aos objetivos, buscou-se compreender tais desafios na percepção respectivos dos gestores.

Já a pesquisa Documental foi necessária para complementar os dados coletados na pesquisa à campo, obter dados mais fidedignos de cada universidade pesquisada, bem como responder aos objetivos propostos e aplicar uma abordagem crítica na análise dos documentos encontrados, como normativas, portarias e resoluções internas.

A pesquisa documental exige do pesquisador, desde o início, um esforço firme e inventivo, quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos ou das fontes potenciais de informação. Para que a mesma seja realizada é necessária a aplicação de um instrumento de coleta (CELLARD, 2008).

Convém destacar que os cada documento analisado nessa pesquisa tornam públicas as decisões dos conselhos e colegiados. Entretanto, na análise de cada um destes destaca-se as respectivas mudanças, impactos e efeitos da COVID-19 no âmbito de cada instituição. Também, paralelo à fala dos gestores entrevistados, contribuem para que se visualize a sua efetividade no seu âmbito.

#### 1.4.1 Procedimentos Metodológicos

Esse tópico objetiva apresentar os procedimentos utilizados para a realização da coleta, tratamento e análise de dados. As fonte das informações da pesquisa estão centradas nas falas e respostas obtidas por meio de entrevistas e formulários eletrônicos aplicados aos gestores de cada uma das 5 (cinco) IFES pesquisada, complementados com as informações obtidas por meio de pesquisa documental e notícias publicadas nos sites oficiais destas para aumentar a fidedignidade e confiabilidade dos resultados, ou seja, trata-se triangulação.

Esse estudo se caracteriza por ser exploratório com abordagem mista. A estratégia utilizada define-se como estudo de casos de Yin (2001). Mesmo se tratando de um estudo exploratório, é necessário que este apresente pressupostos teóricos que irão nortear sua a investigação. Assim, as variáveis estratégicas identificadas na revisão da literatura formam a

base teórica que orienta a coleta de dados e a interpretação e análise deles (YIN, 2001; MAÇADA, FELDENS, SANTOS, 2007).

A premissa desse estudo centra-se em averiguar a ocorrência de um mesmo fenômeno em realidades diferentes, no caso, como a gestão acadêmica de IFES da região Norte do Brasil atuaram frente à pandemia da COVID-19. Portanto, em cada Estado em que essas instituições estão situadas os efeitos da pandemia foram percebidos de maneira diferente e a conjunção de cada uma dessas realidades formam compõem a visão do todo, no caso da região da Amazônia Legal Brasileira.

Para Benbasat, Goldstein e Mead (1987, p. 370), “o estudo de casos múltiplos é útil quando a pesquisa tem a intenção de aprofundar os conhecimentos sobre uma realidade para a construção de uma proposição teórica”. Os autores ainda apontam a necessidade do pesquisador em obter diferentes fontes de informação para que se desenvolva um estudo de caso mais robusto. No caso deste estudo, as informações coletadas em cada IFES são de natureza mista, como análise de documentos, notícias publicadas nos sites oficiais, entrevistas com os gestores, e resposta à questionários.

O estudo de casos múltiplos vem sendo utilizado com frequência pelos pesquisadores da área das ciências sociais, seja em pesquisas exploratórias, descritivas e/ou explicativas com diferentes objetivos, como permitir que se explore situações cujos limites não estejam claramente definidos; descrever a situação do contexto em que está sendo realizada a investigação; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações de maior complexidade (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

A partir desse contexto, parte-se do pressuposto que ao analisar os diferentes casos das IFES objetos dessa pesquisa, se obtenha uma compreensão mais completa e robusta do fenômeno estudado – o problema dessa pesquisa – e se identifique convergências, diferenças de ações e estratégias adotadas frente aos efeitos da pandemia da COVID-19.

Esse estudo também se apresenta como um recorte geográfico da realidade de IFES localizadas em Estados da região Norte do Brasil.

Para melhor visualização da Região Norte do país, apresenta-se a seguir o mapa do Brasil dividido por grandes regiões. A mesma está expressa na cor verde, conforme figura 1.

**Figura 1. Mapa do Brasil por Grandes Regiões**



FONTE: IBGE, 2017.

Conforme o mapa acima, a Região Norte é composta por 7 (sete) Estados e tem um representativo de cerca de 45% do território geográfico brasileiro (IBGE, 2017). A respectiva região conta hoje com um total de 11 (onze) universidades públicas federais que, juntas, somam mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos matriculados, com campi em mais de 50 (cinquenta municípios). Essas IFES são apresentadas no quadro 1.

**Quadro 1. Universidades Federais das Região Norte do Brasil.**

Estado	Universidade	Municípios com Campus	Nº de alunos
Acre	Universidade Federal do Acre - UFAC	Rio Branco, Floresta, Xapurí, Brasileia, Sena Madureira, Feijó e Tarauacá.	8.946
Amapá	Universidade Federal do Amapá - UNIFAP	Macapá, Oiapoque, Santana e Mazagão.	53.955
Amazonas	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Manaus Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Parintins, Itacoatiara.	30.000*
Pará	Universidade Federal do Pará - UFPA	Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.	53.955
	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	Santarém	7.833
	Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA	Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu	11.000*
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	Marabá; Xinguara; Rondon do Pará; Santana do Araguaia e São Félix do Xingu.	4.739
Rondônia	Universidade Federal de Rondônia - UNIR	Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena.	8.466
Roraima	Universidade Federal de Roraima - UFRR	Boa Vista, Murupu e Cauamé	9.155
Tocantins	Universidade Federal de Tocantins - UFT	Palmas, Arraias, Gurupi, Miracema e Porto Nacional	17.656
	Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) <sup>5</sup>	Araguaína e Tocantinópolis	2.000*

FONTE: Dados da pesquisa obtidos nos portais das IFES da Região norte do Brasil.

\*Dados estimados

Inicialmente, para que se pudesse realizar o recorte regional, elencou-se que participasse da pesquisa as IFES com maior número de alunos matriculados por Estado. Sob esse crivo, estariam aptas a participarem da pesquisa a UFAC, UNIFAP, UFAM, UFPA, UFRR, UFT e UNIR. A etapa seguinte seguiu para aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos participantes.

<sup>5</sup> Lei 13.856 de 8 de julho de 2019 cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Os critérios de inclusão adotados foram: 1. Estar na condição de Pró-reitor de Graduação; 2. Reitor ou Vice-Reitor caso o Pró-reitor de Graduação não pudesse participar; 3. Estar no exercício de suas funções no período vigente da pandemia; 4. Ter endereço eletrônico(e-mail) válido; 5. Aceitar a participar da Pesquisa; 6. Estar ciente e aceitar e assinar o Termo de Consentimento; 7. Participar da entrevista presencialmente com medidas de segurança ou por videoconferência; e 8 Caso não poder participar da entrevista presencial ou por videoconferência, responder questionário enviado eletronicamente.

Os critérios de exclusão adotados foram os seguintes: 1. Estar exercendo interinamente a função de Pró-Reitor de Graduação, Reitor ou Vice-Reitor; 2. Não possuir endereço eletrônico (e-mail) ou válido; 3. Recusar-se a participar da pesquisa; 4. Não indicar ciência e não assinar o TCLE; e 5 Não responder atender ligações ou responder os e-mails após 5 (cinco) tentativas.

Nenhum dos gestores da Universidade Federal do Acre – UFAC e da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP não atenderam às ligações e não responderam os e-mails enviados para os endereços institucionais.

A partir do exposto, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 5 (cinco) das 7 (sete) universidades propostas participaram da pesquisa, logo o tamanho da amostra constitui-se em 5 (cinco) participantes, sendo a UFAM, UFPA, UFRR, UFT e UNIR.

A universidade às qual o gestor foi entrevistado presencialmente foi a Universidade Federal do Tocantins (UFT); por videoconferência foram os gestores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal do Rondônia (UNIR) e; por aplicação de formulário *online* foram os gestores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Tal estratégia de coleta de dados justifica-se devido a indisponibilidade de agendamento de horários, que optaram por tal modalidade. Reitera-se que o pesquisador realizou 5 tentativas de agendamento de horários, entretanto não se obteve resposta. Logo os formulários foram enviados via e-mail para estes.

#### 1.4.2 Metodologia de Análise dos Dados

Para que se procedesse a análise dos dados coletados nas entrevistas foi empregado o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), caracterizada por um conjunto de procedimentos e técnicas utilizadas para extrair significados dos textos através de unidades de análises que podem ser palavras-chaves, termos específicos, categorias e/ou temas, de modo a identificar a frequência com que aparecem no texto, possibilitando fazer inferências replicáveis



e válidas dos dados (BARDIN, 2011). Esse método é constituído pelas seguintes etapas: 1. Pré-análise, 2. Exploração do material e 3. Tratamento, Inferência e Interpretação.

Na primeira etapa, a Pré-análise, foi realizada a partir da transcrição na íntegra da fala dos sujeitos entrevistados, organizando o material coletado e sistematizando as ideias por meio de leitura meticulosa das respostas obtidas na entrevista. O resultado dessa fase é a unitarização. A unitarização tem como finalidade definir a unidade de análise, ou seja, definir o “elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação” (MORAES, 1999, p. 5).

Na unitarização é realizada a segunda etapa a Exploração do material por meio da categorização das Unidades de Registro - UR que é uma unidade a se codificar, podendo ser um tema, uma palavra ou uma frase. Outro fator crucial nesse processo é a frequência em que essa UR aparece no material, formando as Unidades de Contexto – UC (DOS SANTOS, 2012). As UR e respectivas UC das entrevistas e resposta aos questionários, são apresentadas no Quadro 2.

#### **Quadro 2. Relação entre as Unidades de Registro e Unidades de Contexto**

<b>Unidades De Registro</b>	<b>Unidades de Contexto</b>
Resistência de colaboradores	<b>Dificuldades e limitações das universidades inerente à oferta do ensino remoto emergencial durante a pandemia da COVID-19.</b>
Resistência de docentes	
Dificuldades financeiras	
Falta de dispositivos de mídia	
Baixa qualidade do sinal de internet	
Divisão do calendário acadêmico	<b>Estratégias gerenciais para minimizar os efeitos da COVID-19 e garantir o processo de formação</b>
Redução da quantidade de dias letivos	
Suspensão das aulas práticas	
Aulas teóricas no formato remoto	
Cursos promovidos pelo governo federal	<b>Utilização de TICs para capacitação Docente</b>
Cursos promovidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	
Disponibilização de acesso à Plataformas Virtuais	
Capacitação específica do Google Classroom	
Teletrabalho	<b>Utilização de TICs e Produção de insumos para o enfrentamento À COVID-19</b>
Atendimento via WhatsApp e por E-mail	
Atendimentos agendados	
Empréstimo de máquinas para colaboradores	
Produção e doação de álcool em gel	
Produção de EPIs e álcool gel	
Doação de máscaras	<b>Acessibilidade dos Estudantes ao Ensino Remoto Emergencial</b>
Colaboração no processo de vacinação	
Auxílio financeiro	
Promoção de Lives educativas	

Testagem rápida gratuita	
Utilização de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil	
Capacitação para profissionais médicos e enfermeiros para atendimentos aos alunos	
Doação de cestas básicas	
Suspensão de transporte coletivo	<b>Reflexos no Desenvolvimento Regional, Econômico e Social</b>
Atraso no calendário acadêmico	
Impacto econômico	
Suspensão de serviços à comunidade	
Suspensão das atividades de extensão	
Suspensão de editais de seleção de programas de pós-graduação	
Prejuízos na qualidade da formação profissional	
Suspensão de contratos de empresas prestadoras de serviços	
Suspensão de fornecimento de alimentação	
Possibilitou novas condições para o retorno aos estudos	
Aumento no número de matrículas	
Cooperação nacional e internacional, com a realização de defesas de mestrado e doutorado remotamente	
Contribuiu para evasão de alunos	
Potencializou o adoecimento mental	
Refletiu a necessidade de mais investimentos em tecnologia nas Universidades	
Trouxe novos aprendizados	
Prejuízos pedagógicos	
Reinvenção no mundo pós-Covid	

FONTE: Elaboração Própria, com base na transcrição das entrevistas com os gestores das IFES.

Após elencar as UR e buscando segmentos da mensagem que auxiliaram para a compreensão exata da UC, ou seja, na codificação destas, partiu-se para a etapa subsequente, a de Tratamento, Inferência e Interpretação.

Essa última etapa consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado por meio das entrevistas e documentos. Nessa etapa a análise comparativa é realizada por meio da justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e aqueles que foram considerados como diferentes (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Ainda, nessa última etapa, os dados foram interpretados e sintetizados para responder aos objetivos iniciais. O Quadro 3 apresenta a relação entre as UC e as Categorias Finais de Análise.

### Quadro 3. Relação entre as UC e Categorias Finais de Análise

Unidades de Contexto	Categorias Finais de Análise
a) Dificuldades e limitações das universidades inerente à oferta do ensino remoto emergencial durante a pandemia da COVID-19.	I. Desafios vivenciados pelas Universidades Federais da Região Norte do Brasil
b) Utilização de TICs e Produção de insumos para o enfrentamento À COVID-19	II. Inovação nas Universidades
c) Estratégias gerenciais para minimizar os efeitos da COVID-19 e garantir o processo de formação	III. Efeitos da COVID-19 nas IFES
d) Acessibilidade dos estudantes ao Ensino Remoto Emergencial	
d) Reflexos no Desenvolvimento Regional, Econômico e Social	IV. Relação Desenvolvimento Regional e as IFES da Região Norte do Brasil.
e) Contribuições e avanços para as Universidades oriundos da Pandemia da COVID-19	

FONTE: Elaboração Própria, a partir da transcrição das entrevistas com os gestores das IFES.

As Categorias Finais de Análise representaram os conteúdos mais emergentes evidenciados nas respostas de cada um dos entrevistados, constituindo-se como uma estrutura organizada que auxiliou na análise e discussão dos dados de forma sistematizada, com embasamento teórico e tornando os resultados da pesquisa mais precisos, confiáveis e acessíveis.

Essa categorização final se respalda no fato de ser uma das melhores alternativas quando o pesquisador se propõe a estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos (BARDIN, 2011).

De fato, cabe ressaltar que as entrevistas se conceituam como uma produção dialógica, e nessa pesquisa as respostas dos sujeitos entrevistados não foram previamente preparadas ou manipuladas, sendo então uma produção meramente dialógica sem interferências, tornando os dados mais confiáveis dentro de cada realidade pesquisada.

Diferentemente das respostas obtidas via formulário eletrônico e entrevistas por *webconferência*, a realização da entrevista presencial com o gestor da UFT possibilitou o alcance de uma gama de percepções e inferências das ações da gestão da IFES no enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Sobre a relação entre os objetivos dessa pesquisa e as respectivas técnicas de coleta utilizadas, o quadro 4 apresenta essa visualização.

Quadro 4. Relação entre os Objetivos Propostos e as Técnicas de Coleta de Dados

Objetivos Específicos	Técnica de Coleta e Análise de Dados
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever como IFEs da Região Norte garantiram a acessibilidade dos estudantes ao ensino remoto emergencial durante o período da Pandemia da COVID-19;</li> </ul>	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas Aplicação de Questionários
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar quais foram as estratégias de enfrentamento à pandemia da COVID-19 adotadas pelas IFES pesquisadas;</li> </ul>	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas Aplicação de Questionários
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender sobre os principais efeitos da pandemia em universidades públicas federais da região norte do Brasil.</li> </ul>	Revisão Sistemática da Literatura
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar como as universidades públicas da região norte do Brasil responderam aos desafios vivenciados na pandemia da COVID-19.</li> </ul>	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas Aplicação de Questionários

FONTE: elaboração própria.

Exceto no objetivo específico “d”, nos demais foram empregados a Pesquisa Documental, a realização de entrevistas semiestruturadas e a aplicação de Questionários.

A pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo (KRIPKA; SCHELLER; DE LARA BONOTTO, 2015).

A ferramenta utilizada para que se aplicasse o roteiro de entrevista foi o *Google Forms*<sup>6</sup>. A escolha da referida plataforma deu-se devido a sua vasta utilização no contexto acadêmico, exponencialmente no período da pandemia com o ensino remoto.

<sup>6</sup> O *Google Forms* é um serviço gratuito para criar formulários online. Nele, o usuário pode produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, entre outras opções.

A ferramenta utilizada para a realização de webconferência foi o *Google Meet*<sup>7</sup>. Esse recurso também possui vasta utilização entre as organizações de ensino no mundo inteiro e seu uso se acentuou com o advento da pandemia.

#### 1.4.3 Aspectos Éticos

Anterior a qualquer procedimento de coleta de dados com os entrevistados, a pesquisa pautou-se conforme regulamenta a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, assim não houve quaisquer discriminação na seleção dos indivíduos, muito menos exposição a riscos que comprometam a integridade física e psíquica destes. Também foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos sob CAAE: 58922022.8.0000.5518 e aprovada conforme parecer nº 5.439.083/2022.

Antes mesmo de se iniciar a coleta, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), o qual apresentou dados sobre o objetivo, metodologia e aspectos éticos do estudo, bem como a opção de consentir ou não na sua respectiva participação (Apêndice B), logo após a coleta de dados foi utilizado como instrumento roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice C), que foi adaptado para questionário eletrônico para a coleta nos casos em que a entrevista não seria viável devido a disponibilidade do gestor. Também foram informados sobre o seu direito à recusa e à desistência durante o processo da pesquisa.

#### 1.4.4 Estrutura dos Capítulos

Para melhor visualização e compressão do leitor ao que se propõe essa tese, sua estrutura está dividida em 5 (cinco) capítulos, além das referências bibliográficas ao final.

O capítulo 1, sendo a introdução apresenta a Introdução ao leitor e o contextualiza do tema buscando aludir o cenário pandêmico com as ações das IFES durante esse período, logo propõe uma reflexão crítica das ações governamentais e discorre sobre a problematização, objetivos, justificativa para realização da pesquisa.

O capítulo 2 discute o papel da universidade no desenvolvimento regional com base na Revisão da literatura realizada e contextualiza o leitor sobre a pandemia da COVID-19 no

---

<sup>7</sup> O *Google Meet* é um serviço de comunicação gratuito por vídeo. Nele o usuário pode se comunicar com qualquer outra pessoa que possua um dispositivo eletrônico compatível.

cenário global e seus efeitos no Brasil, descrevendo sobre todo as etapas do processo de vacinação e o como se instalou o caos na saúde pública, especificamente na região norte do Brasil.

No capítulo 3 é abordado o modelo de desenvolvimento da Amazônia e seu respectivo esgotamento, abrindo a discussão sobre o período político vivenciado nos últimos anos, destacando a insuficiência de políticas de acesso à TICs, evidenciando a exclusão digital da região norte do Brasil.

O capítulo 4 apresenta como os gestores das IFES pesquisadas realizaram o planejamento das ações durante o período pandêmico, em destaque à produção de pesquisas, o desenvolvimento de ações de extensão, o realinhamento de prioridades na assistência estudantil e a reorganização do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto apresenta dados obtidos por meio de entrevistas, documentos e notícias obtidas nos respectivos sites.

Já no capítulo 5 são apresentadas as considerações finais da pesquisa, evidenciando o legado que o período pandêmico deixou para a gestão acadêmica, qual o papel das IFES nas políticas de desenvolvimento regional a partir do seu lugar social de formação e produção do conhecimento e de ciência, bem como evidencia a tese desenvolvida a partir desse estudo em questão.

## **2 O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONTEXTO E TEORIA**

Esse capítulo objetiva discutir o papel da universidade no desenvolvimento regional com base na Revisão da literatura realizada. Pretende-se, também, contextualizar a pandemia da COVID-19 num cenário global e seus efeitos no Brasil, abordando suas repercussões em diferentes setores da sociedade, descrevendo, inclusive as etapas do processo de vacinação e como se instalou o caos na saúde pública, especificamente na região norte do Brasil. Considerando que esta região, historicamente, já refletia as desigualdades sociais, regionais e de oportunidades educacionais tão evidentes no Brasil.

Para sua elaboração, foi necessário apoiar e se aprofundar em pesquisas recentes sobre a temática, logo trata-se de revisão da literatura que contextualiza o leitor sobre a gênese da pandemia até os efeitos percebidos na região da Amazônia Legal, bem como faz uma crítica às decisões políticas adotadas para mitigar esses efeitos durante o período em questão.

Também foi realizada uma alusão à importância que as universidades tiveram para o enfrentamento da COVID-19, retratando como estas foram afetadas com a paralisação de suas atividades (IESALC-UNESCO; SANTUÁRIO, 2020; SILVA e DE SOUSA, 2021).

### **2.1 A gênese da Pandemia da COVID-19 e seus efeitos globais**

Considerada uma das maiores crises de saúde pública e socioeconômica da história recente da humanidade, a pandemia da COVID-19 se espalhou rapidamente para todos os continentes devido a facilidade de transmissão e propagação do novo coronavírus SARS-CoV-2, resultando na confirmação de milhões de casos de contaminação e mortes em todo o mundo (OPAS/OMS, 2023).

Conforme informações obtidas no painel disponível na página da Organização Mundial da Saúde pelo endereço [www.covid19.who.int/](http://www.covid19.who.int/) até o início do mês de julho de 2023, a pandemia já tinha contaminado mais de 768 milhões de pessoas e contabilizava mais de 6 milhões mortes no mundo inteiro.

Em dezembro de 2019 a OMS ressaltou a ocorrência de eventos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. O novocoronavírus SARS-CoV-2, identificado no referido país, provoca uma infecção viral que é transmitida de pessoa para pessoa através do contato com gotículas respiratórias. Logo, devido à alta incidência e elevada taxa de disseminação de casos, a OMS

declarou a ocorrência de situação pandêmica em 11 de março de 2020. O vírus foi se propagando em escala global e evoluiu de modo que os números aumentavam de forma exponencial diariamente (GILL, 2020; SILVEIRA 2023).

Para Matta et al., (2021) a pandemia da COVID-19 é considerada uma “crise emergencial com impactos significativos à saúde pública, que instala a necessidade de se pensar a catástrofe humanitária provocada em toda sua complexidade, com respostas locais, orgânicas e participativas”. Os autores enfatizam que nesse período a ciência necessitou dar respostas rápidas e desenvolver soluções inovadoras em tempo recorde em benefício à humanidade (MATTA et al., 2021).

Nesse contexto, destaca-se ainda as medidas adotadas para conter o avanço da pandemia em todos os países, como a medida restritiva de *lockdown*<sup>8</sup>, quarentenas e distanciamento social. Entretanto isso refletiu em impactos significativos na vida das pessoas e na economia, acentuando desigualdades.

No cenário global, a pandemia colocou em destaque a relação entre os Estados Nacionais, o controle de fronteiras, a vulnerabilidade e a instabilidade até mesmo de países ricos no que se refere à concentração da produção industrial em grande escala de itens fundamentais para manutenção e preservação da saúde da população (LIMA, 2022).

O autor ainda aponta que, ao longo da pandemia, foi constatada a falta de aparelhos respiradores, de equipamentos de proteção individual para profissionais de saúde, de insumos, de medicamentos e, sobretudo, de vacinas para imunizar a população.

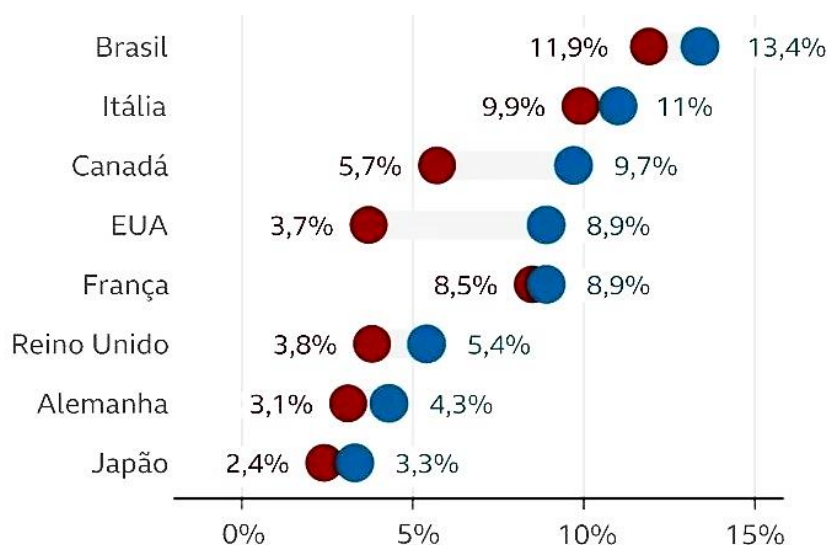
Cabe também nessa discussão abordar sobre a instalada crise econômica global ainda no próprio ano de 2020, levando empresas à falência, impactando negativamente os mercados financeiros e, principalmente, elevando a taxas de desemprego no Brasil, conforme expresso no Gráfico 1.

---

<sup>8</sup> Lockdown é uma expressão em inglês utilizada para descrever medida de fechamento de regiões na pandemia de COVID-19 que a população se mantivesse em isolamento social a fim de evitar o contágio do novocoronavírus.



**Gráfico 1. Variação entre a taxa de desemprego entre os anos de 2019 e 2020**



FONTE: Fundo Monetário Internacional - FMI, obtido no site da agência de notícias BBC, 2021.

Os dados do Gráfico 1 são do mês de fevereiro de 2020 e apontam que a taxa de desemprego com maior exponencial de crescimento ocorreu nos Estados Unidos, a proporção de desempregados chegou a quase 9% entre um ano e outro, que segundo o FMI, sinalizou o fim de expansão de emprego equivalente a uma década.

As restrições de bloqueio total e parcial realizadas por vários países para retardar a disseminação da COVID-19, afetaram quase 2,7 bilhões de trabalhadores, representando cerca de 81% da força de trabalho mundial. Nos Estados Unidos, logo no início de abril, cerca de 6,6 milhões de trabalhadores solicitaram o pedido de auxílio-desemprego (OIT; CASSELMAN, 2020).

Ainda no Gráfico 1, evidencia-se que no Brasil essa diferença centrou-se em 2,5%. Entretanto os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD publicada no mês de abril de 2020, apontam que a taxa média de desocupação em 2020 foi recorde em 20 estados, acompanhando a média nacional, que aumentou de 11,9% em 2019 para 13,5%. Já no terceiro trimestre do referido ano, a taxa de desocupação atingiu a métrica de 14,6%, o maior patamar já registrado na comparação trimestral desde o início da pandemia (IBGE, 2021).

As demissões em massa e a redução das jornadas de trabalho representaram um impacto tamanho nas atividades geradoras de renda da população brasileira. Isso é especialmente severo

para os trabalhadores desprotegidos e para os grupos mais vulneráveis que buscam encontrar uma saída na economia informal (COSTA, 2020).

O Governo Federal Brasileiro, entre os anos de 2020 e 2022 - período em que se concentram os estudos que fundamentam essa pesquisa – respondeu timidamente aos problemas oriundos da crise sanitária global da COVID-19, dentre eles, a propagação do negacionismo científico e a morosidade na distribuição de vacinas. Estes são abordados na seção seguinte.

## **2.2 O negacionismo científico e a morosidade na distribuição de vacinas no Brasil**

Essa seção objetiva abordar sobre o negacionismo científico e a morosidade na distribuição de vacinas do Governo Federal Brasileiro diante à crise sanitária global da pandemia da COVID-19 já instalada no território brasileiro, refletindo em efeitos mais avassaladores no país.

Na data de 3 de março, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, tentou buscar um alinhamento com as recomendações da OMS, destacando a importância da quarentena e de medidas de distanciamento social. A adesão do ministro da Saúde ao discurso da OMS criou conflitos com o presidente da República Jair Bolsonaro, que desde a chegada do vírus mantinha um discurso no qual minimizava a gravidade da doença e afirmava que a economia não poderia parar para conter uma possível epidemia no país (BUENO, SOUTO, MATTA, 2021).

Após a declaração do estado de pandemia em 11 de março de 2020, a primeira morte em decorrência no novo coronavírus no Brasil ocorreu no dia seguinte, em 12 de março. Tratava-se de uma mulher de 57 anos que encontrava-se internada em um hospital municipal da capital paulista (VERDÉLIO, 2020).

Então, na mesma semana outras mortes foram confirmadas e em 18 de março a Câmara dos Deputados aprovou Decreto o Legislativo nº 6 de 2020 que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020 (BRASIL, 2020).

Mesmo diante um cenário de calamidade pública e com a ascendente em mortes em decorrência da COVID-19, o posicionamento negacionista do Presidente da República do Brasil tentava minimizar a severidade das mortes e demais impactos da pandemia no país, colocando a China e a OMS como manipuladoras, acusando-as de ocultar dados e colocar em risco a saúde do planeta.

Não obstante, inconformado com a postura do seu Ministro da Saúde e respectiva equipe técnica nas coletivas de imprensa, que era contrária às solicitações do presidente de reforçar o uso de medicamentos ineficazes no tratamento da doença, bem como se opunha na indicação do isolamento vertical, no dia 16 de abril foi publicada no Diário Oficial da União a decisão presidencial de exonerar o ministro.

Há de se considerar que essa retórica negacionista de um líder de um país em desenvolvimento e emergente reforçou fomentou a dicotomia saúde-economia, e dividiu também a população brasileira, imprimindo a lógica neoliberal de governança paralelo aos danos sociais e sanitários que foram induzidos pelas políticas de governo.

A maneira que o governo federal do Brasil vinha enfrentando a pandemia, revelou-se incompetente e, sob muitos aspectos, irresponsável. Para Almeida-Filho (2021, p. 218), as “autoridades políticas e sanitárias incorreram em sérios equívocos e omissões, uma sucessão de erros, atos trágicos que resultaram em sofrimento e mortes totalmente desnecessárias”.

Outro destaque está na politização do processo de compra de vacinas e distribuição destas para a população. Aqui, o presidente em questão ordenou que o seu ministro da saúde não assinasse um protocolo de intenção de compra junto ao com o Governo de São Paulo para aquisição de 46 milhões de doses da vacina chinesa CORONAVAC, desenvolvida em parceria com o Instituto Butantã (UOL, 2020).

As referidas declarações produziram uma politização sobre o assunto, criou um cenário de incertezas na população brasileira e incitaram a violência estrutural praticada por movimentos negacionistas, ferindo a autonomia e o direito à vida, principalmente por se tratar de um vírus de alto teor letal.

Com as crescentes mortes e os efeitos em uma gama de segmentos sociais e econômicos no Brasil, tardiamente, em 27 de junho o Ministério da Saúde anunciou acordo entre a Fiocruz e a empresa biofarmacêutica AstraZeneca para a compra de lotes e transferência de tecnologia da vacina COVID-19 desenvolvida junto à Universidade de Oxford (BUENO, SOUTO, MATTA, 2021).

Mas somente em 8 de setembro é que o acordo foi assinado, visando a garantir a produção nacional da vacina por meio do SUS e atender à demanda do Programa Nacional de Imunização - PNI (FIOCRUZ, BIO-MANGUINHOS & ASTRAZENECA, 2020).

As recomendações das instituições consideradas autoridades no assunto, como a OMS e a FIOCRUZ, ao contrário da postura presidencial mencionada, incentivaram a população brasileira a se proteger, manter o isolamento social e reforçar as medidas de proteção, como o processo de vacinação.

### **2.3 Reflexos da Pandemia nas Universidades e relação com o Desenvolvimento Regional**

Esta seção se propõe apresentar os efeitos da pandemia da COVID-19 e os reflexos na Educação, Cultura e Sociedade. Também aborda sobre o papel da Universidade no desenvolvimento Regional, especificamente no Brasil.

O cenário de crise social e financeira permanente enfrentado pelos países subdesenvolvidos, marcado pela exacerbação da criminalidade, da violência, do desemprego, da precariedade e informalidade do trabalho, do desalento da juventude e ainda, sob o impacto da pandemia da COVID-19 soma-se à crise educacional já instalada no Brasil na última década e tem ocasionado reflexos sanitários, econômicos e sociais (SILVA e DE SOUSA, 2021).

Esses múltiplos impactos, evidenciados durante o período pandêmico, tem interferido diretamente a efetividade do direito à educação. Principalmente em virtude das crises que já existiam nos países subdesenvolvidos antes mesmo da declaração de pandemia da COVID-19 pela OMS.

Mesmo que seja de forma externa, uma gama de instituições de ensino e pesquisa também criaram campanhas para captação de doações de dinheiro, insumos (reagentes entre outros) e materiais de consumo, equipamentos de proteção individual, como máscaras, luvas, aventais etc. Como no caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que decidiu estimular compartilhamento de insumos entre as instituições e o trabalho em rede, bem como o redirecionamento de recursos e de mão de obra para ações destinadas ao combate da a COVID-19 (PIERO, 2020).

Em relatório do Banco Mundial sobre a “Pandemia da COVID-19, choques na educação e respostas de políticas”, estima-se impactos duplos de fechamento de instituições de ensino e recessão global que podem implicar em custos de longo prazo para a educação e o desenvolvimento, caso os governos não busquem agir rapidamente para combatê-los (MUNDIAL, 2021).

De acordo com relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, até na data de 30 de março de 2020, 166 países já tinham fechado suas escolas e universidades. Cerca de 87% da população mundial foi afetada por essas medidas; ou seja, em torno de 1,5 bilhões de estudantes. Além disso, ao redor do mundo, 63 milhões de professores pararam de trabalhar presencialmente em salas de aula (IESALC-UNESCO, 2020).

Num segundo momento, após o período de paralisação das aulas presenciais e com intuito de atenuar prejuízos acadêmicos, uma gama de Instituições de Ensino Superior (IES)

transitaram para o ensino remoto para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem. Embora muitas IES tenham suspenso as aulas presenciais e tentaram adotar esse formato, poucas se prepararam para essa mudança de forma rápida e abrupta (SANTUÁRIO, 2020).

Já é sabido que as universidades impulsionam o crescimento econômico e territorial, levando o desenvolvimento aos lugares onde estão instaladas e com a criação de novos campi, podem vir a se tornar grandes polos de produção científica e econômica, contribuindo para as regiões em que estão inseridas (OLIVEIRA JR., 2014).

Assim, no atual cenário global, discutir acerca da formulação de um único conceito cristalizado acerca sobre o que é o desenvolvimento regional em uma única definição, torna-se complexo, tendo em vista que este pode variar de acordo com a região geográfica e seus respectivos limites e os sujeitos que definem o referido termo.

A partir das contribuições de Celso Furtado sobre o desenvolvimento regional, Diniz (2009) afirma que ao conceituar este, é importante retomar aos seus objetivos que ao longo do tempo foram modelados, de forma a atingirem atualmente fundamentações nos seguintes aspectos: 1) combater as assimetrias regionais; 2) aproveitar os recursos e potencialidades endógenos das regiões; 3) promover o ordenamento do território; 4) garantir a participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais (DINIZ, 2009).

Abordar sobre o desenvolvimento regional paralelo à conjuntura vivenciada durante o período pandêmico no Brasil, revelou que a política da respectiva gestão foi marcada por demasiada tensão que atingiu de sobremaneira a ciência, a diminuição drástica dos recursos e conseqüente diminuição do financiamento das pesquisas. Também trouxe à tona prejuízos em diversos segmentos da sociedade brasileira, como na educação, na cultura e na economia; evidenciando um plano de governo que fragilizava diretamente os mais vulneráveis no universo acadêmico, os estudantes (CERECEDO et al., 2020).

A partir do exposto, as teorias e o ramo da ciência que estuda o Desenvolvimento Regional convergem em afirmar que o Estado foi um importante fomentador do caos vivenciado durante a pandemia. No caso do governo federal brasileiro esse fomento foi sendo tolhido desde governos anteriores e se acentuou na gestão de 2019 à 2022, especificamente no período pandêmico.

Cavalcante (2007, p. 29) inferem que, a respeito da redefinição do seu respectivo papel, “o Estado dispõe de instrumentos de intervenção que vão da provisão de infraestrutura à concessão de benefícios fiscais e financeiros, e não parece haver ainda indicações claras quanto ao seu efetivo papel”. E essa cadência ganhou mais visibilidade entre os anos de 2020 e 2022,

especificamente no tolhimento de incentivos fiscais e financeiros para as universidades públicas brasileiras.

O autor ainda ressalta sobre o volume de atividades que os campi produzem e demandam passam a se tornar atrativas para consumidores e empresas localizadas nas urbes dessas universidades, assumindo importância estratégica no processo de desenvolvimento, gerando um crescimento econômico e social à níveis locais e regionais.

Os autores Rolim e Serra (2010) alertam para o fato de algumas Universidades estarem prestando serviço para o mercado nacional; apesar de estarem nas regiões, não estão trabalhando especificamente para a região, mas desenvolvendo conhecimentos universais, que capacitam os alunos para o mercado de trabalho, mas não forma os discentes para o mercado de trabalho de suas regiões (DE SOUSA; FREIESLEBEN, 2018).

Assumir esse papel de desenvolver conhecimentos universais e formar cidadãos para atuarem nas suas respectivas regiões permeiam a missão das universidades. Cabe aqui um destaque prévio de alguns casos exitosos, tem outros, logo após a suspensão das aulas e atividades presenciais em 2020, sobre como as universidades públicas brasileiras tem enfrentado cumprido com essa missão mesmo durante o período pandêmico. O quadro 5 apresenta esses casos.

#### **Quadro 5. Exemplos de algumas ações estratégicas realizadas por universidades públicas no Brasil<sup>9</sup>**

<b>Universidade</b>	<b>Ação/Estratégia exitosa</b>
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Os docentes de Engenharia de Produção e Engenharia de Software do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia se uniram à rede nacional de pesquisadores “Inova Covid-19 Brasil” para a confecção de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante a pandemia. A rede inclui docentes de diversas instituições do país: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Instituto Federal de Sergipe (IFSE), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e Instituto Federal de São Paulo (IFSP). O objetivo destas estratégias desdobrou-se em fomentar a aplicação do conhecimento gerados nessas instituições em benefício da sociedade (NUNES GIMENEZ; SOUZA; FELTRIN, 2020).
A Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	Foi lançada a “Plataforma Solidariedade à força tarefa da pandemia COVID-19”, cujo objetivo visou facilitar a troca e doação de materiais, equipamentos, insumos e o que mais for necessário, com o objetivo de ajudar instituições da área da

<sup>9</sup>Pesquisa realizada no ano de 2022

	saúde e organizações de todo o país no combate à pandemia do Coronavírus (FRANCO, 2020).
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	Todos os cursos de graduação em formação inicial de professores ficou sem aulas, incluindo os estágios. A partir de então, com alocação de recursos financeiros para a melhoria do ensino foi possível utilizar de Tecnologias Educacionais para implementação do ensino híbrido na instituição (PRATA-LINHARES et al., 2020).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Foram realizadas ações em benefício à comunidade geral, em sua maioria, custeadas com recursos públicos das instituições e com o apoio de voluntários internos, como estudantes, técnicos e professores. Destaca-se, também, a participação da sociedade civil nesse processo (CLEMENTINO et al., 2020; DA SILVA, 2020; MEDEIROS et al., 2020; SILVEIRA et al., 2020).

FONTE: Elaboração Própria com base na pesquisa bibliográfica, 2022.

Nota-se a responsabilidade social que essas instituições cumpriram em um momento crucial em que se pairava um cenário de dúvidas e incertezas devido à desvalorização da ciência no país. A atuação das universidades públicas trata-se de um compromisso, cujo exercício deve ser constante, focado em alcançar a população em geral, por meio da mídia e de outras ferramentas que garantam a divulgação científica, viabilizando assim a Comunicação Pública da Ciência (DOS SANTOS et al., 2020).

Sobre a Ciência e Tecnologia, Arbix (2020, p. 12) aponta que “no período pandêmico foi emergencial facilitar ainda mais o entrosamento e a cooperação internacional”. O autor ressalta que este é o momento em que o país deveria dar um salto na participação nas principais redes de pesquisa mundial, parcerias entre agências de fomento universidades para que juntas possam abrir caminhos para novas pesquisas realizadas entre instituições universitárias e empresariais (ARBIX, 2020).

Outra informação relevante está no fato de, no Brasil, também ocorrer o processo de transição do ensino presencial para o remoto. Mesmo de forma reduzida, inicialmente as universidades públicas tiveram de utilizar das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para darem continuidade ao ensino na graduação e pós-graduação. Em suma, tiveram de acelerar o processo de inovação tecnológica.

Uma das possibilidades proporcionadas pelo emprego das TICs está no acesso contínuo ao conhecimento. Vale ressaltar que os alunos puderam acessar materiais didáticos, livros, artigos acadêmicos e recursos *online* por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, bibliotecas digitais e repositórios eletrônicos.

Mesmo sendo um ambiente virtual de aprendizagem, o emprego das TICs também possibilitou a interação entre a comunidade acadêmica. Destacam-se como modelos a utilização

de e-mail, chats, fóruns de discussão e grupos de estudo virtuais, foram utilizadas para promover a participação e o engajamento dos alunos, facilitando a troca de ideias e fomentando o trabalho em equipe.

Apesar das TICs serem uma saída para continuidade do processo de ensino-aprendizagem, no contexto do atual cenário pandêmico em que as universidades foram diretamente atingidas, existem outras barreiras a serem rompidas que diz respeito às políticas públicas de acesso ao ensino superior. Neste caso, a democratização de tais tecnologias e a disponibilidade de dispositivos para acesso a estas por estudantes em situação de vulnerabilidade social são exemplos.

No entanto, algumas universidades necessitam reinventar seus processos gerenciais, como o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, a assistência ao aluno e demais colaboradores e a manutenção do equilíbrio orçamentário para garantirem o próprio funcionamento.

Para compilar as informações e discutir os principais resultados encontrados nesta pesquisa, optou-se por apresentá-los a partir dos eixos temáticos, sendo: 1 Relação entre Universidade e Desenvolvimento Regional no Período da Pandemia e, 2. Estratégias de enfrentamento à COVID-19 realizadas pelas IFES, Ensino Remoto Emergencial e utilização de TICs. Apresenta-se nos Quadro 6 e 7 essa descrição sintetizada.

#### **Quadro 6. Estudos sobre o Papel da Universidade no Desenvolvimento Regional durante a Pandemia da COVID-19.**

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>AUTOR, DATA</b>	<b>PRINCIPAIS RESULTADOS</b>
<b>Relação entre Universidade e Desenvolvimento Regional no período da Pandemia</b>	SCHIRMER; BALSANELL, (2020).	Estudantes e docentes participaram de campanhas de imunização para a sociedade, desenvolveram estruturas que permitissem maior aproximação dos indivíduos com a sociedade com recursos tecnológicos, visando dirimir prejuízos psicossomáticos reportados pela população durante o período de isolamento social.
	ALMEIDA et al., (2020).	A análise das práticas de combate à COVID-19 desenvolvidas pelas universidades federais mostrou que essas IFEs possuem infraestrutura física e humana para implementar, rapidamente, ações que integram a pesquisa e a extensão na resolução de problemas complexos e com impacto em diferentes áreas, como Saúde, Economia, Ambiente e Sociedade.
	FERNANDES et al., (2020).	A utilização de recursos de Telessaúde mostrou-se eficiente na continuidade do cuidado e assistência à população atendida.
	NUNEZ GIMENEZ, DE	As ações para o enfrentamento da COVID-19 poderão acelerar mudanças profundas na organização das universidades, tanto



	SOUSA, FELTRI (2020).	no nível do ensino e pesquisa, quanto nas relações com a sociedade.
	PRATA-LINHARES, (2020).	Com o emprego das tecnologias educacionais, as universidades ofereceram atividades como a produção de <i>podcasts</i> e videoaulas para a comunidade, em geral.
	CAVALCANTI, GUERRA (2021).	A universidade pública necessita de uma mudança no modelo institucional e organizacional. Também aponta que a gestão adote um modelo mais flexível com foco no planejamento da gestão de riscos.
	VIEGA et al, (2021)	A universidade desenvolveu atividades como: Auxílio e assessoramento à órgãos municipais e estaduais, manutenção em equipamentos hospitalares, capacitação e cedência de profissionais em diversas áreas de atuação, desenvolvimento de tecnologias, doação de álcool (diversas formas), doação de máscaras, aventais e outros, doação de roupas, agasalhos e outros itens de uso pessoal, produção de materiais educativos; Os resultados obtidos com as ações executadas pela universidade em prol da conscientização e prevenção ao contágio do vírus e todo o contexto que a pandemia abrange, correspondem às expectativas da sua comunidade acadêmica, bem como, da comunidade onde está inserida.
	BRAUNER et al, (2021)	Identificam-se elementos para promover a terceira missão da universidade, a inovação. Assim ajudou a comunidade adstrita com práticas inovadoras.

FONTE: Elaboração própria, dados da pesquisa, 2022.

### Quadro 7. Estudos sobre a utilização do ERE durante a COVID-19.

EIXO TEMÁTICO	AUTOR, DATA	PRINCIPAIS RESULTADOS
<b>Estratégias de enfrentamento à COVID-19 realizadas pelas IFES, Ensino Remoto Emergencial e utilização de TICs</b>	BORBA et al (2020).	De 9 instituições pesquisadas, 6 continuaram as atividades de ensino por meio das plataformas digitais.
	SANTOS et al (2020).	As experiências encontradas foram concentradas em países de alta renda e desenvolvidos. Identificaram-se omissões acerca das limitações e fragilidades dessa nova estratégia pedagógica, especialmente a falta de acesso universal e igualitário aos meios digitais, a desconsideração de realidades minoritárias e subdesenvolvidas.
	MOREIRA et al (2020).	O programa de Mentoria desenvolvido no curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) manteve-se no formato online. Obteve-se engajamento dos participantes, representando uma estratégia para a promoção da saúde mental.
	GUSSO et al (2020).	A pandemia impôs mudanças substanciais na garantia do acesso ao Ensino Superior. Novas soluções tem sido requeridas e não será oportuno interromper as atividades de ensino durante anos no país, logo o ensino remoto emergencial tornou-se uma alternativa para essa garantia.
	DOS SANTOS (2020)	Tanto professores quanto alunos do curso pesquisado entendem que mesclar aula presencial e remota, utilizando

	das práticas da EaD, ferramentas de TICs e metodologias disponíveis, é possível e que também pode contribuir com o ensino-aprendizado,
LIMA (2021)	Os resultados revelam que o ensino remoto emergencial é dispersivo e traz desafios para além do domínio das tecnologias, envolvendo a vivência em um contexto de isolamento social, a preocupação com questões de saúde pública e conseqüentemente o surgimento de tensões emocionais, que podem ser disruptivas e criativas.
FLEURY (2021)	Constatou-se com a pesquisa que a falta de interação e a desigualdade de acesso e inclusão a internet e a equipamentos tecnológicos modernos por parte dos discentes, foram as grandes dificuldades do ensino remoto.
CAMPOS FILHO et al (2022)	Os docentes em sua maioria se sentiam seguros em lecionar on-line e autoavaliaram de forma positiva o semestre na modalidade remota. Constatou-se algumas discordâncias em relação ao tempo para preparação das aulas.
SERRA et al (2022)	Os diálogos realizados nas aulas remotas perpassaram por desafios e inovações no planejamento e na prática de aula e ressignificaram o processo de trabalho docente.
MILLIET (2022)	A maioria dos docentes concebe os letramentos midiáticos como uso de mídias com fins instrumentais e didáticos. Também foram identificadas preocupações relacionadas à vigilância e controle do trabalho docente e apreensão com a privacidade e com a exposição com o ensino remoto emergencial.

FONTE: Elaboração própria, dados da pesquisa, 2022.

Das 18 (dezoito) produções, observou-se que 56% (n = 10) (BORBA et al; SANTOS et al; MOREIRA et al; GUSSO et al; DOS SANTOS, 2020; LIMA; FLEURY, 2021; CAMPOS FILHO et al; SERRA et al; MILLIET, 2022) abordam sobre a relação entre Universidade e Desenvolvimento Regional no período da Pandemia.

Sob esse enfoque, Borba et al. (2020), objetivaram abordar sobre tomadas de decisões pedagógicas, éticas e políticas no âmbito das atividades acadêmicas durante a pandemia. O estudo apontou que as instituições privadas obtiveram um índice maior de estudantes com acesso à internet, acima de 90%. Já nas públicas, um número expressivo de estudantes relataram possuir dificuldade de acesso à internet, principalmente na região norte do país. Entretanto, mais de 60% instituições pesquisadas continuaram as atividades de ensino por meio das plataformas digitais.

Santos et al., (2020), em estudo de revisão da literatura sobre as estratégias pedagógicas para a educação médica durante a pandemia da Covid-19 analisaram 27 artigos indexados às maiores bases de dados utilizadas por pesquisadores em todo o mundo. Os autores concluíram que as estratégias pedagógicas relatadas são baseadas no ensino remoto, na

tecnologia e na EaD. Além disso, fundamentam-se na reformulação das estratégias e práticas pedagógicas tradicionais e no desenvolvimento de novas habilidades de ensino, adaptando-se às tecnologias da informação e comunicação (SANTOS et al., 2020).

Para Moreira et al (2020), o programa de o programa de Mentoria desenvolvido no curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) evidenciou a necessidade de constante diálogo entre educandos(as), educadores(as), comunidade e gestores(as) para a integração das escolas médicas com as reais necessidades de saúde e com os sistemas de saúde locais.

Ao ser comparado com estudo realizado por Gusso et al., (2020), que objetivou propor diretrizes para orientar o trabalho de gestores universitários ao avaliarem as dificuldades e limitações decorrentes da pandemia, infere-se que as novas soluções, mesmo que o término do estado de pandemia seja declarado, irão permanecer agregadas ao processo de ensino e aprendizagem nas universidades, necessitando apenas de serem aperfeiçoadas.

Em estudo sobre ações desenvolvidas na Universidade Federal de Uberlândia - UFU durante a pandemia da COVID-19, Dos Santos (2020) indica que os setores que se dedicam à comunicação pública foi considerada uma aliada para divulgação das ações e estratégias adotadas pela universidade. Para o autor, as ações de divulgação científica de setores de Instituições de Ensino Superior, como no caso a da UFU, respondem significativamente às demandas da sociedade em tempos de pandemia (DOS SANTOS, 2020).

Lima (2021) infere que com o advento da pandemia da COVID-19, as TICs foram os meios possíveis para continuidade dos processos do ensinar e do aprender e das interações sociais que foram mitigadas, ou até canceladas, devido ao isolamento social e físico, constituindo um novo espaço-tempo da sala de aula virtualizada (LIMA, 2021).

Já para Fleury (2021), constatou-se desconforto por parte dos docentes na transição do ensino presencial para o formato remoto, devido dificuldades de adaptação às plataformas e utilização de seus respectivos recursos tecnológicos, em suma à utilização das TICs. Também ressalta que os docentes de Instituições Públicas foram capacitados inicialmente, estando sem suporte institucional. A autora apontou que a Sala de Aula Invertida foi a estratégia mais utilizada no ensino remoto deixando o legado do ensino híbrido para o período pós-pandemia. No caso dos discentes, estes não foram plenamente assistidos devido a desigualdade de acesso e inclusão às TICs (FLEURY, 2021).

Sob essa mesma perspectiva, Campos Filho (2021), em estudo que objetivou avaliar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem remoto no curso de Medicina durante a pandemia da Covid-19 por meio de entrevistas em formulários eletrônicos apontou um

contrassenso ao estudo realizado por Fleury (2021). Nas respostas analisadas, foi observado que 450 (96,36%) alunos possuem um *notebook* ou computador de mesa, e 448 (95,9%) têm acesso à internet em casa por banda larga. Pode-se então observar que o acesso ao ensino remoto não seria um problema para os discentes, pois a maioria possuía algum equipamento e acesso à internet (CAMPOS FILHO et al., 2021).

Serra et al., (2021), ressaltam que “o despreparo de docentes para o ensino remoto e a falta de uma estrutura realmente capaz de atender às necessidades revelam um problema que precisa ser sanado com urgência”. Os autores ainda ressaltam estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em que cerca de seis milhões de estudantes, desde a pré-escola até a pós-graduação, não possuem acesso à Internet, refletindo as condições socioeconômicas desiguais, que dificultam a eficácia da utilização do ensino remoto.

Milliet (2022) afirma que o uso massivo das TICs por meio do ensino remoto emergencial trouxe benefícios para o processo ensino-aprendizagem, mas instaurou uma nova problemática para a profissão docente inerente à exposição e privacidade, podendo impactar diretamente no planejamento dos professores para suas aulas, sendo este um ponto de discussão ainda sensível que requer olhares no âmbito da educação, em geral (MILLIET, 2022).

Das 18 (dezoito) produções, observou-se que 44% (n = 8) (SCHIRMER; BALSANELL; ALMEIDA et al.; FERNANDES et al.; NUNEZ GIMENEZ, DE SOUSA e FELTRI; PRATALINHARES, 2020; CAVALCANTI e GUERRA; VIEGA et al.; BRAUNER et al., 2021) abordam sobre o papel da universidade no desenvolvimento regional no período da Pandemia da COVID-19.

No estudo realizado por Schirmer e Balsanell (2020), concluiu-se que a comunidade acadêmica a fim de evitar os impactos negativos que poderiam ter no processo de formação e, concomitantemente contribuir com o combate à pandemia, participaram de campanhas de imunização para a sociedade, bem como desenvolveram, por meio de recursos tecnológicos, estruturas que permitissem maior aproximação dos indivíduos com a sociedade, visando dirimir prejuízos psicossomáticos reportados pela população em geral durante o período de isolamento social (SCHIRMER E BALSANELL, 2020).

Já no estudo realizado por Almeida et al., (2020), que objetivou analisar a relação entre os recursos públicos investidos nas universidades federais e sua capacidade de implementação de respostas à COVID-19, os autores concluíram que os investimentos realizados nos últimos 16 anos na formação de recursos humanos qualificados para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como a ampliação do quadro de pesquisadores e de programas de pós-graduação contribuíram para ampliar a capacidade de resposta do Sistema Federal de Educação Superior

na construção de soluções em diferentes áreas para combater os impactos da COVID-19 não só na comunidade interna, mas externa também (ALMEIDA et al., 2020) .

Entretanto, os autores acima não retrataram os cortes no orçamento destinados à educação e ao avanço da ciência no Brasil que assolam as respectivas pastas desde o ano de 2011, intensificados no ano de 2019 pelo atual Governo Federal. Assim sendo, a pandemia atingiu o Brasil em momento inoportuno economicamente, desdobrando-se em impactos irreparáveis para o desenvolvimento econômico, regional e social em todo o país.

Para Fernandes et al (2020), o uso de recursos de tecnológicos aplicados aos cursos da saúde - como é o caso do Telessaúde<sup>10</sup> – demonstrou-se fundamental para a realização da prática das atividades supervisionadas. Os autores evidenciaram que houve aceitação das pessoas atendidas, possibilitando atendimento remoto com a mesma qualidade que o atendimento presencial oferecido no Sistema Único de Saúde – SUS (FERNANDES ET AL., 2020).

Os autores Nunez Gimenez; De Sousa; Feltri (2020), em estudo que objetivou apresentar quais estratégias utilizadas pelas universidades para garantir a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e de extensão concluíram que a pandemia da COVID-19 demandou que as universidades adaptassem sua parte estrutural, suas funções, atividades didáticas, de pesquisas e soluções de aplicação sociais imediatas para o enfrentamento da doença (NUNEZ GIMENEZ; DE SOUSA; FELTRI, 2020).

Embora a situação da pandemia tenha sido crítica, os autores ainda concluíram que ela pode acelerar mudanças profundas, como adaptações no modelo de ensino, no modo de produção do conhecimento científico e tecnológico, na prestação de serviços à população, além do desenvolvimento de iniciativas voluntárias, doações e forças-tarefa para a resolução de problemas locais.

Prata-linhares (2020), conclui que, mesmo antes da pandemia COVID-19, a educação brasileira já vivenciava uma crise, assim o distanciamento social a colocou em num espaço de maior destaque, proporcionando uma oportunidade de reflexão para os gestores das IES brasileiras para incrementarem a inovação através do emprego de recursos tecnológicos na universidade com vistas na resolução de problemas reais e na promoção do desenvolvimento humano (PRATA-LINHARES, 2020).

---

<sup>10</sup> De acordo com Informações do Núcleo Interestadual de Telessaúde RN-PB, o programa é uma iniciativa instituída em âmbito nacional pelo Ministério da Saúde, desde 2007, para fortalecer e ampliar as ofertas de Educação Permanente em Saúde para os profissionais e trabalhadores do SUS utilizando tecnologia de comunicação e informação que oferecem condições para promover a Teleassistência e a Teleducação.

Os autores Cavalcanti e Guerra (2021) apontaram que a universidade pública necessita de uma mudança no modelo institucional e organizacional. Também aponta que a gestão adote um modelo mais flexível com foco no planejamento da gestão de riscos. Os autores afirmam que o ano de 2020 será lembrado como o ano em que as universidades federais viveram sua pior crise, evidenciando o despreparo e falta de diálogo com o Estado, refletindo em problemas de ordem econômica e social (CAVALCANTI e GUERRA, 2021).

Para Viega et al., (2021), com a chegada da pandemia, o mundo tem atravessado drásticas mudanças nos aspectos sociais e econômicos que afetaram significativamente os indivíduos, principalmente àqueles mais vulneráveis, logo as universidades devem se envolver com esforços para ajudar a na resolução de problemas emergentes da sociedade global. Para os autores a universidade age como um motor gerador e difusor de conhecimento e mostra-se como um ator que proporciona desenvolvimento regional estabelecendo uma conexão entre a sociedade civil, empresas e governo (VIEGA et al., 2021).

Nesse tocante, Brauner et al., (2021) infere que mesmo em momentos de crise, como a da pandemia da COVID-19, as universidades podem desenvolver abordagens diferentes, mas igualmente valiosas para criar uma contribuição para a sociedade e melhorar seus modelos de engajamento. Assim, a universidade regionalmente engajada pode ao menos ajudar a mitigar os problemas sociais e econômicos (BRAUNER et al, 2021).

### 2.3.1 Considerações finais sobre a seção

Foi identificada a atuação das universidade públicas junto à comunidade em geral, em ações que proporcionaram a integração entre a pesquisa e a extensão na resolução de problemas sociais complexos e com impacto em diferentes áreas, como Saúde, Economia, Ambiente e Sociedade.

As universidades se empenharam para darem respostas rápidas à problemas sociais, como o desenvolvimento de novas técnicas e testes mais rápidos e eficientes, facilitaram a troca e doação de materiais, equipamentos com o objetivo de ajudar instituições da área da saúde e organizações de todo o país no combate à pandemia da COVID-19. É o que apontaram os autores Gimenez, Sousa e Feltri (2020).

Outras contribuições das universidades para as regiões em que estão inseridas, estiveram centradas em parcerias, como o firmamento de acordo de cooperação com órgãos municipais e estaduais, na manutenção em equipamentos hospitalares, capacitação de profissionais que atuam na linha de frente da pandemia, desenvolvimento de protocolos e tecnologias, doação

insumos e equipamentos de Proteção Individual – EPIs, além de outras ações de extensão e produção de materiais, como podcasts e vídeos com objetivo de conscientizar a população acerca da prevenção e contágio.

### **3. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA**

Esse capítulo objetiva abordar sobre o modelo de desenvolvimento regional da Amazônia Legal Brasileira e seu respectivo esgotamento, abrindo a discussão sobre o período político vivenciado nos últimos anos, destacando a insuficiência de políticas de acesso à TICs, evidenciando a exclusão digital que atinge a população região norte do Brasil.

Aqui propõe-se uma contextualização sobre a dimensão e importância que o território da Amazônia Legal possui para o desenvolvimento do país, regiões e estados abrangentes, bem como utiliza de mapas para situar geograficamente o leitor

#### **3.1 O território da Amazônia Legal Brasileira**

A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM delimitada em consonância ao Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. Ela foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da SUDAM como finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. Ainda, a região é composta por 772 municípios, apresentando uma área de 5.015.146,008 km<sup>2</sup>, correspondendo a cerca de 58,93% do território brasileiro (IBGE, 2022).

Além possuir uma vasta biodiversidade, cabe destaque aqui ao rio Amazonas, considerado o mais extenso rio do mundo com 6.850 km de extensão desde sua nascente a 5,6 mil metros de altitude no Peru até sua foz no Brasil, próximo a divisão do Pará com o Amapá, formando a bacia amazônica (ANA, 2022).

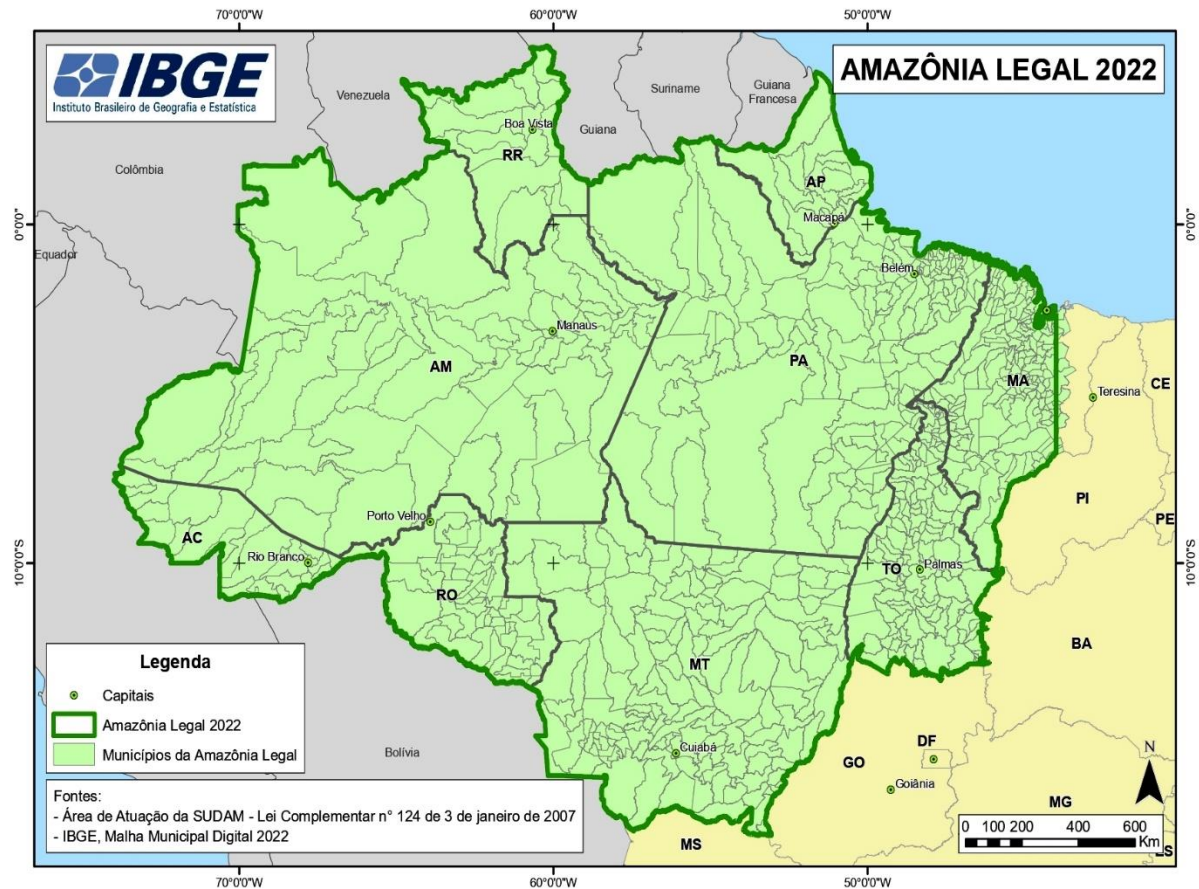
Formada por uma malha de rios perenes e por ser uma fonte de abastecimento, trabalho e renda para as populações ribeirinhas, povos tradicionais e indígenas, essa a bacia hidrográfica do Amazonas também é importante para o transporte fluvial e sua respectiva relação com o desenvolvimento da Amazônia Brasileira

O território da Amazônia Legal Brasileira abrange todo o Estado de Mato Grosso, parte do Maranhão – 21 municípios e todos os estados que compõem a Região Norte.

Para melhor visualização desse território, apresenta-se o mapa da Amazônia Legal Brasileira, conforme figura 2.



**Figura 2. Mapa da Amazônia Legal Brasileira**



FONTE: IBGE, 2022.

Em que se pese abordar sobre o desenvolvimento regional na Amazônia, cabe ressaltar a importância que sua respectiva rede de navegação fluvial possui para a economia dos Estados Abrangentes. A infraestrutura para o transporte regional de carga e passageiros na região amazônica é precária, composta por atracadouros irregulares e não fiscalizados. Além da deficiência portuária, as hidrovias necessitam de maiores investimentos em sinalização, balizamento, estudos de navegabilidade e algumas dragagens para que possam ser navegáveis durante o ano todo e pela parte noturna (OLIVEIRA, 2016)

A bacia amazônica é formada por cerca de 1.100 afluentes, se estendendo por vários países da América do Sul, também cobre 7.003.067 km<sup>2</sup>, dos quais 67,9% estão no Brasil, 9,8% na Bolívia, 8,8% no Peru, 1,6% no Equador e 6,4% na Colômbia; além disso, uma região conhecida como “grande Amazônia”, com condições ambientais semelhantes, engloba partes da Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (MARDAS et al., 2013).

Por ser uma floresta tropical úmida que se estende pela bacia hidrográfica do rio Amazonas, a Amazônia possui uma vasta área tropical natural, com aproximadamente 6,74



Em Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – que é uma organização científica não-governamental e sem fins lucrativos com sede na cidade de Belém do Pará, desde o ano de 1995, Alencar aponta que:

O desmatamento de florestas na Amazônia alcançou um novo e alarmante patamar nos últimos três anos. A perda de floresta entre 2019 e 2021 ultrapassou os 10 mil km<sup>2</sup> ao ano, número 56,6% maior que a média anual do período anterior - 2016 a 2018. De acordo com os dados de desmatamento bruto fornecidos pelo Inpe no triênio 2019-2021, Pará concentrou 43% do desmatamento no bioma, seguido por Amazonas (18%), Mato Grosso (16%) e Rondônia (13%). Estados como Acre (7%), Roraima (2%), Maranhão (1%), Amapá (0,03%) e Tocantins (0,03%) representaram juntos 11% do desmatamento no bioma (ALENCAR et al., 2022).

É evidente que esse cenário de desmatamento se acentuou com o afrouxamento de leis de proteção ambiental, sinalizando que a prioridade do governo de Jair Bolsonaro tendenciou a expansão do agronegócio, da grilagem de terras públicas e indígenas da Amazônia e da mineração com o aval do Estado.

No que tange a atividade de mineração e o consequente comprometimento do desenvolvimento sustentável, outro fator chama a atenção, trata-se da alta concentração de mercúrio nos rios da bacia amazônica. Esse assunto tem despertado cada vez mais o interesse em vários pesquisadores da área nos últimos anos, em razão da intensa atividade garimpeira de ouro na região (ARAÚJO; VIEIRA, 2019).

O mercúrio metálico - Hg<sup>0</sup> é amplamente utilizado pelos garimpos no processo de separação do ouro. Entretanto, esse elemento é despejado de forma indiscriminada no meio ambiente, acumulando seus sedimentos dos rios convertendo-se em metilmercúrio, onde é incorporado aos organismos aquáticos (HACON, 2020).

Outro perigo atribuído ao metilmercúrio deve-se ao seu alto potencial neurotóxico para os seres humanos, que afeta o sistema nervoso central, bem como sua capacidade de retenção no organismo. Também, sua concentração aumenta em cada nível da cadeia alimentar, sendo os peixes diretamente afetados que, se consumidos pelo ser humano, também possuem potencial risco para a saúde (BASTA et al., 2023).

A adoção de medidas urgentes para combater esses impactos também é objeto de atenção das Nações Unidas, fazendo parte da Agenda 2030 no Brasil dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS, que são um apelo global à ação para acabar com a

pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2023).

Diante ao exposto, é necessária uma inquietação sobre o que vem ocorrendo nos últimos anos na região amazônica. Trata-se de uma responsabilidade que todos devem assumir, tanto governos, empresas, pesquisadores e sociedade em geral, pois a Amazônia é um patrimônio natural para as gerações presentes e futuras.

### **3.2 Os efeitos da pandemia da COVID-19 para o desenvolvimento da Amazônia**

Para que se aborde sobre esses efeitos, é necessário levar em consideração as questões históricas e culturais da região. E é devido aos conflitos inerentes a exploração da região e a incipiente participação do poder público nessa causa, que esse se acentuou as desigualdades sociais cada vez mais presentes na Amazônia.

As condições de vida na Amazônia são amplamente desfavoráveis para a maioria da população, logo apresenta indicadores sociais, econômicos e de saúde muito desiguais. A baixa renda, a baixa escolaridade, condições de trabalho precárias, altas taxas de violência, exposição maior a doenças infecciosas, ausência de saneamento básico e acesso limitado aos serviços de saúde são alguns dos problemas enfrentados nessa região (GARNELO, 2019).

Dentre os impactos negativos vivenciados no período da pandemia da COVID-19, destaca-se também a desinformação. Por ser uma região muito extensa territorialmente, com lugares e comunidades totalmente remotas e sem acesso aos meios de informação, a informação verídica demorava chegar e, nesse caminho, o processo vacinal da população também foi moroso.

E reportagem sobre o esquema de vacinação em municípios do estado do Amazonas, publicada no site da Fundação Amazônia Sustentável – FAS (2023), averiguou-se que foi necessário construir uma campanha publicitária no combate à desinformação e às *Fake News*<sup>11</sup> sobre a ineficácia das vacinas, estimulada pelo discurso negacionista e amedrontador que afastou muitas pessoas dos imunizantes (FAS, 2023).

Como já discutido na seção anterior, a postura presidencial de minimizar no seu discurso a severidade e letalidade do vírus frente ao ápice da pandemia no Brasil, corroborou para os efeitos avassaladores desta. Especificamente, no caso dos estados que compõem a região Amazônica, instalou-se uma situação de pânico e caos.

---

<sup>11</sup> *Fake News* são notícias falsas que objetivam a distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, ou ainda online, como nas mídias sociais.

Em reportagem sobre a Falta de planejamento no enfrentamento à pandemia em Manaus, publicada em 16 de janeiro de 2021, a agência de notícias UOL entrevistou médicos sanitários para apresentarem uma análise da crise no Estado do Amazonas. A redação afirma que a crise instalada era previsível e os gestores poderiam ter se antecipado. O destaque está no desabastecimento dos hospitais, que reportou a falta de oxigênio, culminando num aumento exponencial de mortes.

Para a redação do UOL, a Secretaria de Saúde do Amazonas (SES-AM, 2021) relatou: “O Ministério da Saúde foi informado no dia 7 de janeiro sobre o risco de desabastecimento de oxigênio no mesmo dia em que a empresa responsável alertou o governo do estado”. Apesar disso, o governo federal não conseguiu conter a crise.

A agência também entrevistou o diretor-geral do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP, Fernando Aith. Para ele:

“Com o recrudescimento da epidemia em níveis mais graves do que abril e maio de 2020, há um novo pico pandêmico em Manaus. Tanto em números de infecções quanto de mortes. Isso teve como causa uma certa leniência do governo do estado e da Prefeitura de Manaus em não adotar as medidas orientadas pela OMS, como fechar as atividades econômicas não essenciais” (UOL, 2021).

Ao contrário das recomendações da OMS, houve o incentivo à aglomeração, à compra e ao consumo. Tais medidas são consideradas reflexos da postura negacionista presidencial corroborando à dizimação de milhares de vidas na Amazônia.

Até o início do mês de março de 2021 o número de mortes registrado superou o total geral do ano de 2020, em que mais de quatro mil pessoas morreram por Covid-19, considerado o epicentro da pandemia no estado do Amazonas, revelando a falta de coordenação e as decisões erradas das autoridades (FIOCRUZ, 2021).

Diante essa realidade, até a própria sociedade civil organizada se solidarizou. Foram artistas, jornalistas, empresários e outras pessoas anônimas que se mobilizaram para ajudar, doando cilindros de oxigênio no combate a essa guerra invisível.

Diferenças foram observadas na região Norte em relação às outras regiões do país. Foi apontado que 6 em cada 10 pessoas internadas na UTI com COVID-19 morreram, no Brasil. Na região Norte esse número foi de 8 mortes; enquanto o tempo entre dar entrada no hospital até a morte chegava a 12 dias nas outras regiões, no Norte era de apenas 7 dias. Isso demonstra que não foi dada a devida relevância em se investir recursos em equipamentos e leitos, pois eles não foram acompanhados de outras medidas importantes, como o treinamento de profissionais (GARNELO, 2019).

No que se refere ao desenvolvimento da região Amazônica, observa-se um retrocesso no período pandêmico, tendo em vista que houve-se uma desenfreada exploração nesse período devido o afrouxamento de políticas ambientais. Com isso, a Amazônia tem atravessado em um dos momentos mais críticos no que se refere ao seu desenvolvimento social e econômico.

Em estudo sobre as repercussões da COVID-19 no âmbito dos estados da região amazônica, Machado (2020, p. 97) apontou que:

“(…) Este campo de batalha possui individualidades que levam à tona toda uma desestrutura social já presentes e tornam-se cada vez mais evidentes, a partir de problemas constantes nas grandes metrópoles amazônicas, bem como nas periferias, revelando o apelo social e condições de sobrevivência precárias, o que leva a uma rediscussão sobre o papel do Estado e como as populações mais vulneráveis estão expostas à condições cada vez mais brutais de acesso ao básico, ao direito a sobrevivência, o acesso ao mínimo em uma região onde as desigualdades são resultados de uma lógica de prioridades que reforçam vulnerabilidades e segregações ainda mais estampadas neste atual momento” (MACHADO, 2020).

Esse cenário desenhado pela pandemia da COVID-19 na Amazônia, revela que o desenvolvimento, nas esferas social e sustentável, não possui uma ascendente. Pois as medidas governamentais para que se garantisse a proteção do direito à vida, repercutiram principalmente nas populações mais vulneráveis, acentuando as desigualdades sociais já existentes.

Em suma, o desenvolvimento da região amazônica nesse período ainda foi perceptível a partir da atuação das universidades na mitigação dos efeitos da pandemia, objeto de discussão da próxima seção.

### **3.3 A atuação das Universidades e o uso de TICs para promover a inclusão digital**

No Brasil, além da crise sanitária instalada pelo novo coronavírus que impôs mudanças substanciais no estilo de vida e nas relações humanas, a população assistiu país se desmoronando por meio de tomadas de decisão sem planejamento governamental, evidenciando um projeto de nação neoliberalista que fomentou o desmonte das universidades públicas e, que durante o ápice da pandemia, foi por meio destas que a ciência deu respostas rápidas aos problemas sociais, atuando com suas ferramentas – ensino, pesquisa e extensão – de forma inovadora no enfrentamento da pandemia.

Durante o contexto pandêmico, os desafios enfrentados pelas universidades públicas brasileiras foram percebidos pela sociedade, em geral. A partir da crescente do número de óbitos, as atividades suspenderam as atividades presenciais no seu âmbito e o Ministério da Educação – MEC publicou normativas para possibilitar a para possibilitar a flexibilização de ações educativas nas IFES, como a Portaria nº 554/2020, trata da substituição de aulas presenciais por aulas remotas síncronas e/ou assíncronas (BRASIL, 2020).

Em seu teor, a portaria permitiu o uso de ferramentas de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs para garantir a continuidade do ensino e possibilitar a participação de discentes às aulas em diferentes espaços e territórios com intuito de evitar o a circulação e contato entre a comunidade acadêmica interna.

Desde o início do ano de 2020, especificamente a partir do dia 11 de março – decreto do estado de Pandemia da COVID-19 pela OMS – são perceptíveis as rupturas do processo de ensino-aprendizagem dentro das universidades públicas. Nesse contexto, instalou-se um cenário de medo, isolamento e incerteza. Sobretudo no âmbito acadêmico, surgiram questionamentos acerca da continuidade ou interrupção das aulas e demais atividades realizadas e ensino, pesquisa e extensão.

Emergencialmente foram as próprias universidades que contribuíram e ainda estão contribuindo demasiadamente para o combate e enfrentamento da atual pandemia, que caminha para o seu quarto ano consecutivo.

Além de preparar o estudante para o pleno exercício da cidadania e serem consideradas celeiros na produção de conhecimento científico e tecnológico, as universidades também objetivam promover o desenvolvimento de pesquisas para a resolução de problemas para as demandas da comunidade, bem como por promoverem um alinhamento com um modelo de desenvolvimento que privilegie, além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida das pessoas (DA CUNHA RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014, p. 138).

Sob essa perspectiva, infere-se a dimensão da relevância que as IFES possuem para as regiões em que estão inseridas. Entretanto, com o advento da pandemia competiu à gestão universitária a manutenção do equilíbrio entre continuar ofertando um ensino de qualidade, capacitar seu corpo docente para o manuseio das TICs, desenvolver pesquisas de qualidade com poucos recursos e prover a assistência aos atores e segmentos impactados dentro da sua própria conjuntura.

Em estudo sobre inovação, desenvolvimento e o papel da Universidade, Audy (2017) esclarece que o emprego das tecnologias de aprendizagem na área educação caracteriza-se

como uma inovação disruptiva, que provoca um inevitável potencial processo de mudança. Para o autor, a mudança decorrente dessa implementação é radical, rompendo com o modelo anterior e gerando transformações significativas na área de Educação.

No entanto, o autor propôs uma reflexão, afirmando que as instituições de educação estão em uma encruzilhada, por um lado devem incorporar a inovação e, por outro, se não incorporarem serão superadas e desafiadas pelas novas instituições que surgirem ou por aquelas que já incorporaram essas novas tecnologias. E, nesse contexto, poderá surgir a maior barreira: a resistência às mudanças, seja por parte das pessoas envolvidas no processo, seja pelas próprias instituições, que em última instância são representadas pelas pessoas também, na atuação de seus gestores (AUDY, 2017).

Com propósito de garantir o acesso à educação, o Ensino Remoto Emergencial – ERE só foi possível com o emprego das TICs, no entanto prejudicou àqueles estudantes em situação de vulnerabilidade social, que se quer tinham um dispositivo para acesso às plataformas. Outros percalços também foram sendo percebidos, como a ausência e/ou o baixo sinal de internet nas regiões mais remotas da região amazônica, levando a exclusão digital dos discentes.

A exclusão digital trazida à tona pelo ERE adotado pelas universidades deve ser compreendida dentro de uma complexidade maior, haja vista que há outros elementos envolvidos para o surgimento desse fenômeno, como as próprias condições de moradia, que em sua maioria não possui condições adequadas ao acompanhamento das aulas e realização de demais atividades. Isso também reflete as condições de moradia e habitação da população amazônica.

Esse fenômeno ganhou repercussão e é objeto de discussão entre os pesquisadores da área, pois não se refere apenas ao não acesso dado por questões de pobreza, renda familiar e idade. Ela também envolve o uso não qualificado dos recursos e necessita de competências e habilidades para o uso TICs, o que se relaciona com outras dimensões, como socioculturais, econômicas e demográficas (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2021).

Para que se promova a inclusão digital, é necessário, primeiro, responsabilidade do Estado brasileiro em efetivar o cumprimento de políticas públicas. Também, é absolutamente necessário que as desigualdades sociais agravadas e exacerbadas pela pandemia tenham efeitos amplos e variados no auxílio de tomadas de decisão governamentais.

Por conseguinte, é crucial abordar os impactos da pandemia na educação de forma prioritária, garantindo que as mudanças nas realidades objetivas dos brasileiros se tornem realidade e que o direito à educação superior seja contemplado.



### 3.4 Reformas de políticas educacionais no Ensino Superior Brasileiro

Essa seção tem por propósito ampliar a discussão desse capítulo sobre a reforma de políticas educacionais no ensino superior brasileiro. Para tanto, apresenta um panorama dos últimos 22 anos, possibilitando uma análise desde a implementação dessas políticas, a mudança de cenário a partir do golpe parlamentar de 2016 e o subsequente tolhimento e interrupções.

A partir do início da década de 2000, em que o Lula foi eleito presidente do Brasil e posteriormente no governo Dilma, testemunhou-se um notável aumento nas iniciativas governamentais para a área da educação. Essas políticas públicas educacionais proporcionaram avanços significativos ao acesso à educação, à inclusão da diversidade no currículo acadêmico, à implementação de mudanças substanciais na gestão democrática.

Após a ditadura militar, a democracia brasileira foi estabelecida e consolidada na Constituição de 1988. No entanto, essa conquista democrática sofreu um golpe devastador de magnitude inimaginável para a nação. Esse golpe se materializou por meio do *impeachment*<sup>12</sup> da presidenta Dilma Rousseff e a destituição de um governo eleito democraticamente pelo povo, resultando em sérias consequências para a estabilidade política do país.

Para Savianni (2017, p. 216) “um *impeachment* só poderia acontecer se houvesse um crime de responsabilidade, o que não aconteceu, indo de encontro ao que estava previsto na constituição, que foi escancaradamente violada”. Para que se compreenda como isso ocorreu no país, cabe contextualizar aqui que o movimento neoliberal articulou o golpe. Esse movimento luta em defesa da concentração e apropriação de capital para uma minoria, sustentando o esvaziamento do Estado com a narrativa de reorganizar o país.

Após a destituição da presidenta Dilma Rousseff e a subsequente tomada da Presidência da República por Michel Temer, a pasta da Educação sofreu severos prejuízos, que se arrastaram e se acentuaram no governo anterior durante o advento da pandemia 19. Mudanças na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a Reforma do Ensino Médio e Escola Sem Partido foram os projetos evidenciados pelo (des)governo.

Sob essa perspectiva, foi sustentado o discurso que os professores não estariam cumprindo com suas funções, doutrinando os alunos com ideologias político-partidárias. Os integrantes desse movimento afirmavam veementemente a necessidade da escola assumir um

---

<sup>12</sup> O termo *Impeachment* em tradução livre para a língua portuguesa significa impedimento ou destituição, é um processo político-criminal que visa destituir alguém de um cargo governativo em países com modelos de governo presidenciais, por grave delito ou má conduta no exercício de suas funções.

papel de neutralidade diante de questões políticas morais e religiosas, e que, só assim será possível garantir acesso a um saber realmente útil para os alunos.

Castro Neta (2018, p. 4) afirma que “na tentativa de se esquivar, o MEC empoderou forças conservadoras da sociedade, recrudescendo o machismo e as inúmeras formas de intolerâncias contra grupos sociais e pessoas”. Em suma, essa ideologia implicou para as universidades uma deslegitimação, desmoralização, e um cerceamento à liberdade de expressão que tinha sido reconquistada desde o fim da ditadura militar no Brasil.

No período eleitoral, os brasileiros foram apresentados a uma imagem enganosa de normalidade, mas após a eleição de Bolsonaro como o novo presidente da República Federativa do Brasil para o mandato de 2020 a 2023, a sociedade começou a perceber a instauração de um novo regime caracterizado por traços autoritários, ultraliberalismo e elementos do fascismo. Essa situação provocou uma divisão política que teve graves consequências para o desenvolvimento do país, que provocou efeitos deletérios para o desenvolvimento do país.

Contudo, paralela à chegada da pandemia da COVID-19 no Brasil, somada à crise e instabilidade da economia mundial, o país vivenciou um aumento exponencial do desemprego, agravamento da desigualdade e da pobreza. Esse cenário culminou no enfraquecimento do discurso da austeridade neoliberal.

Chaves e Araujo (2022) explicam que as universidades foram enfraquecidas pelo então presidente da república. Os autores destacaram que:

“O *modus operandi*<sup>13</sup> do governo Bolsonaro ao lidar com a crise sanitária da Covid-19, alinha-se com as ações direcionadas às universidades federais. Estas instituições sociais foram transformadas em alvos sistemáticos de ataques, deslegitimação e desmonte, arregimentados pelos titulares da pasta da educação. Após pouco mais de dois anos de mandato presidencial, as medidas adotadas representam o progressivo esvaziamento da autonomia das universidades e uma profunda reconfiguração na estrutura administrativa do Estado (CHAVES, ARAÚJO, 2022, p. 8).

Em contrapartida, a situação de dependência econômica e subordinação do país aos blocos hegemônicos reforçou a política de desmantelamento da educação, ciência e tecnologia. De acordo com sua visão míope e contrária aos interesses populares, o ex-presidente defendia que a universidade pública era considerada um luxo desnecessário e dispendioso.

---

<sup>13</sup> *Modus operandi* é uma expressão em latim que significa "modo de operação". Utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo geralmente os mesmos procedimentos. Livre tradução.

A política de redução nos recursos das Universidades federais teve início em 2015, durante a crise econômica que afetou o país no governo da presidenta Dilma Roussef. No entanto, foi somente a partir de 2018 que essa redução no orçamento dessas foi acentuada. Esses dados são apresentados na tabela 1.

**Tabela 1. Receitas da União e Despesas das IFES no período de 2013 a 2020**

<i>Ano</i>	<i>Receitas da União: corrente e de capital [A]</i>	<i>Despesa Total com as Universidades Federais [B]</i>	<i>% [B]/[A]</i>
<b>2013</b>	2.198.140.893.199	57.277.607.116	2,61%
<b>2014</b>	2.361.580.162.097	58.384.587.181	2,47%
<b>2015</b>	2.440.339.222.905	55.285.234.406	2,27%
<b>2016</b>	2.479.895.047.624	55.381.788.002	2,23%
<b>2017</b>	2.371.232.603.296	58.335.928.107	2,46%
<b>2018</b>	2.668.992.705.884	58.375.566.943	2,19%
<b>2019</b>	2.796.998.932.889	58.527.466.696	2,09%
<b>2020</b>	3.276.105.379.391	57.141.530.977	1,74%
<b>Δ 2013-2020</b>	49,04%	-0,24%	

FONTE: Ministério da Fazenda. (2021). Secretaria do Tesouro. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de 2013 a 2020.

Apesar da crise, foi constatado que entre 2013 e 2020, as receitas da União aumentaram em 49,04%. No entanto, as despesas com as Universidades Públicas Federais sofreram uma redução de -0,24%. Refletindo também que não se foi dado o devido valor para essas instituições.

Analisando a evolução percentual anual das despesas das Universidades Federais em relação às Receitas da União, fica evidente que o percentual de recursos destinados a essas instituições tem sido abaixo de 2,5% em média. A situação se agravou a partir de 2018 (governo Temer), chegando a atingir apenas 1,74% das receitas da União em 2020 (governo Bolsonaro).

Além dos fatores mencionados nessa seção, as práticas do próprio governo o levaram à falência, fato este evidenciado com o resultado das eleições em 30 de outubro de 2022, ou seja, os atos do próprio governo durante seu mandato o levaram à derrota.

O jornal espanhol El País, realizou um estudo a partir da análise de notícias dos veículos de comunicação. O estudo aponta que a cobertura da crise sanitária pela imprensa agravou a

percepção da população de um governo irresponsável frente à pandemia e à proteção à Amazônia, evidenciando uma gestão sem liderança, marcada pelo negacionismo científico. Imprimindo uma crise ética e de falência de gestão (El PAÍS, 2022).

Com a retomada ao governo, Lula juntamente com sua equipe gestora propõe mudanças para a educação superior brasileira. Em entrevista à Agência Brasil, o ministro da Educação, Camilo Santana, declarou em Brasília que o governo Lula vai encerrar o processo de deterioração das universidades públicas, que foi promovido pela gestão anterior. Ele anunciou que o orçamento das universidades e institutos federais de ensino, que sofreram cortes e ataques sem precedentes, será recomposto (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Em síntese, o governo liderado por Bolsonaro, com orientação política de extrema direita, tinha a intenção de enfraquecer a ciência e a educação superior no país, com o propósito de facilitar a manipulação da população. Contudo, seu plano foi frustrado e a retomada da universidade ao lugar de protagonismo que vinha ocupando, caminha para sua recuperação.

## **4 ATUAÇÃO DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA DE IFES DA REGIÃO NORTE DO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

Assim como qualquer instituição, a universidade pública não é uma entidade isolada, mas sim uma parte integrante da sociedade e, ao mesmo tempo, é influenciada por ela. Ela está constantemente se adaptando às mudanças sociais. Nesse contexto, fica evidente que a realidade é moldada pela sociedade de acordo com as próprias vivências. À medida que a sociedade incorpora certas ações e práticas ao longo do tempo, elas agregando outros valores a essas vivências. Além disso, essas vivências influenciam o comportamento humano e desempenham um papel crucial na construção dos padrões sociais, refletindo seu próprio desenvolvimento.

Convém resgatar a premissa desse estudo, que sustenta-se em afirmar que, mesmo em um contexto de pandemia, as universidades públicas federais assumiram um papel social fundamental para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas por meio da produção de ciência em diferentes áreas do conhecimento. É sob essa perspectiva que esse capítulo foi elaborado, discutindo e apresentando elementos que respondam o objetivo geral desse estudo, que é averiguar como universidades públicas da Região Norte do Brasil atuaram frente aos desafios vivenciados durante a pandemia da COVID-19.

Portanto, esse capítulo caracteriza as IFES pesquisadas, apresenta como os gestores realizaram o planejamento de ações e estratégias durante o período pandêmico, em destaque à produção de pesquisas, o desenvolvimento de ações de extensão, o realinhamento de prioridades na assistência estudantil e a reorganização do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto apresenta dados obtidos por meio de entrevistas, documentos e notícias obtidas nos respectivos sites.

### **4.1 Caracterização das IFES Pesquisadas**

No Brasil, há um total de 69 universidades federais, sendo que 11 delas estão localizadas na Região Norte. Nessa região, o estado do Pará se destaca com o maior número de instituições de ensino superior (IES) - um total de quatro - enquanto o estado do Tocantins possui duas universidades. Os outros cinco Estados possuem, cada um, apenas uma instituição de ensino superior. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 5 dessas 11 universidades foram estudadas. Nessa seção é apresentada uma breve descrição das 5 universidades que foram objetos da pesquisa realizada à campo, sendo as instituições UFAM, UFPA, UFRR, UFT

e UNIR. As informações e dados coletados das respectivas universidades descritas nessa subseção foram extraídas dos próprios endereços eletrônicos das mesmas.

#### 4.1.1 A Universidade Federal do Amazonas – UFAM

A UFAM, com sede na cidade de Manaus, é uma Instituição Federal de Ensino Superior, criada nos termos da Lei nº. 4.069-A, de 12 de 1962, do Decreto nº. 53.699, de 1964, mantida pela União como entidade da administração indireta. Constituída atualmente por 18 unidades de ensino, entre institutos e faculdades, sua estrutura incorporou de início a Faculdade de Direito, remanescente da Universidade de Manaus, e as faculdades de Ciências Econômicas e de Filosofia, Ciências e Letras, unidades isoladas de ensino superior, criadas e mantidas pelo Estado. A essa estrutura juntou-se também, por doação do desembargador André Vidal de Araújo, o patrimônio da Escola de Serviço Social de Manaus. Já no final dos anos 1990 outra unidade de ensino superior incorporou-se à estrutura da UFAM - a Escola de Enfermagem de Manaus, anteriormente mantida pela Fundação SESP, do Ministério da Saúde<sup>14</sup>.

Os municípios em que a UFAM possui campi instalados estão em destaque no mapa na cor verde, são eles Manaus, Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Parintins e Itacoatiara.

#### 4.1.2 A Universidade Federal do Pará - UFPA

A UFPA é constituída por 15 institutos, oito núcleos, 36 bibliotecas universitárias, dois hospitais universitários e uma escola de aplicação. Segundo o Anuário Estatístico de 2018, ano base 2017, elaborado pela Pró-reitoria de Planejamento, o ensino de graduação alcançou a marca de 38.865 mil estudantes; a pós-graduação, em torno de 9.249 estudantes; o ensino fundamental e médio, 1.051 alunos. Há, ainda, 6.769 estudantes matriculados em cursos de ensino técnico e cursos livres das Escolas de Música, Teatro e Dança e de Línguas Estrangeiras. Considerada a maior universidade pública da Amazônia possui 4.411 alunos matriculados no mestrado; e 2.271, no doutorado. São 120 cursos, distribuídos por 40 doutorados, 58 mestrados acadêmicos e 22 mestrados profissionais. Dos 85 programas da UFPA, 12 estão em *campi* do interior do Estado<sup>15</sup>.

Os municípios de abrangência da UFA são Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

---

<sup>14</sup> Consulta realizada no site da Universidade Federal do Amazonas. Disponível no endereço: <https://ufam.edu.br/>

<sup>15</sup> Consulta realizada no site da Universidade Federal do Pará. Disponível no endereço: <https://portal.ufpa.br/>

#### 4.1.3 A Universidade Federal de Roraima - UFRR

A UFRR implantada em 1989, quatro anos após ter sido autorizada pela Lei nº 7.364/85, a UFRR é a primeira instituição federal de ensino Superior a instalar-se em Roraima. A instituição oferta 47 cursos superiores, sendo 26 bacharelados, 20 licenciaturas e 1 tecnológico. Atualmente, são mais de nove mil alunos nos cursos de ensino básico, técnico, graduação e pós-graduação. Na pós-graduação, oferta 13 mestrados. Oferta ainda os seguintes doutorados: Agronomia (POSAGRO), Educação em Ciências e Matemática (PPGECM), Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte (PPG-BIONORTE) e Recursos Naturais (PRONAT). Nos 30 anos de existência da UFRR, mais de seis mil alunos foram formados nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado<sup>16</sup>.

Sua sede encontra-se instalada na capital de Boa Vista, na cor amarelo, com atividades desenvolvidas em três campi, são eles Paricarana, Cauamé e Murupu.

#### 4.1.4 A Universidade Federal do Tocantins – UFT

A UFT, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) é uma entidade pública vinculada ao Ministério da Educação destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente (Artigo 207 da Constituição Federal). Com mais de 18 mil alunos, em sete campus universitários, a UFT mantém 62 cursos de graduação, além de dezenas de cursos de especialização, 17 mestrados acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 6 doutorados, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior<sup>17</sup>.

Os municípios em que a UFT possui campus são Palmas (sede), Arraias, Gurupi, Miracema e Porto Nacional e, como ainda não encontra-se uma divisão no painel do MEC, foram incluídos os municípios de Araguaína e Tocantinópolis que fazem parte da UFNT.

#### 4.1.5 A Universidade Federal de Rondônia - UNIR

---

<sup>16</sup> Consulta realizada no site da Universidade Federal de Roraima. Disponível no endereço: <https://ufrr.br/historico>

<sup>17</sup> Consulta realizada no site da Universidade Federal do Tocantins. Disponível no endereço: [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br)

A UNIR é a única universidade pública de Rondônia. Foi criada em 1982 pela Lei nº 7011, de 08 de julho, após a criação do estado pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981. A sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração (PRAD), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq). Atualmente possui 66 cursos de graduação, 20 programas de Mestrado e 5 de Doutorado<sup>18</sup>.

Hoje, a UNIR possui oito campus, que estão localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena.

#### **4.2 O planejamento de ações pelas IFES para o enfrentamento da pandemia**

Essa sessão objetiva discutir informações e dados obtidos por meio das respostas ao roteiro de entrevistas, formulários online e analisa documentos e notícias para que se compreenda as ações e intenções planejadas pelas IFES para o período da pandemia da COVID-19 sob a perspectiva dos gestores, complementada com a análise de documentos institucionais. Assim, é indispensável discutir essa temática.

As universidades operam em contextos dinâmicos e voláteis, o que resulta na demanda por reformulação de suas estruturas organizacionais e na adoção de maiores abordagens inovadoras. Tanto por exigências legais como por aspirações de uma administração mais eficaz, as instituições de ensino superior precisam optar por incorporar o planejamento de ações como um componente fundamental para impulsionar o progresso de uma entidade moderna na sociedade, visto como um recurso incontornável para orientar escolhas decisivas.

Desta forma, o processo de gestão se inicia com o planejamento, relacionado à preparação, organização e estrutura para o alcance de objetivos das organizações, nesse sentido, o processo de planejar-se estabelece uma hierarquia para consecução dos objetivos organizacionais, norteando e orientando o uso dos recursos de modo eficiente e eficaz (DOS SANTOS; CHIARETTO, 2019)

Para Kayser, Silva e Braga (2016), em se tratando do contexto acadêmico, o planejamento é um importante instrumento que auxilia no processo de ensino e aprendizagem. As autoras apontam que:

---

<sup>18</sup> Consulta realizada no site da Universidade Federal de Rondônia. Disponível no endereço: <https://www.unir.br/>



O planejamento é um instrumento balizador das políticas educacionais, norteando a estratégia da instituição de ensino para alcançar suas metas e assegurar a consolidação da missão institucional, de modo que o seu cumprimento implica diretamente na obtenção de resultados positivos ou negativos por parte das instituições (KAYSER, SILVA E BRAGA, 2016).

Dentro dessa situação, enquadra-se a gestão de projetos, a qual nos anos recentes tornou-se mais abrangente e mais presente em todos os segmentos das organizações, especialmente na formulação de seus planos. Contudo, vale ressaltar que todo projeto carrega consigo uma dose de incerteza e torna-se imperativo realizar a gestão dessas incertezas a fim de minimizar seus efeitos. No caso desse estudo, seu foco está centrado na gestão acadêmica de 5 das 11 universidades localizadas na região Norte do Brasil

As respostas às entrevistas e formulários – instrumentos dessa pesquisa - foram analisadas e categorizadas conforme análise de conteúdo de Bardin (2011) e a discussão foi ampliada com análise documental, a partir de informações extraídas do PDI de cada IFES conforme quadros 8, 9, 10, 11 e 12.

#### 4.2.1 O planejamento de ações das IFES durante o período da COVID-19

Para iniciar a discussão proposta nessa seção, torna-se pertinente, primeiro, visualizar de uma forma panorâmica a missão, visão e princípios/valores de cada uma destas, conforme respectivos PDI. É o que se propõe com a elaboração do quadro abaixo:

#### **Quadro 8. Missão, Visão e Princípios/Valores de IFES da região Norte do Brasil**

<b>IFES</b>	<b>Missão</b>	<b>Visão</b>	<b>Princípios/Valores</b>
<b>UFAM</b>	Produzir e difundir saberes, com excelência acadêmica, nas diversas áreas do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia.	Ser reconhecida pela excelência do ensino, da pesquisa e da Extensão, relacionados aos povos, saberes, culturas e ambientes Amazônicos	Ética, pertencimento institucional, democracia, transparência das ações, responsabilidade, inclusão social, respeito aos direitos humanos, à liberdade, à diversidade e ao ambiente.
<b>UFPA</b>	Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.	Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade.	Universalização do conhecimento, respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual; pluralismo de ideias e de pensamento; ensino público e gratuito; indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; exibibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;

			excelência acadêmica; defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
<b>UFRR</b>	Produzir, integrar e socializar conhecimentos para formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento cultural, social, econômico e ambiental.	Ser referência nacional e internacional em educação superior, reconhecida pela excelência no saber amazônico e fronteiriço.	Valorização humana, Transparência, Excelência, Comprometimento, Responsabilidade, Respeito e Proatividade.
<b>UFT</b>	Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade (conforme redação dada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional).	Consolidar-se até 2025, como uma universidade pública, inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal.	Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade e com as comunidades; Inovação; Desenvolvimento sustentável; Equidade e justiça social e; Formação ético-política.
<b>UNIR</b>	Produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas, visando ao desenvolvimento da sociedade.	Ser referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação na Amazônia até 2024.	Desenvolvimento Humano; Eficiência, eficácia e efetividade; Sustentabilidade institucional; Cooperação e integração; Integração entre ensino, pesquisa e extensão; Transformação social; Transparência e Moralidade.

FONTE: Dados da pesquisa, elaborado a partir da análise do PDI de cada IFES, 2023.

Essa visão panorâmica proposta no quadro 8 é relevante para que se compreenda como essas instituições orientam e planejam suas decisões e ações, garantindo que todos os membros da comunidade acadêmica trabalhem em prol dos mesmos objetivos.

A interrelação entre os princípios de missão, visão e valores molda a essência identitária de uma instituição, desempenhando um papel fundamental na capacidade lidarem com os desafios atuais que se apresentam. Nesse estudo, o desafio enfrentado pelas IFES é a pandemia da COVID-19.

Assim como na sequência proposta no quadro 8, iniciaremos a discussão e análise de cada caso na seguinte ordem: 1. UFAM; 2. UFPA; 3. UFRR; 4. UFT e 5. UNIR.

Na UFAM, a gestão acadêmica da IFES intencionou garantir o equilíbrio de suas atividades. Contudo, devido às incertezas impostas pela pandemia às universidades no Brasil, isso distanciava ainda mais o cumprimento de sua missão institucional.

No seu PDI (2016 – 2025) é apontado os desafios a serem alcançados pela IFES, dentre eles, cabe destaque à sua interiorização, podendo ser alcançada com sua inserção nas mais diversas regiões do Estado. Não obstante, devido ao corte no orçamento destinado às universidades, bem como o avanço desenfreado da COVID-19, esse desafio também tornava-se ainda mais distante. O quadro 9 apresenta um recorte desses desafios.

### Quadro 9. Desafios para a gestão acadêmica da UFAM conforme PDI

Desafios para a Gestão	Estratégias de enfrentamento
1. Interiorizar a IFES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserir a IFES nas mais diversas regiões geográficas do Estado;</li> <li>• Desburocratizar o processo de implementação.</li> </ul>
2. Realizar um trabalho educativo consistente e coerente com as necessidades e demandas concretas de diferentes grupos sociais,	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flexibilização curricular;</li> <li>• Promover a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a transversalidade como princípios pedagógicos;</li> <li>• Promover acessibilidade e ações afirmativas como direitos fundamentais.</li> </ul>
3. Aumentar a captação e fixação de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investir na formação, respondendo às demandas dos Municípios/Mesorregiões que reconhecem o potencial que a Universidade representa.</li> </ul>

FONTE: Dados da pesquisa elaborados a partir do PDI da UFAM, 2023.

O quadro acima retrata as ações planejadas da gestão e respectivas estratégias de enfrentamento, mas para que isso seja possível, o seu fazer deve ser constante por todos os atores envolvidos. O PDI é fruto de uma construção coletiva.

Em uma busca aprofundada no site da UFAM, foram encontrados documentos que tornaram públicas as decisões da gestão acadêmica, trata-se de portarias e ofícios que regulamentaram o funcionamento da IFES durante o ápice do período pandêmico, conforme quadro 10.

### Quadro 10. Medidas adotadas pela UFAM para o enfrentamento da COVID-19 em 2020

Documento	Assunto	Objetivo
Portaria nº 626, de 13 de março de 2020	Suspensão das atividades presenciais no âmbito da UFAM.	Suspende as atividades presenciais acadêmicas e administrativas pelo prazo de 15 (quinze) dias; Determina que a PROEG e a PROPESP apresentem orientações sobre o funcionamento das inadiáveis necessidades acadêmicas, bem como a PROGESP oriente sobre o funcionamento das atividades administrativo-funcional dos servidores. Preserva o funcionamento presencial dos serviços considerados essenciais.
Portaria nº 703, de 31 de março de 2020	Realização das atividades laborais em regime remoto.	Institui excepcional e temporariamente, como medida geral de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade do novo Coronavírus (COVID-19), o trabalho remoto em toda a Universidade Federal do

		Amazonas, com exceção das atividades essenciais.
Ofício Circular SEI nº 971/2020/ME	Levantamento do quantitativo de servidores não presentes fisicamente em local de trabalho diante do enfrentamento da emergência de saúde pública (COVID-19)	Mapear os servidores em situação de home office e em afastamento no âmbito das IFES; Regularizar as atividades de trabalho não-presenciais no âmbito das IFES.
Ofício Circular SEI Nº 002/2020/PROGESP/UFAM	Assunto: Orientações Preliminares – Suspensão das Atividades Administrativas Presenciais – Portaria GR nº 626/2020	Estabelecimento do Teletrabalho; Recomenda a utilização de todos os demais sistemas <i>online</i> e tecnológicos de gestão como ferramentas de trabalho;
Ofício Circular SEI Nº 003/2020/PROGESP/UFAM	Suspensão das atividades dos Restaurantes Universitários - Apoio financeiro aos Auxílios RUNI e Moradia.	Suplementação aos Auxílios RUNI e Moradia aos estudantes já contemplados por ambos. Os valores antes de R\$ 300,00 passam a ser de R\$ 600,00.

FONTE: dados da pesquisa, adaptado do site [www.ufam.edu.br](http://www.ufam.edu.br), 2021.

O impacto desses documentos refletiram sobre todos os envolvidos direta e indiretamente com a instituição e com o agravamento da pandemia da COVID-19, a UFAM teve de adotar procedimentos e protocolos. Entre estes, o isolamento social, que foi fundamental para evitar a disseminação do vírus e prevenir a comunidade do contágio, assim colocou suas unidades administrativas em *home office*.

É o que se extrai da fala do Reitor ao abordar quais foram as alternativas adotadas pela IFES para que as atividades não fossem interrompidas, explanando a seguinte resposta:

*(...) a universidade utilizou o sistema SEI, implantado em 2019 e os colaboradores trabalharam remotamente com essa ferramenta. Já para o funcionamento das atividades acadêmicas foram utilizadas plataformas e recursos de TIC” (Reitor - UFAM).*

Com base na fala do gestor entrevistado, o trabalho remoto foi considerado um desafio logo após a implementação do *home office* e, para facilitar o processo de comunicação, atendimento e funcionamento dos serviços, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFAM elaborou um guia de contatos institucionais. Este pode ser conferido acessando o endereço eletrônico: <https://progesp.ufam.edu.br/contatos.html>.

Na UFPA é perceptível na fala da Pró-Reitora de Ensino e Graduação como os efeitos da COVID-19 implicaram na suspensão de uma série de atividades e serviços prestados à comunidade. A IFES teve de se reinventar e operacionalizar à curto prazo práticas inovadoras para suavizar os prejuízos já percebidos pela comunidades interna e externa.

Ao ser questionada acerca dos efeitos da pandemia no âmbito da UFPA, Pró-Reitora de Ensino e Graduação da UFPA fez a seguinte pontuação:

*“[...] alguns serviços de apoio e atendimento à comunidade tiveram que ser suspensos; o serviço de protocolo foi fechado e o fechamento das unidades dificultou a tramitação de processos e do contato presencial; houve a suspensão de editais de bolsa e de seleção de pós-graduação; a COVID-19 acarretou adoecimentos na comunidade estudantil e em suas famílias” (Pró-Reitora de Ensino e Graduação - UFPA).*

A fala da gestora entrevistada reflete tanto as mudanças do processo de trabalho interno da IFES quanto os efeitos na comunidade acadêmica, especificamente nos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Com isso, a instituição propôs sua atuação em consonância com o que se propõe com a sua missão: “Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade”. Também, nota-se que a UFAM adaptou às mudanças do ambiente externo, mantendo-se focada em sua missão essencial.

Estima-se que os mais prejudicados na conjuntura pandêmica foram os estudantes que tiveram que lidar com a falta de recursos e equipamentos apropriados para realizarem seus estudos, se esbarrando nas dificuldades decorrentes da crise econômica instalada no país, que comprometem as condições básicas de manutenção da vida, como alimentação, moradia, saúde, emprego e outras (ROSA, DOS SANTOS e GONÇALVES, 2021).

Já na UFRR, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE aprovou a resolução que autorizou o Ensino Remoto Emergencial - ERE na instituição. A medida propôs que as aulas fossem retomadas de forma não presencial apenas na data de 08 de setembro de 2020.

A resolução do CEPE ainda trouxe que a adesão dos discentes ao ensino remoto seria voluntária, sem que nenhum discente tivesse prejuízos em seus registros acadêmicos caso não optasse por aderir ao ERE.

Facultar ao discente a adesão do calendário foi uma das maneiras que a UFRR encontrou de também estimular a não evasão e/ou trancamento de matrícula, visto que cada um também poderia ter se readequado na realização das suas atividades da vida diária, como o fato de estarem trabalhando para garantirem sua subsistência e até mesmo não estarem mais disponíveis para assistirem às aulas nos horários regulares devido essa nova realidade.

A resolução trouxe que o período letivo suplementar 2020.1 começaria no dia 8 de setembro e terminaria em 19 de dezembro de 2020. O período letivo suplementar 2020.2,

equivalente ao segundo semestre do ano acadêmico 2020, iniciaria no dia 8 de fevereiro de 2021, com encerramento previsto para 22 de maio.

Em se tratando de uma ação planejada de curto prazo, essa reorganização de calendários letivos e horários também foi desafiadora no âmbito da UFRR, visto que requereu institucionalmente uma mobilização das coordenações dos cursos em reorganizarem aulas práticas, estágios e até mesmo concatenar o ensino, a pesquisa e a extensão.

A UFT também realizou suas ações planejadas durante o período pandêmico, cabe aqui um resgate aos desafios e objetivos estratégicos da instituição, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025), que são: Educação inovadora com excelência acadêmica; Inclusão social; Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo; Reconhecimento social e; Mecanismos de governança pública.

Não obstante, com o advento da Pandemia da COVID-19, paralelo ao cenário político nacional entre 2020 e 2022, a instituição necessitou reinventar os processos gerenciais e educacionais para acelerar o alcançar esses desafios em consonância com o seu PDI.

No tocante aos efeitos da pandemia COVID-19 na comunidade acadêmica, uma ação imediata foi necessária. Assim, por meio da Portaria ORG nº 215, de 17 de março de 2020 o reitor da UFT suspendeu os atendimentos presenciais nas Unidades Acadêmicas e Administrativas da Instituição e recomendou que os servidores desempenhem suas atribuições em regime excepcional de trabalho remoto ou revezamento de jornada de trabalho.

Logo na semana subsequente, atendendo as recomendações do governo federal, foi instituído Comitê Extraordinário COVID-19 da UFT, conforme Portaria ORG nº 231, de 25 de março de 2020. O Comitê foi composto por 6 (seis) membros e possui caráter consultivo, com competência extraordinária para acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do novocoronavírus, além de analisar, adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e controle do contágio e orientações sobre o tratamento das pessoas afetadas.

Com objetivo de tornar transparente as ações planejadas da gestão para a comunidade acadêmica, foi criado um *link* específico sobre o enfrentamento institucional à COVID-19 na página oficial da UFT sob o endereço: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/acoes-covid19/covid19-apresentacao>.

Ao clicar na referida aba, o internauta é direcionado para página específica que contém painel integrado, medidas institucionais, atos do Comitê Extraordinário, dicas de prevenção, artigos científicos inerentes à pandemia, notícias e central de atendimento.

Ao se realizar busca detalhada entre os anos de 2020 e 2022 no site UFT, constatou-se 3 notícias que refletiram diretamente na comunidade acadêmica, conforme quadro 11:

### Quadro 11. Notícias sobre os desafios da COVID-19 na UFT

Ano	Título da Notícia	Síntese	Link para acesso
2020	“Conselho Universitário delibera pela suspensão do Calendário Acadêmico 2020”	O Conselho Universitário da UFT deliberou pela suspensão do Calendário Acadêmico 2020 dos cursos presenciais de graduação; a suspensão é por tempo indeterminado a partir de 31 de março de 2020 e leva em consideração as medidas para o enfrentamento da Covid-19.	<a href="https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/27041-resultado-consuni-30mar20">https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/27041-resultado-consuni-30mar20</a>
2021	“Por conta da Covid-19, Copese anuncia suspensão de concurso para professor efetivo”	O certame foi suspenso devido ao elevado número de novas infecções com superlotações no sistema de saúde, considerando-se o risco que o deslocamento de candidatos, membros de banca e demais colaboradores pode trazer para suas próprias vidas.	<a href="https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/29103-por-conta-da-covid-19-copese-anuncia-suspensao-de-concurso-para-professor-efetivo">https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/29103-por-conta-da-covid-19-copese-anuncia-suspensao-de-concurso-para-professor-efetivo</a>
2022	“Consuni aprova resolução para o retorno gradual ao ensino presencial”	O Conselho Universitário da UFT definiu que a retomada ao ensino presencial se dará mediante condições sanitárias e atendimento de saúde pública que a viabilize planejada, gradual e segura à comunidade acadêmica a hibridização dos espaços.	<a href="https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/30673-consuni-aprova-resolucao-para-o-retorno-gradual-ao-ensino-presencial">https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/30673-consuni-aprova-resolucao-para-o-retorno-gradual-ao-ensino-presencial</a>

FONTE: dados da pesquisa obtidos no portal [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br), 2022.

As notícias acima destacam que os efeitos da COVID-19 incidiram na interrupção no processo de formação dos discentes, alteração no formato do processo de trabalho dos demais colaboradores, interferiram na realização de concurso público para ingresso de docentes na IFES e refletiu no retorno às atividades presenciais num cenário ainda incerto, em que novas variantes foram surgindo.

Com intuito de não prejudicar os semestres letivos e garantir a formação do estudante dentro do período previsto no respectivo calendário acadêmico, o Vice-Reitor relatou as estratégias adotadas:

*“[...] a gente bolou uma estratégia de todas as atividades. Cada colegiado fez um mapeamento, nós temos 5 campus. Mas a gente fez esse trabalho em conjunto, ao todo dos 7 campus. Foi feito um mapeamento de quais atividades poderiam acontecer presencialmente e um planejamento da oferta na modalidade remota. As demais ficaram pendentes e a gente fez uma estratégia de fazer um calendário acadêmico de 3 períodos. Um primeiro com a totalidade de 100 dias letivos conforme LDB, um usual também com 100 dias letivos e um com menos dias letivos para que as atividades fossem ofertadas ali, para que lá na frente deva haver uma melhoria na situação e aí a gente poderia fazer as atividades presenciais, ele poderia ser menor por que aí cairia as restrições e as atividades poderiam voltar a ocorrer de forma presencial, ele poderia ser menor porque o aluno já teria feito as atividades*

*teóricas. E esse foi o cenário que se concretizou. A gente chamou isso de semestre complementar. Claro que houve um prejuízo pedagógico, apesar de não ser o mais recomendado, mas havia uma série de pré-requisitos que deveriam ser contemplados” (Vice-Reitor UFT).*

O relato do Vice-Reitor evidenciou que as estratégias adotadas pela gestão acadêmica da UFT só foram possíveis após planejamento. Tido como órgão central para essas tomadas de decisão, o Comitê Extraordinário COVID-19 da UFT acompanhava paulatinamente a evolução da COVID-19, mensurando como cada medida adotada iria refletir sobre a comunidade interna.

O Comitê Extraordinário COVID-19 da UFT foi criado por meio da PORTARIA nº 231, de 25 de março de 2020, com caráter consultivo e com competência extraordinária para acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do novo Coronavírus, além de analisar, adotar e fixar medidas de saúde pública necessárias para a prevenção e controle do contágio e o tratamento das pessoas afetadas.

Foi realizada leitura meticulosa dos 48 (quarenta e oito) pareceres emitidos pelo Comitê Extraordinário COVID-19 até o mês de novembro de 2011. Após análise mais aprofundada, 13 desses pareceres provocaram mudanças substanciais no comportamento da comunidade acadêmica. O quadro 12 sintetiza cada um destes

#### **Quadro 12. Pareceres emitidos pelo Comitê Extraordinário COVID-19 da UFT**

<b>Parecer Nº/Data</b>	<b>Recomendação</b>
Nº 01 de 25/03/2020	NÃO RECOMENDA a disponibilização estudantes de graduação da UFT para atuarem junto às unidades de saúde neste momento.
Nº 02 de 30/03/2020	O comitê extraordinário COVID-19 da UFT, RECOMENDA que as atividades que envolvam deslocamento para áreas com altos índices de transmissibilidade da COVID-19 sejam adiadas.
Nº 05 de 27/04/2020	O comitê NÃO RECOMENDA retorno do Internato Médico e Rural de imediato; Este posicionamento pode ser modificado conforme o comportamento epidemiológico da Pandemia e recomendações de órgãos de saúde.
Nº 15 de 09/07/2020	Considerando a série histórica dos boletins epidemiológicos publicados pela Secretaria de saúde do Estado do Tocantins, por meio do Laboratório Central do Estado LACEN-TO. Este comitê NÃO RECOMENDA o retorno das atividades presenciais neste momento;
Nº 19 de 14/07/2020	RECOMENDA que todos os integrantes da comunidade acadêmica, que possuam características/condições que agravem o desenvolvimento da COVID-



	19, devem ser afastados do trabalho presencial. Entende-se por características agravantes ou fatores de risco.
Nº 22 de 22/07/2020	Considerando, portanto, a excepcionalidade da situação, o desejo manifesto por parte dos estudantes do curso de Medicina em retornar às atividades de estágio, a decisão do colegiado do curso de Medicina, do conselho diretor e das demais entidades que se manifestaram no processo, este comitê é FAVORÁVEL à solicitação do retorno às atividades presenciais dos alunos internos do 11º período do curso de Medicina, campus de Palmas da UFT.
Nº 27 de 18/09/2020	Considerando, portanto, a excepcionalidade da situação, o desejo manifesto por parte dos estudantes do curso de Medicina em retornar às atividades de estágio, a decisão do colegiado do curso de Medicina, do conselho diretor e das demais entidades que se manifestaram, este comitê é FAVORÁVEL à solicitação do retorno às atividades dos alunos internos do 9º e 10º períodos do curso de Medicina, campus de Palmas da UFT para realização do Internato Rural.
Nº 33 de 26/10/2020	O comitê RECOMENDOU que as Direções dos campus da UFT providenciem e fiscalizem a adoção estrita das Medidas de Biossegurança definidas pelo Comitê Institucional Covid-19 para funcionamento dos Restaurantes Universitários e das Casas do Estudante dos campus.
Nº 35 de 01/03/2021	O comitê recomendou a realização os eventos inerentes à pesquisa preferencialmente de forma online para melhor controle da Pandemia.
Nº 37 de 18/03/2021	Sobre a realização do vestibular de forma presencial, o comitê NÃO RECOMENDOU a realização de avaliação presencial neste caso.
Nº 44 de 09/03/2022	O comitê se manifesta FAVORÁVEL, a revogação da necessidade de distanciamento em salas de aulas, laboratórios, bibliotecas e demais dependências da UFT.
Nº 48 de 13/07/2022	Este comitê entende que uma atualização ampla do protocolo de biossegurança para retorno seguro das atividades presenciais na UFT deve ser realizada o quanto antes;
Nº 49 de 28/11/2022	Devido ao comportamento da pandemia COVID19, este comitê RECOMENDA o retorno da obrigatoriedade do uso de máscaras em salas de aulas e ambientes fechados da UFT.

FONTE: Dados da pesquisa obtidos no portal [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br), 2023.

Os dados obtidos nas análises de todos os pareceres emitidos pelo Comitê Extraordinário sugerem que no ano de 2020 houve maior quantidade de pareceres do Comitê Extraordinário, visto que o cenário da epidemia era crescente e as mortes foram se intensificando, entretanto todas as aulas e demais atividades ocorreram de forma remota.

O mesmo ocorreu no ano de 2021, as aulas continuaram no formato remoto e demais atividades essenciais ocorreram seguindo todas as recomendações dos órgãos de segurança. Já

no ano de 2022 tanto o trabalho técnico e demais atividades quanto as aulas voltaram a ocorrer de forma presencial com adoção das medidas de segurança dos órgãos governamentais de saúde, reforçadas pelos pareceres do Comitê.

Na UNIR, por meio da Portaria nº 146/2020/GR/UNIR de 12 de março de 2020, foi instituído um Grupo de Trabalho - GT sobre o Coronavírus (COVID-19), que posteriormente no ano de 2021 passou a se chamar Comitê Científico para Enfrentamento do Novo Coronavírus. O objetivo do comitê foi realizar o acompanhamento e divulgação de informações, no âmbito da UNIR, sobre o surto pandêmico na IFES.

Já na data de 18 de março do mesmo ano, a Reitoria publicou a Portaria nº 155/2020/GR/UNIR, que estabelece critérios e procedimentos administrativos acerca do cumprimento de expediente e das jornadas de trabalho a serem adotados no âmbito da Universidade Federal de Rondônia durante a vigência do Estado de Emergência em Saúde Pública declarado pelo Ministério da Saúde. Na referida portaria, além de apresentar normatizações e recomendações de segurança também estabeleceu o funcionamento remoto das atividades administrativas no âmbito de toda a academia.

As referidas capacitações e outras medidas adotadas pela IFES podem ser conferidas no próprio site [www.unir.br](http://www.unir.br) na aba “Medidas Preventivas contra o Coronavírus COVID-19”. Ao clicar, o internauta é direcionado para a página [www.coronavirus.unir.br/homepage](http://www.coronavirus.unir.br/homepage) que conta com um rol de informações e *links* úteis de rápido acesso que abordam sobre o uso e manuseio destas.

Em suma, as ações de planejamento da UNIR, objetivaram fomentar a capacitação de seu respectivo pessoal, como Diretores de Núcleos e Campi, Pró-Reitores, colaboradores técnico-administrativos e professores.

Ao se fazer alusão aos desafios impostos pela pandemia e aos desafios constantes no PDI da universidade, observa-se uma consonância na ênfase dada ao processo de trabalho e capacitação dos colaboradores expressos no quadro 13.

### **Quadro 13. Desafios para a gestão acadêmica da UNIR conforme PDI**

<b>Desafios para a Gestão</b>	<b>Estratégias de enfrentamento</b>
1. Política de seleção, movimentação e lotação dos servidores técnicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturação da Coordenadoria de Provimento e Movimentação Gestão de Pessoal – CPM;</li> <li>• Capacitação desses servidores para atuarem de forma estratégica nas seleções e movimentação de pessoal</li> </ul>

2. Implementação da Gestão por Competência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar servidores da Coordenadoria de Provimento e Movimentação de Pessoal e da Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento para atuarem, em seus nichos, pelo viés conceitual da Gestão por Competência.</li> </ul>
3. Fortalecer as políticas de gestão de pessoas implementadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir a rotatividade de servidores das unidades vinculadas à Diretoria de Gestão de Pessoas;</li> <li>• Normatizar e regulamentar as políticas implementadas perante os Conselhos Superiores.</li> </ul>

FONTE: Dados da pesquisa elaborados a partir do PDI da UNIR, 2023.

A partir dessa análise é possível evidenciar que a gestão da UNIR, horizontaliza sua atuação capacitando seus colaboradores. Sobre esse aspecto, ao responder formulário de pesquisa, o Vice-Reitor da universidade relatou que “(...) *houveram capacitações promovidas por algumas unidades acadêmicas e unidades administrativas para realização do teletrabalho*” (**Vice-Reitor UNIR**).

Diante do exposto, percebe-se que a gestão da UNIR se empenhou na manutenção e continuidade de suas respectivas atividades acadêmicas. A proposta de criação de Comitê Científico para acompanhamento e monitoramento da COVID-19 foi fundamental para que a instituição supere os desafios e efeitos oriundos da pandemia, principalmente com foco para as ações que promovam a inclusão e acesso ao ensino com equidade.

#### 4.3 A Assistência Estudantil, Programas de Acessibilidade e discentes beneficiados

Antes de iniciar essa seção, cabe resgatar um dos objetivos dessa pesquisa: “descrever como IFEs da Região Norte garantiram a acessibilidade dos estudantes ao ensino remoto emergencial durante o período da Pandemia da COVID-19”. Logo, se propõe a abordar sobre como discentes das IFES pesquisadas foram beneficiados com a ampliação dos programas de acessibilidade, que é uma outra ação planejada da gestão acadêmica para oportunizar a participação plena do discente na educação superior, promovendo a garantia da equidade e da inclusão.

Para fundamentar ainda mais a discussão sobre a garantia de direitos aos discentes das IFES pesquisadas, é essencial pontuar o dever do Estado com as pessoas, especialmente à promoção da dignidade humana.

O Art. 1º, inciso III da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, apresenta a dignidade da pessoa humana como um fundamento constituinte do Estado Democrático de Direito. A Constituição ainda assegura que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Art. 227, Constituição Federal de 1988).

A visão de nação delineada pelo artigo 227, onde a máxima importância é conferida ao ser humano, especialmente àqueles em condições de maior fragilidade e potencial, requer uma ação imediata. A ideia fundamental é direta: uma sociedade que coloca o bem-estar do ser humano como prioridade máxima é um ambiente mais favorável e benéfico para todos.

Dentro da perspectiva de compromisso conjunto, os que têm direito a receber podem solicitar o cumprimento dessa obrigação a qualquer um dos responsáveis. Isso implica que a família, a comunidade e o Estado – aqui entendido como instituições - têm a obrigação de assegurar que as ações mencionadas no artigo 227 da Constituição sejam efetivamente realizadas.

Ainda, testemunhando os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre instituições e sobre a vida das pessoas, surgiram os seguintes questionamentos: Esse princípio constitucional tem sido efetivado? Seria possível conjecturar que a implementação plena do mesmo teria minimizado as desigualdades já existentes?

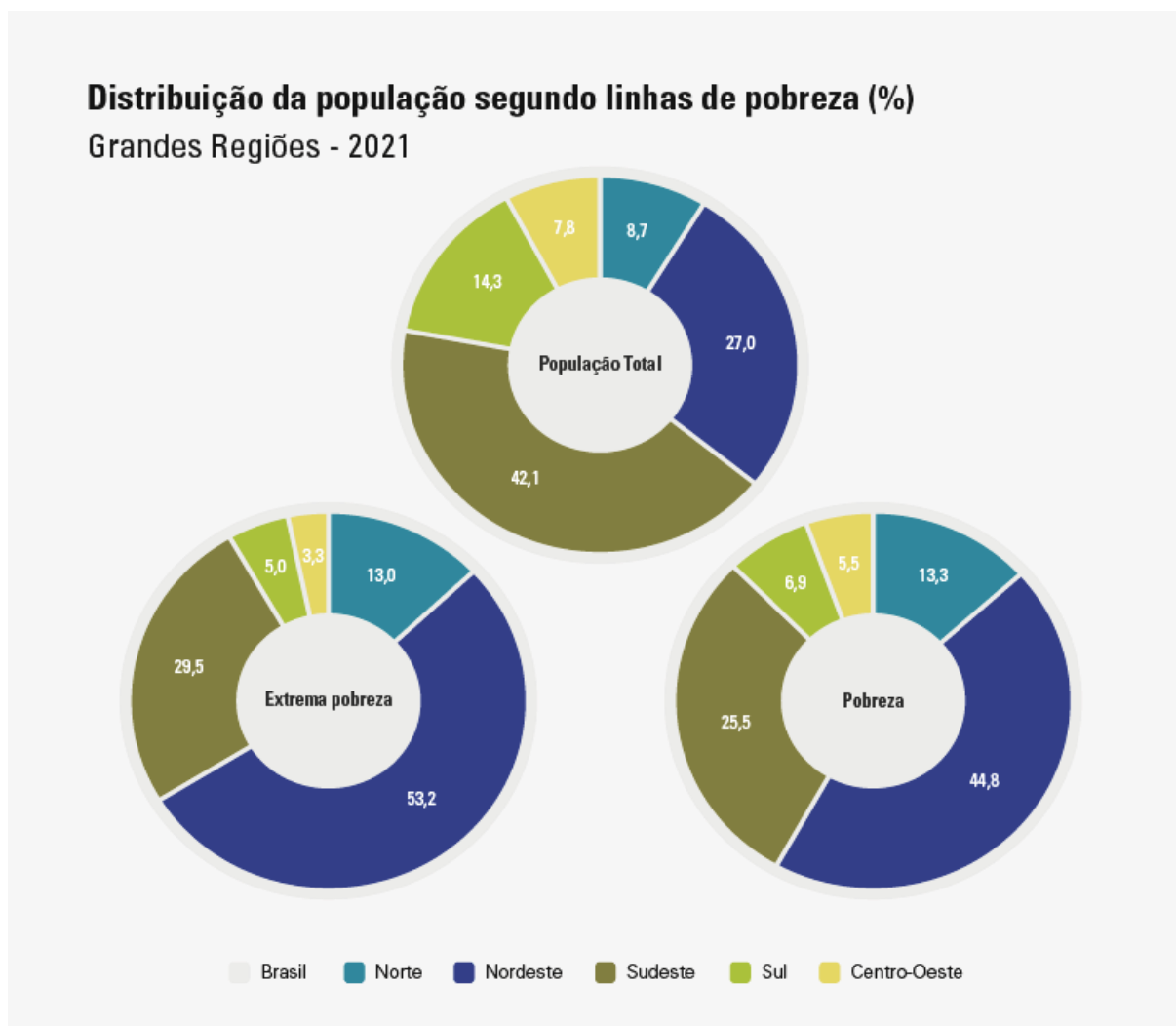
Dados do IBGE apontam que no ano de 2021, o valor médio da renda por pessoa no domicílio atingiu o ponto mais baixo desde o início da série histórica em 2012, chegando a R\$1.353. Mesmo com a melhora no mercado de trabalho nesse ano, não foi possível recuperar completamente as perdas sofridas em 2020 (IBGE, 2021).

Essas perdas podem estar relacionadas à crise sanitária global imposta pela COVID-19 somadas à demora do governo federal em adotar as medidas de isolamento social recomendadas pela OMS e especialistas da área, bem como ao negacionismo presidencial à gravidade e letalidade do novo coronavírus.

Levando em conta os critérios de pobreza definidos pelo Banco Mundial, aproximadamente 62,5 milhões de indivíduos (correspondendo a 29,4% da totalidade da população nacional) viviam em condições de pobreza. Dentro desse grupo, cerca de 17,9

milhões de pessoas (equivalente a 8,4% da população) estavam em uma situação de extrema pobreza. O gráfico 2 retrata a proporção de pessoas pobres por regiões no país.

**Gráfico 2. Distribuição da população por região no Brasil segundo linhas de pobreza**



FONTE: Agência IBGE notícias, 2022.

Ao analisarmos o gráfico por regiões, nota-se que o Nordeste (48,7%) e o Norte (44,9%) apresentavam os maiores percentuais de indivíduos em condição de pobreza dentro de suas respectivas população. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, essa proporção alcançava 20,6% (equivalente a um em cada cinco habitantes), enquanto a taxa mais baixa foi registrada na região Sul, totalizando 14,2%.

Os dados do IBGE evidenciaram que as Regiões Nordeste e Norte foram as mais atingidas pela pobreza. De certo modo, ambas as regiões possuem estados que fazem parte da

Amazônia Legal, que sofreu uma deslegitimação e destruição ambiental do governo federal para favorecer grandes produtores rurais e garimpos ilegais em detrimento da população vulnerável da região.

Vale ressaltar que ao longo de quatro anos de governo, nota-se que houve um esforço contínuo para causar danos ao patrimônio natural do povo brasileiro, elevando as estatísticas da pobreza na Amazônia, afetando as universidades públicas localizadas na região.

O território da Amazônia Legal é considerado como uma das principais áreas cujas atenções encontram-se voltadas para ações focalizadas no desenvolvimento em suas diversas dimensões e um componentes do desenvolvimento que mais tem recebido atenção é a Educação, entendida como um meio para adquirir e desenvolver capacidades que ampliem as liberdades substantivas dos indivíduos, com reflexos na sociedade, tendo os seus próprios membros como atores que contribuem para melhora de sua respectiva qualidade de vida (KLEIN; PIZZIO; RODRIGUES, 2018).

Para os autores, é por meio da educação que as pessoas podem transformar sua realidade, melhorando suas condições de vida agregando mais valor intelectual e, ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento de sua região.

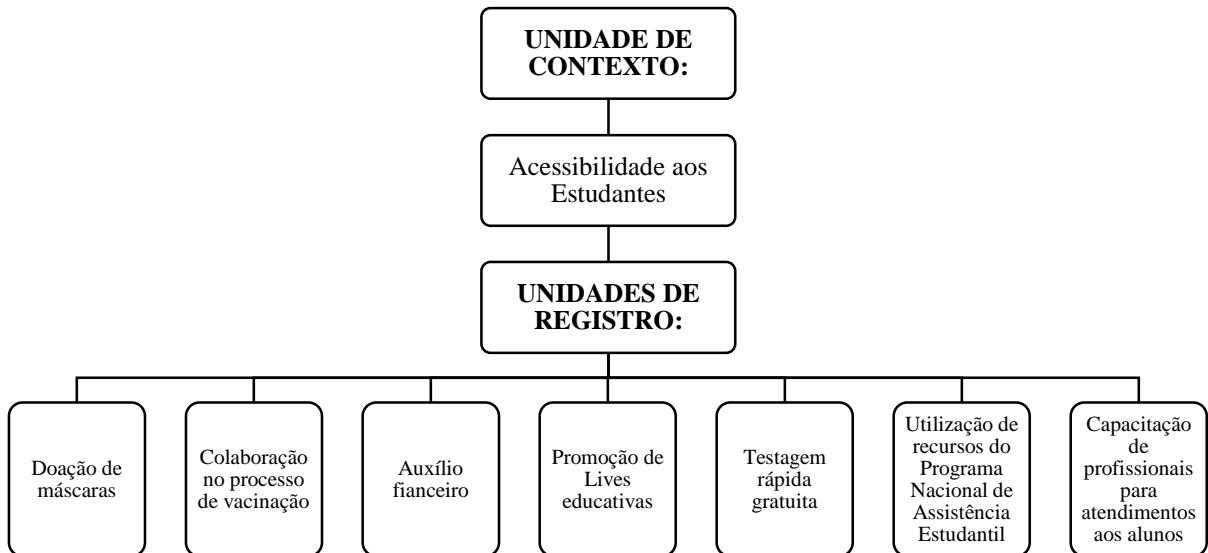
Contudo, desde o ano de 2015 o Brasil passou por diversas transformações no âmbito social e político, que tiveram impactos significativos nas estratégias econômicas adotadas e, conseqüentemente, no direcionamento da política educacional. Ao longo desse período, três presidentes com perspectivas políticas contrastantes assumiram a liderança do país, moldando a evolução da assistência estudantil até o ano de 2020, período em que surgiu a pandemia da COVID-19, agravando mais ainda os mais vulneráveis, nesse caso, os estudantes das IFES.

Com essa preocupação, através da análise dos dados obtidos por meio da pesquisa em documentos e entrevistas, foi viável traçar um panorama dos principais estímulos e obstáculos presentes no ambiente institucional das Universidades Federais do Norte do Brasil em relação aos discentes beneficiados com os Programas de Acessibilidade.

Por meio do método de análise de conteúdo, de Bardin (2011), foi extraído dos relatos dos sujeitos pesquisados as unidades de análise, caracterizadas nessa pesquisa como uma similaridade no teor da fala de cada um dos entrevistados.

Nesta pesquisa, essas unidades de análise estão apresentadas na figura abaixo:

**Figura 4. Relação entre as unidades de contexto e unidades de registro sobre o tema acessibilidade aos estudantes.**



FONTE: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa a campo, a partir da transcrição das entrevistas com os gestores das IFES.

A fim de obter uma compreensão abrangente da realidade das IFES pesquisadas acerca de como foram promovidas as ações de acessibilidade aos discentes, os dados estão centrados em ações que os beneficiaram. E para iniciar essa discussão, é necessário conceituar acessibilidade. Na sequência, é discutida como ela ocorreu durante o período pandêmico nas IFES objetos desse estudo.

O conceito de acessibilidade implica na eliminação de obstáculos que podem ser de natureza arquitetônica, comunicativa, metodológica, instrumental, pragmática e de atitude. Dentro dessa perspectiva, o termo "acessível" passa a ser uma característica fundamental do ambiente, assegurando a melhoria da qualidade de vida para todas as pessoas, independentemente de possuírem alguma deficiência ou não (BVS, 2023).

Partindo do princípio de que o conceito de acessibilidade visa assegurar a qualidade de vida das pessoas, apresenta-se, a seguir, como os programas de acessibilidade beneficiaram os estudantes em situação de vulnerabilidade social da IFES pesquisadas, iniciando pela UFAM.

Na UFAM, os programas de acessibilidade são viabilizados por meio de auxílios que objetivam realizar o acompanhamento do discente contemplado, durante sua vida acadêmica. O Departamento de Assistência Estudantil tem, através destas ações, o objetivo de reduzir os

índices de retenção e evasão do discente integrante do ciclo da assistência estudantil dentro da instituição (UFAM, 2023).

Para melhor compreensão dos principais programas referidos na UFAM durante o período da pandemia da COVID-19, foi elaborado o quadro 14, que apresenta os auxílios e respectivos documentos regulatórios.

**Quadro 14. Programas/Auxílios respectivos documentos regulatórios.**

Auxílios PNAES	Auxílio MEC/RNP
<p><b>Auxílio Alimentação Emergencial</b></p> <p>1) PORTARIA Nº 305, DE 28 DE AGOSTO DE 2020 - Suspensão e Remanejamento para o Auxílio Alimentação Emergencial</p> <p>2) PORTARIA Nº 36, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2021</p> <p>3) PORTARIA Nº 104, DE 08 DE ABRIL DE 2021 - Prorrogação do prazo da Portaria PROGESP nº 305 do Auxílio Alimentação Emergencial.</p> <p><b>Auxílio de Volta para Casa</b></p> <p>1) PORTARIA Nº 306, DE 28 DE AGOSTO DE 2020 - Auxílio de Volta para Casa</p> <p>2) PORTARIA Nº 308, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020 - Retificação do Auxílio de Volta para Casa</p> <p><b>Auxílio de Volta pra UFAM</b></p> <p>PORTARIA Nº 380, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021</p> <p><b>Auxílio Inclusão Digital - Modalidade Internet</b></p> <p>1) Portaria Nº353/2020 - PROGESP - Auxílio Inclusão Digital - Modalidade Internet</p> <p>2) PORTARIA Nº 280 DE 28 DE JULHO DE 2020</p> <p>3) PORTARIA Nº 267, DE 28 de julho de 2021</p>	<p><b>Projeto Alunos Conectados - MEC/RNP</b></p> <p>1) Edital nº 25/2020 - Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP</p> <p>2) Homologação das Inscrições do Edital nº 25/2020 - Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP</p>

FONTE: Informações obtidas no site da UFAM, 2023.



Conforme informações constantes no portal da UFAM, na aba Assistência Estudantil<sup>19</sup>, No ano de 2020, devido à pandemia causada pelo Novo Coronavírus, que levou à interrupção do calendário acadêmico (conforme estabelecido na Portaria GR nº 626 de 13 de março de 2020), os auxílios da Assistência Estudantil (Auxílios Acadêmico, Moradia, RUNI, Transporte Intermunicipal), financiados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), na UFAM, tiveram que ser pausados. Os estudantes beneficiários foram realocados para um único auxílio, o Auxílio Alimentação Emergencial (conforme a Portaria Nº 305, de 28 de agosto de 2020 - Suspensão e Remanejamento para o Auxílio Alimentação Emergencial).

Vale mencionar que, a partir de 1º de agosto de 2020, de acordo com a Portaria Nº 280 de 28 de julho de 2020, o envio e acompanhamento mensal dos Relatórios do Acompanhamento Acadêmico (RAAs) no sistema e-campus foram suspensos.

Com o agravamento da pandemia e a Decisão AD Referendum CONSUNI 01/2020 que suspendeu as atividades presenciais na universidade por tempo indeterminado, o Departamento de Assistência Estudantil (DAEST), reconhecendo o risco para a saúde física e mental dos estudantes que permaneciam nas Residências Universitárias, longe de suas famílias, implementou o "Auxílio de Volta para Casa", conforme a Portaria Nº 306 de 28 de agosto de 2020.

Esse auxílio proporcionou uma assistência financeira aos estudantes beneficiários das vagas em Residências Universitárias (RUNI) e Auxílio Moradia, permitindo-lhes retornar às suas casas de origem e ficar próximos de suas famílias. Em 18 de novembro de 2021, foi lançado o Auxílio de Volta para a UFAM, exclusivamente para os beneficiários do Auxílio de Volta para Casa, que atendiam aos critérios estabelecidos na Portaria 380/2021.

Com a aprovação de um Calendário Acadêmico Especial e a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) para a graduação por meio da Resolução nº 003/2020 CONSEPE, de 12 de agosto de 2020, o DAEST, de acordo com suas atribuições e considerando as necessidades dos estudantes, conduziu estudos orçamentários para oferecer o Auxílio Inclusão Digital - Modalidade Internet, conforme a Portaria Nº 353/2020 - PROGESP - Auxílio Inclusão Digital - Modalidade Internet.

É relevante destacar que, com o objetivo de apoiar os estudantes socioeconomicamente vulneráveis que não foram contemplados pelos auxílios PNAES, a UFAM aderiu ao Projeto Alunos Conectados, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) em colaboração com a

---

<sup>19</sup> Informações obtidas no site da UFAM, pelo endereço: <https://progesp.ufam.edu.br/programas-e-auxilios/auxilios-em-tempo-de-pandemia.html> em 27 jul 2023.

Rede Nacional de Pesquisa (RNP), com recursos do MEC, visando atender ao público especificado no Edital nº 25/2020 - Projeto Alunos Conectados do MEC/RNP.

Ao ser entrevistado, o Reitor da UFAM propôs uma reflexão sobre as mudanças ocorridas na IFES com o advento da pandemia, ele propôs que “(...) *as instituições precisam se reinventar no mundo pós-covid*” (**Reitor - UFAM**).

A fala do Reitor evidencia uma reflexão acerca de como será o futuro das universidades num período pós-pandemia. Sob esse aspecto compreende-se que será necessário investimentos contínuos por parte do governo federal, principalmente a ampliação do apoio financeiro estudantil.

Já no caso da UFPA, no ano de 2022 a instituição realizou ações voltadas para acolhimento de sua comunidade acadêmica, em destaque aos projetos de extensão RodaVida, a Clínica de Psicologia e a Clínica de Atenção à Violência. Os projetos visam orientar universitárias quanto às ações que se podem tomar em relação às dificuldades, tanto no que se refere à ordem emocional quanto no que se refere à legalidade para fazer valer seus direitos de mulheres-mães-cidadãs (UFPA, 2022).

De acordo com Relatório de Gestão da UFPA, a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade - PINAE, aprovada em março de 2021, organiza-se em 4 eixos estruturantes: Eixo de Assistência Estudantil; Eixo de Integração Estudantil; Eixo de Alimentação Estudantil e Eixo de Acessibilidade; com base nos quais são estruturados os programas, os projetos e as ações específicas (UFPA, 2022).

Os principais programas e projetos de assistência e de Integração Estudantil da UFPA são:

1. Programa Permanência (PPERMANÊNCIA);
2. Programa de Acessibilidade (Proaccess);
3. Programa Casa de Estudantes Universitários (Proceus);
4. Programa Bolsa Permanência do MEC (PBP/MEC);
5. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G);
6. Programa de Apoio Pedagógico (ProAP);
7. Programa Estudante Saudável (PES);
8. Programa de Bolsa Acadêmica Permanência (Probolsa);
9. Programa Rede de Apoio Psicossocial (Prorede);
10. Programa de Comunicação (Procomunica);
11. Programa Restaurante Universitário (Proru).

Durante o período pandêmico, os Programas ProAP e Proaccess tiveram de se reinventar no atendimento ao discente. Para tanto, foram utilizados chat para atendimento psicopedagógico, psicológico, lives com a presença de intérpretes de Libras e aumento de materiais digitais acessíveis para pessoas com deficiência, entre outros.

Ainda em 2022 a UFPA, por meio da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), lançou o Cadastro Geral de Assistência Estudantil, o Cadgest. O cadastro tem o objetivo de ampliar o acesso aos programas de assistência e acessibilidade a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O cadastro geral vai substituir os vários editais publicados anteriormente. Com a implantação da Cadgest, o acadêmico se inscreverá apenas uma vez no início de cada semestre letivo (UFPA, 2022).

Outra ação relevante desenvolvida pela instituição está no projeto de Plantão Psicológico. Nele é ofertado atendimento para estudantes de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) que se encontram com alguma vulnerabilidade emocional com o objetivo de promoção e acompanhamento da saúde mental para que possam concluir o curso com qualidade de vida.

O acolhimento é realizado por uma equipe que é coordenada por uma docente, da Faculdade de Psicologia da UFPA, e conta com a participação de estagiários do curso de Psicologia e de psicólogas vinculadas à Saest/UFPA (UFPA, 2022).

Em 2021 cabe destaque à ação de prevenção para a saúde feminina. Na ocasião a UFPA realizou exames preventivos ao câncer do colo do útero e ao câncer de mama para a comunidade interna.

Para ajudar na prevenção, o Laboratório de Citopatologia da UFPA realizou atendimentos em fluxo contínuo durante o período pandêmico tanto para estudantes da UFPA, por meio do Programa Estudante Saudável, promovido pela Superintendência de Assistência Estudantil (Saest), quanto para mulheres da comunidade externa. Ao todo, foram realizadas de 10 a 15 coletas por dia de atendimento, feitas por profissionais de saúde acompanhadas por estudantes de graduação da UFPA (UFPA, 2021).

A partir de informações disponíveis no website da UFPA, na seção da Coordenadoria de Acessibilidade<sup>20</sup>, e de acordo com a Resolução N° 763, datada de 20 de outubro de 2017, que ratifica o Regimento da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), assim como

---

<sup>20</sup> Informações obtidas no endereço: <https://saest.ufpa.br/coaccess/index.php/atividades> Acesso em 01 ago 2023.

a Política de Assistência e Acessibilidade Estudantil da UFPA - PINAE, expressa na Resolução N° 828, de 23 de março de 2021, a Coordenadoria de Acessibilidade, por meio do programa de Acessibilidade (PROACCESS), tem como principais objetivos:

1. Desenvolver programas, projetos e ações que ampliem a Política de acessibilidade, visando o acesso, participação, autonomia, independência e aprendizagem de estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação, matriculados(as) na UFPA;
2. Executar e apoiar, em parceria com as unidades acadêmicas ou administrativas, ações de ampliação de apoio à inclusão de estudantes com deficiência da UFPA.
3. Avaliar e produzir dados acerca do desempenho acadêmico dos(as) estudantes com deficiência ou com altas habilidades/superdotação, beneficiados pela política de Assistência e acessibilidade Estudantil;
4. Promover formação continuada à comunidade universitária acerca de temas relacionados à inclusão, acessibilidade e atuação docente com estudantes com deficiência;
5. Propor aquisição de tecnologia assistiva que amplie a funcionalidade da pessoa com deficiência na Educação Básica e superior, necessários ao processo ensino-aprendizagem do(a) discente com deficiência;
6. Fomentar e ampliar serviços de acessibilidade comunicacional, informacional, didático-pedagógico, digital e tecnológico aos(as) estudantes com deficiência;
7. Acompanhar, por meio de análise de acessibilidade, projetos arquitetônicos para que sejam acessíveis e funcionais ao público de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
8. Exercer outras atividades no âmbito de suas atribuições.

A No caso da UFPA, observa-se que os programas de acessibilidade aos alunos cumpriram ao que a instituição se propõe o processo de mudança institucional avançou nas dimensões da estratégia e da estrutura, e agora se espera que de forma incremental vá caminhando em direção a mudanças nos mecanismos de suporte.

A permanência da Política de Assistência Estudantil na UFPA ainda enfrenta obstáculos significativos, especialmente no aspecto da restauração dos recursos orçamentários provenientes do PNAES, necessários para manter os programas em andamento e garantir o apoio aos alunos em circunstâncias socioeconômicas vulneráveis, cuja situação foi agravada devido à pandemia de COVID-19.

Na UFRR, os programas e auxílios de acessibilidade são coordenados pela Diretoria de Assuntos Estudantis – Daes. Ela atua no planejamento, gerenciamento, supervisão e execução das atividades de promoção e assistência estudantil da UFRR. A Daes oferece as bolsas e auxílios estabelecidos pelo Decreto Nº 7.234, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esses benefícios são disponibilizados ao aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFRR, 2023). Para contextualizar a atuação da Daes durante o período pandêmico na UFRR, é apresentada às coordenadorias e divisões no quadro 15.

### Quadro 15. Coordenadorias e divisões da Daes da UFRR

Coordenadoria/Divisão	Objetivo
Coordenação de Apoio à Permanência - CAPER	É o órgão responsável pela execução de políticas voltadas para o incentivo à permanência dos alunos, em vulnerabilidade econômica e social, na UFRR. Coordena os auxílios estudantis, que reduzem os índices de evasão e contribuem para que os acadêmicos terminem o curso no prazo adequado
Coordenação de Acompanhamento da Assistência Estudantil - CAAE	É o setor que atua na gestão dos programas e ações continuadas relacionadas à Assistência Estudantil, que envolvam atividades de permanência e auxílio aos acadêmicos da UFRR
Divisão de Acessibilidade – DAC	A Divisão de Acessibilidade é o órgão que tem o objetivo de promover o acesso, a participação, a permanência e a aprendizagem dos discentes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.
Divisão de Acompanhamento Social e Psicopedagógico - DASP	A DASP atua nas políticas mais amplas de inclusão e permanência da Universidade Federal de Roraima. Assim, oferece a todos os discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação avaliação socioeconômica para ingresso nos Programas com um enfoque interdisciplinar entre Psicologia e Serviço Social, ao acompanhar o aluno em relação a sua vida acadêmica e, além do seu rendimento estudantil, também priorizar os aspectos de sua qualidade de vida emocional.
Divisão de Moradia e Restaurante Universitário - DMRU	A Divisão de Moradias e Restaurantes Universitários é o órgão responsável pela gerência das moradias e restaurantes universitários. Também realiza a expedição de carteirinhas para acesso aos RUs dos campi. O acesso subsidiado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) ao RU é realizado mediante processo seletivo publicado em edital e divulgado pela Prae. Os alunos são selecionados conforme a sua situação socioeconômica.
Divisão de Esporte e Lazer	Realiza a política de fomento das atividades de esporte e lazer da UFRR, por meio da realização de eventos esportivos, parcerias e campanhas de estímulo à prática de exercícios físicos.

FONTE: elaboração própria, dados da pesquisa documental.

Ao se analisar o relatório da gestão da UFRR do ano de 2020, observa-se que foram apontadas como ameaças que, conforme descrito nas ameaças de financiamento de custeio, mesmo com a grande demanda e necessidade de uma política inclusiva permanente, os últimos anos observamos uma diminuição significativa os recursos destinados para essa finalidade (UFRR, 2020).

É relevante destacar que o financiamento destinado ao suporte para acesso e permanência não provém exclusivamente do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mas também de bolsas provenientes de diversos projetos e programas institucionais relacionados ao ensino, pesquisa, extensão, internacionalização e outras áreas.

Já no relatório da gestão do ano de 2021 é apontado que os beneficiários da Assistência Estudantil continuaram recebendo os benefícios: Auxílio Inclusão Digital, Auxílio Alunos conectados, Auxílio Moradia, Auxílio Refeição, Auxílio Refeição dos Residentes, e Auxílio Transporte. Destaca-se que o auxílio refeição, que correspondia a um valor mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) teve o valor majorado para R\$ 500,00 (quinhentos reais) devido o recrudescimento da vulnerabilidade social decorrente da pandemia causada pelo coronavírus (UFRR, 2021).

Consta ainda no relatório que o Projeto Alunos Conectados, do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), realizou contratação de serviço de acesso à Internet, por meio de 373 chips de telefonia celular com pacote de até 20 GB por mês, nas tecnologias de 3ª e 4ª geração de redes móveis, para alunos da UFRR em condição de vulnerabilidade socioeconômica para que estes possam desenvolver e continuar as suas atividades acadêmicas.

Como na entrevista não foi evidenciada na fala do gestor a temática em questão, procedeu-se a análise de informações contidas no website da instituição, bem como análise dos relatórios de gestão de 2020 e 2021.

Ao se analisar esses dados, nota-se que, assim como na UFAM e UFPA, a UFRR também percebeu os efeitos e teve de planejar ações que garantira a acessibilidade à respectiva comunidade acadêmica a partir da oferta de programas e auxílios via editais.

Os dados presentes nos dois relatórios indicam que, devido à situação epidemiológica, não foi viável iniciar as operações do Restaurante Universitário, que fornece o Auxílio Alimentação aos estudantes. Além disso, não foi possível disponibilizar o Auxílio Pró-ciência, Auxílio Pró-cultura e Auxílio Pró-atleta, uma vez que esses auxílios têm o propósito de financiar atividades nas quais os alunos representam a universidade em outras localidades.

Além desses aspectos, o edital para a Bolsa Pró-Acadêmico, que está voltada para atividades presenciais nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, também não foi divulgado.

O quadro 16 retrata o quantitativo de benefícios estudantis concedidos no ano 2021.

**Quadro 16. Quantitativo de benefícios gerenciados pela DAES no ano 2021.**

BENEFÍCIO	ÁREAS	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UTILIZADO	Recurso
Auxílio Vale-refeição	Alimentação	182	1.012.500,00	PNAES
Auxílio Vale-Moradia	Moradia	148	612.103,00	PNAES
Auxílio Transporte	Transporte	03	3.960,00	PNAES
Auxílio Vale-refeição - Residentes Universitários	Alimentação	13	77.500,00	PNAES
Auxílio Inclusão Digital	Inclusão Digital	232	R\$ 222.300,00	PNAES
Auxílio Emergencial	Emergencial	355	556.850,00	PNAES
Auxílio Alunos Conectados	chip com pacote de internet	373	Contratação realizada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)
Auxílio Material de Ensino	Material	75	R\$ 60.000,00	Matriz da UFRR
<b>TOTAL</b>		<b>1381</b>	<b>R\$ 2.545.213,00</b>	

FONTE: Dados da pesquisa, Daes, 2022.

Os dados do quadro indicam que 1.381 auxílios foram concedidos aos alunos da UFRR, sendo 933 do Programa PNAES.

Devido à implementação do ensino remoto durante o ano de 2021, em que a matrícula foi opcional para os estudantes, a adesão ao cadastro único da assistência estudantil foi menor do que o esperado. Como resultado, houve vagas não preenchidas para os auxílios do Programa PNAES.

Na UFT, cabe um destaque específico à situação dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com proposta de minimizar esses efeitos, a UFT lançou

editais para pleito de benefícios como auxílio alimentação, auxílio financeiro, auxílio à apoio tecnológico, doação de dispositivos móveis e sinal de internet para acesso às aulas e atividades remotas.

As informações constantes no Painel Integrado da instituição retratam que 1.058 alunos foram contemplados com auxílio financeiro e 10.983 foram beneficiados com auxílio emergencial. Os respectivos auxílios quando somados totalizaram um valor total de R\$ 140.896,00 (cento e quarenta mil, oitocentos de noventa e seis reais) investidos para a garantia da assistência e a permanência do aluno na matriculado na universidade.

Sobre a comunidade externa, as informações contidas no Painel também retratam um total de 41.000 (quarenta e uma mil) pessoas atendidas direta e indiretamente com ações desenvolvidas pela própria universidade. Também consta com um total de 2.200 (dois mil e duzentos) servidores/colaboradores assistidos por programas de prevenção e promoção de saúde institucionais, como o serviço de psicologia e assistência social.

A Portaria nº 215 de 19 de março de 2020, que estabeleceu a interrupção das aulas e atividades presenciais, objetivou garantir a saúde e segurança dos discentes, docentes e demais colaboradores e possibilitou que estes desempenhassem suas atribuições em regime excepcional de trabalho remoto ou revezamento de jornada de trabalho.

A universidade também criou um canal de orientações e atendimentos acerca da prevenção contra a COVID-19, composto por profissionais e estudantes da área da saúde. Retoria, Pró-Reitorias e demais departamentos também criaram canais e chats para atendimento na modalidade online.

Entretanto, esse novo formato de trabalho também trouxe consigo outras demandas, especificamente o desafio de preservar a qualidade de vida e saúde mental em condição de isolamento social. Naturalmente, serviços e outros seguimentos que dependem da universidade para o seu pleno funcionamento também foram impactados.

Em entrevista, o Vice-Reitor da UFT afirmou: “(...) *Percebemos que o serviço de transporte público para estudantes irem à faculdade foi afetado*” (**Vice-Reitor - UFT**).

Com intuito de minimizar esse impacto da entrada do aluno na UFT, a instituição adotou a suspensão da matrícula presencial pela pré-matrícula online. A pré-matrícula gera apenas uma expectativa de vaga, que será efetivamente assegurada mediante a análise da documentação enviada, ficando condicionada a apresentação de toda a documentação de forma presencial em momento posterior. Essa ação proporcionou que a IFES garantisse a acessibilidade aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.



Analisando o relatório de gestão da UFT referente ao ano de 2021, é evidente que o indicador nº 47, intitulado Inclusão Social, não apresenta informações, uma vez que o indicador não foi calculado devido ao encerramento das operações do Restaurante Universitário durante a pandemia de Covid-19. Durante esse período, o subsídio financeiro para alimentação foi expandido para abranger todos os campus da UFT, em virtude do fechamento do RU e como uma medida para atender os estudantes em situação socioeconômica vulnerável.

Quanto aos auxílios concedidos, o relatório também destaca que no ano de 2020, foram distribuídos um total de 53.192 auxílios, porém, em contrapartida, em 2021 esse número caiu para 27.241. Ao comparar a quantidade de auxílios concedidos em 2021 com o número registrado em 2020, constata-se uma diminuição de 48% na quantidade total de auxílios. Essa acentuada redução ocorreu devido à diminuição no orçamento do PNAES destinado à UFT em 2021, que ficou 52% abaixo do valor alocado no orçamento do PNAES para o ano de 2020.

Comparativamente, o atendimento a estudantes também registrou variação, com 3.189 estudantes atendidos em 2020, em contraposição aos 3.695 atendidos em 2021. Esse aumento no número de estudantes beneficiados foi resultado da adoção de novos critérios para a concessão de auxílios, em resposta ao desafio da redução orçamentária do PNAES em 2021.

Essas informações refletem como a UFT percebeu os efeitos da pandemia da COVID-19, somada às imposições do governo federal, contudo, a gestão se empenhou na realocação de recursos para beneficiar sua comunidade acadêmica com ações de acessibilidade, especificamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os mais afetados durante esse período crítico.

Por fim nessa seção, são apresentadas informações da UNIR. Para tanto, as fontes de informações foram mistas e, ao navegar na aba de notícias da IFES, identificou-se que as Diretorias de Tecnologia da Informação - DTI e de Registro e Controle Acadêmico – DIRCA promoveram capacitações sobre o manuseio e utilização das ferramentas do *Google Suite*, como o *Meet*, elaboração de Formulários eletrônicos, além de orientações sobre gravação de vídeos e o uso da Turma Virtual do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA para os discentes. Com isso, observa-se que a universidade promoveu acessibilidade e inclusão digital para seu corpo discente.

Tida como indissociáveis, na UNIR a acessibilidade e a assistência Estudantil caminham juntas. Com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes, especialmente aqueles matriculados em cursos de graduação e que enfrentam dificuldades econômicas, a IFES trabalha para fortalecer e expandir as iniciativas de apoio estudantil.

As modalidades de auxílios existentes na UNIR estão regulamentadas pelo por dois instrumentos, são eles o Programa de Assistência Estudantil da UNIR e a Resolução nº 263, de 25 de setembro de 2020, que instituiu o Auxílio Inclusão Digital Emergencial.

As modalidades de Auxílio e respectivos valores estão expressas na tabela 2:

**Tabela 2. Auxílios acadêmicos vigentes na UNIR**

<b>Modalidade</b>	<b>Duração</b>	<b>Valor do Edital</b>
Auxílio Acadêmico	01/2021 a 12/2021	R\$ 1.714.800,00
Auxílio Alimentação	01/2021 a 12/2021	R\$ 1.281.200,00
Auxílio Creche	01/2021 a 02/2021	R\$ 49.200,00
Auxílio Inclusão Digital	Parcela Única	R\$ 686.250,00
Auxílio Moradia	01/2021 a 12/2021	R\$ 534.750,00
Auxílio Permanência Indígena	2 Parcelas	R\$ 810.000,00
Auxílio Transporte	01/2021 a 02/2021	R\$ 99.104,00
Auxílio Transporte/Alimentação Interior	01/2021 a 02/2021	R\$ 225.120,00
Bolsa de Tradutor/Intérprete de Sinais	09/2021 a 09/2022	R\$ 740.399,04
Bolsa Monitoria Especial	07/2021 A 07/2022	R\$ 187.200,00

FONTE: PROCEA UNIR, 2022.

A obtenção dos auxílios e bolsas estudantis é realizada por meio de Editais de ampla divulgação, que são coordenados pela PROCEA e publicados nos canais oficiais da universidade. No decorrer de 2021, os editais em vigor representaram um investimento total de R\$ 5.518.023,94, e foram efetivamente utilizados R\$ 5.964.112,00 para o pagamento das bolsas e auxílios estudantis. Essa situação ocorreu porque, devido à pandemia, alguns Editais referentes ao ano de 2020 foram prorrogados.

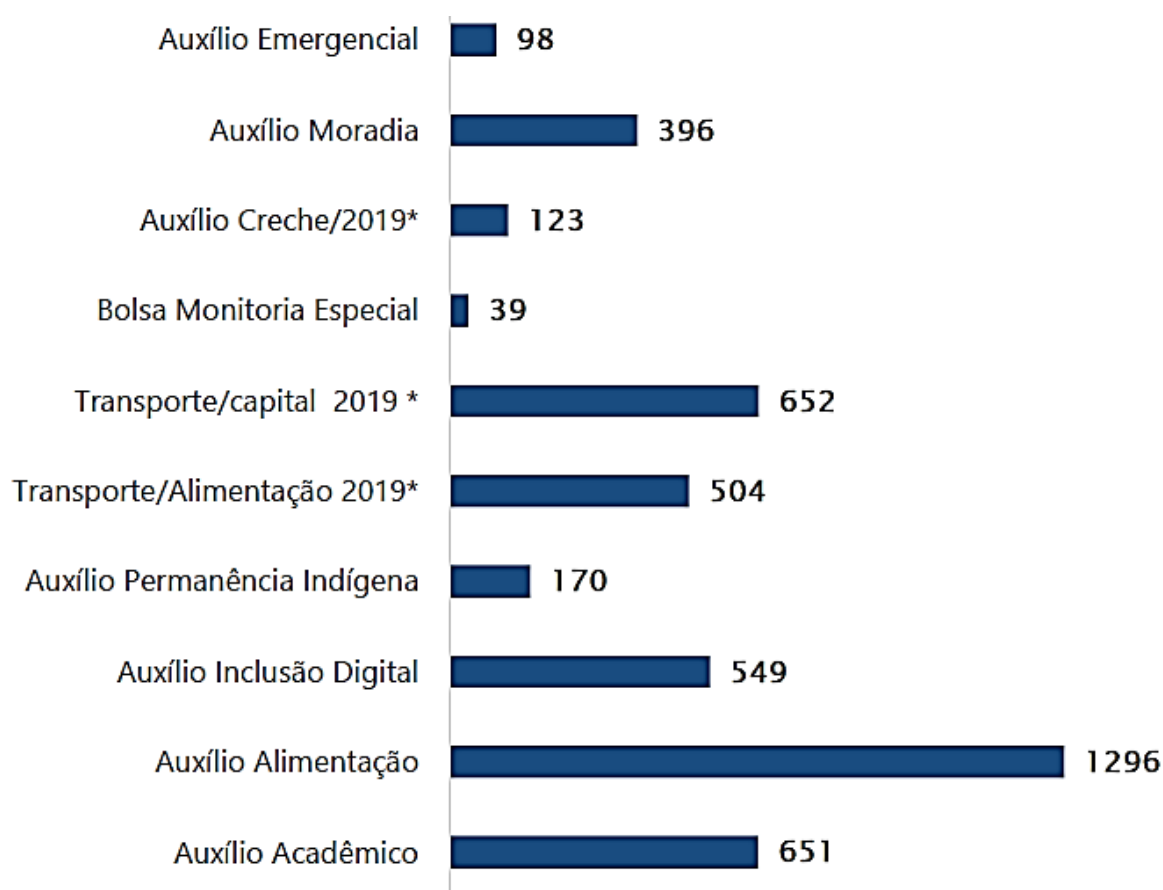
No contexto do impacto causado pela pandemia da COVID-19 nessa pasta, um aspecto positivo a ser ressaltado é que o suporte psicossocial tem sido provido de maneira remota, abrangendo todos os campus por meio de atendimentos iniciais.

Segundo o relatório da gestão referente ao ano de 2021, a pandemia também trouxe efeitos negativos, tanto no que se refere ao atendimento psicossocial quanto às avaliações socioeconômicas, especialmente quando se demanda assistência mais complexa (incluindo

visitas e compreensão da situação), uma vez que não há equipes de suporte psicossocial em todos os campus, existindo apenas em Porto Velho e Ji-Paraná. Conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a UNIR tem a meta de implementar o atendimento psicossocial em todos os 08 campus até 2024.

Sobre o número de beneficiados por programa/auxílio, a figura 10 apresenta esses dados conforme o relatório da gestão da UNIR de 2021, foram ofertadas as seguintes modalidades:

**Figura 5. Quantidade de estudantes assistidos por Modalidade de Auxílio/Bolsa em 2021**



FONTE: relatório da gestão acadêmica da UNIR, 2021.

Observa-se que na UNIR, houve um empenho da gestão para que se promova a inclusão por meio da assistência estudantil através de auxílios/programas que atendam as demandas da comunidade interna. Enfim, em todas as IFES abordadas nessa seção, as Pró-Reitorias de Assistência Estudantil atuaram para promoverem o melhor aparato aos seus discentes. Assim,

os dados apontam que é necessário que a gestão promova o realinhamento de prioridades na Assistência Estudantil.

#### 4.4 A Gestão do Ensino: os desafios da adoção do Ensino Remoto Emergencial - ERE

Essa seção aborda as sobre como ocorreu a chegada do ERE como uma alternativa ao ensino presencial, principais reformulações nos marcos normativos, revisão dos calendários e fluxos acadêmicos dos cursos das IFES pesquisadas.

Após a derrocada de Bolsonaro na eleições presidenciais de 2022, aspirava-se um ar de esperança. E foi em 11 de janeiro de 2023, que se instituiu a Política Nacional de Educação Digital - PNED, por meio da sanção da Lei 14.533/2023. Em seu Art. 1º apresenta-se a seguinte redação:

Esta Lei institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estruturada a partir da articulação entre programas, projetos e ações de diferentes entes federados, áreas e setores governamentais, a fim de potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis (Art. 1º, PNED, 2023).

Com o intuito de fortalecer os padrões e aprimorar os efeitos das políticas públicas voltadas para o acesso da população do Brasil a esses recursos tecnológicos, a PNED será desenvolvida através da colaboração entre programas, projetos e iniciativas de diversos níveis de governo, áreas e segmentos governamentais.

Como a PNED é uma conquista recente, pós-realização dessa pesquisa, ainda é necessário abordar sobre o ERE nas IFES objetos desse estudo durante a gestão do governo federal no respectivo período.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi estabelecido com o propósito de assegurar o acesso à educação de maneira adequada durante a pandemia, considerando o respeito ao distanciamento social, as vulnerabilidades enfrentadas por alunos e professores, os desafios de aprender em ambientes externos à universidade, agravados especialmente nas regiões mais ao norte do Brasil. Apesar das adaptações e modificações realizadas, ainda é fundamental realizar uma avaliação contínua do progresso alcançado (GARCIA et al., 2023).

Moreira, Henriques e Barros (2020, p. 351) afirmam que:

A evolução das tecnologias e das redes de comunicação tem provocado mudanças acentuadas na sociedade, impulsionando o nascimento de novos paradigmas, modelos,

processos de comunicação educacional e novos cenários de ensino e de aprendizagem. Mas ninguém, nem mesmo os professores que já adotavam ambientes online nas suas práticas, imaginava que seria necessária uma mudança tão rápida e emergencial, de forma quase obrigatória, devido à expansão do coronavírus. Na realidade, com a chegada abrupta do vírus, as instituições educativas e os professores foram forçados a adotar práticas de ensino a distância, práticas de ensino remoto de emergência, muito diferentes das práticas de uma educação digital em rede de qualidade (MOREIRA, HENRIQUES, BARROS, 2020).

Para os autores, a interrupção das aulas presenciais em todo o globo resultou na necessidade dos educadores e alunos migrarem para o ambiente virtual, adaptando e transportando abordagens e métodos educacionais tradicionais dos espaços físicos de aprendizado para o que é agora conhecido como Ensino Remoto Emergencial.

Portanto, com essa nova realidade do ensino nas universidades, torna-se necessário e urgente avançar além do estágio inicial do ERE e evoluir para uma educação digital em rede de alta qualidade.

Estudos desenvolvidos antes da chegada da pandemia da COVID-19 já apontavam que, além de simplesmente transferir práticas presenciais para o ambiente virtual, é crucial desenvolver modelos de aprendizagem online que incluam a desconstrução de abordagens convencionais e que estimulem a criação de ambientes colaborativos e construtivistas de aprendizagem nas plataformas selecionadas (MONTEIRO; MOREIRA; ALMEIDA, 2012; MOREIRA, 2012; MOREIRA, 2018).

Por outro lado, levando em consideração a realidade e perfil socioeconômico dos alunos, baixas condições de acesso à sinal de internet, ausência de dispositivos de acesso, além da falta de prática e familiaridade com esse novo formato de ensino, percebe-se que houveram prejuízos no processo de formação acadêmica, para muitos, criou-se uma lacuna temporal ainda não reparada. Os dados a seguir apresentam essa realidade, constatada em IFES localizadas na região da Amazônia, iniciando pela UFAM.

Com a aprovação de um Calendário Acadêmico Especial e do Ensino Remoto Emergencial, para a graduação via Resolução nº 003/2020 CONSEPE, de 12 de agosto de 2020, o DAEST, dentro de suas competências e atendo-se às necessidades estudantis, elaborou estudos orçamentários no sentido de ofertar o Auxílio Inclusão Digital - Modalidade Internet por meio da Portaria N°353/2020 - PROGESP - Auxílio Inclusão Digital - Modalidade Internet (UFAM, 2023).

Na UFAM, as ações que garantiram o acesso do estudante ao Ensino Remoto Emergencial foram viabilizadas por meio de auxílios e programas que tiveram o intuito de realizar o acompanhamento do discente contemplado, durante sua trajetória acadêmica. O

Departamento de Assistência Estudantil - DAEST teve, através destas ações, o objetivo de reduzir os índices de retenção e evasão do discente.

Na UFAM, o gestor entrevistado respondeu que houveram prejuízos no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, por trabalhar com ferramenta de gestão de riscos e planejamento estratégico, esses efeitos puderam ser minimizados.

Sobre essa pauta, o Reitor da UFAM afirmou: “(...) cremos que alguns alunos não conseguiram acesso de qualidade às aulas remotas e com isso houve um déficit de aprendizagem” **(Reitor UFAM)**.

Como relatado pelo gestor entrevistado, os efeitos na comunidade interna foram percebidos, entretanto com a implantação do ERE, a capacidade de desenvolvimento de alta tecnologia (hardware e software) e a Boa infraestrutura de instalações de prédios e laboratórios podem ter atenuado estes durante o contexto pandêmico.

Na UFPA não foi diferente, evidenciou-se também dificuldades com a implantação do ERE, a Pró-Reitora e Ensino e Graduação expôs que:

*“(...) A instituição foi muito eficiente na capacitação de seus professores nas tecnologias para o ensino remoto, mas houve atraso na implantação do ensino remoto por causa da deficiência de equipamentos de internet para os alunos, mas quando implantado eu considero que foi bastante razoável” (Pró-Reitora e Ensino e Graduação - UFPA).*

A partir dessa fala, é possível perceber que a referida universidade se deu conta das limitações dos docentes na utilização do ERE e se empenhou em capacitá-los para o ensino remoto emergencial, entretanto são perceptíveis fatores que podem ter gerado prejuízo na qualidade do ensino aos acadêmicos, como a morosidade de implementação tecnológica, a obsolescência dos dispositivos de acesso e o fator adoecimento.

Como já mencionado no início deste trabalho, o corte de verbas para as universidades federais já vinha se arrastando por anos, desde gestões anteriores, sobretudo tolhido via decreto federal no ano anterior à pandemia.

Logo, mesmo diante de um estado de calamidade pública e com a prerrogativas legais para a modalidade de compra direta com dispensa de licitação – Lei 8.666/1993 e Lei 14.133/2021 -, as universidades atravessam período de redução orçamentária e contenção de gastos, restando-as apenas orçamento para a manutenção destas, quicá financiamento e investimentos em pesquisas.

Ainda, em sua fala a Pró-Reitora expôs:

*(...) Haverá uma considerável taxa de retenção de alunos por causa das dificuldades tecnológicas e de adoecimento, que está se tentando contornar atualmente com estratégias pedagógicas” (Pró-Reitora e Ensino e Graduação - UFPA).*

Por meio da sua fala, a Pró-Reitora esclarece uma preocupação com os efeitos da pandemia sobre os discentes e que as novas ferramentas de TICs, incluindo o ERE, podem ser a saída a continuidade das atividades acadêmicas.

Outro dado obtido por meio da análise de documentos emitidos pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), está na Resolução nº 5.294, de 21 de agosto de 2020 em que aprova a modalidade o Ensino Remoto Emergencial (ERE) em substituição às aulas presenciais em todo o âmbito da IFES.

O trecho em destaque reporta que:

*“(...) O Ensino Remoto Emergencial aprovado pela UFPA será acompanhado de um Programa de Inclusão Digital para discentes em vulnerabilidade socioeconômica. Dois editais foram publicados pela Superintendência de Assistência Estudantil” (UFPA, 2020).*

Neste caso, percebe-se a previsibilidade da UFPA em assistir sua comunidade interna acerca dos reflexos da pandemia, visando garantir a não interrupção no processo de formação com proposta de inclusão para respectiva comunidade.

No caso da UFRR, Por ter no seu corpo técnico profissionais das mais diversas áreas de atuação, entre elas os profissionais de Tecnologia da Informação, por meio da fala do gestor compreende-se que houve mobilização interna nas IFES para treinamento e capacitação docente com o emprego das TICs.

O reitor fez o seguinte apontamento:

*(...) os professores não estavam familiarizados com as ferramentas utilizadas no ensino remoto emergencial, tendo que se reinventar e a baixa qualidade da internet local dificultou o acesso de muitos alunos e a realização de algumas aulas” (Reitor - UFRR).*

Compreende-se que manter o processo de ensino e aprendizagem também tornou-se desafiador, pois historicamente essa relação dialógica vinha ocorrendo a partir da interação coletiva, e não individualizada, como é proposto pelo ensino remoto emergencial.

Outra reflexão está na apropriação do espaço íntimo e pessoal proporcionada pelo uso das ferramentas de TICs. No caso da UFRR, a baixa qualidade de sinal acabou por segregar os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Mesmo antes da pandemia, o teletrabalho ou *home office* já era uma realidade presente em determinadas organizações. Entretanto, tornou-se necessário durante o período pandêmico em alguns segmentos para garantir a continuidade das atividades desenvolvidas, a educação superior foi uma delas.

Em estudo sobre os desafios do teletrabalho na pandemia, Losekann (2020, p. 73) afirma que: “antes, o trabalho era tradicionalmente possuidor de uma localização geográfica. Agora temos uma espécie de trabalho em nuvem, na qual o sujeito deve registrar continuamente provas de seu esforço”.

Algumas das vantagens do teletrabalho nas universidades estão na flexibilidade de horários e a possibilidade de conciliar com outras atividades, permitindo também que pessoas que moram em regiões distantes do campus possam exercer seu labor sem que se desloque e utilize transportes diariamente, tornando-se menos dispendioso. Além disso, o teletrabalho pode reduzir custos operacionais para a universidade, como despesas com infraestrutura física.

No contexto das universidades pesquisadas percebe-se que houve resistência na aceitação dessa nova realidade por parte da própria comunidade, contudo a partir do momento em que a tecnologia foi sendo agregada como alternativa imediata, a própria *home*<sup>21</sup> tornou-se o *office*<sup>22</sup>.

Com a implementação imediata do ensino remoto e do *home office* nas universidades logo no início da pandemia, o próprio sujeito – docentes, discentes e demais colaboradores – foram alterando a maneira de se comunicar e se relacionar entre si. Cabe aqui parafrasear o que propôs Bauman (1998), “quanto mais excluído um indivíduo, mais territorializado ele se encontra”. Assim, disruptivamente a casa passou a ser a sala de aula e o local de trabalho.

Não sendo diferente das outras IFES aqui estudadas, a UFRR também percebeu os efeitos advindos da pandemia no contexto de sua comunidade interna. Em entrevista com um dos gestores, o Reitor fez a seguinte afirmativa:

*“[...] como já havia dito, os professores não estavam familiarizados com as ferramentas de TICS, nossos colaboradores também não. E os nossos alunos também foram prejudicados em decorrência da baixa qualidade da internet do Estado de Roraima (Reitor - UFRR).”*

As falas do Reitor da UFRR retratam que houveram prejuízos na qualidade do processo de trabalho dos docentes e demais colaboradores, bem como é complementada com os impasses

---

<sup>21</sup> *Home* é uma palavra escrita na língua inglesa que traduzida para o português significa *Casa*.

<sup>22</sup> *Office* é uma palavra escrita na língua inglesa que traduzida para o português significa *Escritório*.



nas condições de acesso dos discentes à participarem de aulas e demais atividades dentro desse novo formato, que é o ERE.

A fim de minimizar esses efeitos sobre a UFRR, o departamento denominado “Coordenação de Capacitação do Servidor” ofertou cursos online entre os meses de setembro e dezembro de 2020 para os respectivos colaboradores, com objetivo de familiarizar estes a esse novo formato de trabalho e atender as demandas dos discentes com a implementação do ERE.

Na programação esteve incluso os seguintes cursos: Curso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) Sem Tutoria; Curso de Metodologias Ativas Sem tutoria; e Curso de Introdução ao Desenvolvimento de aprendizagens com o auxílio de Tecnologias da Informação e Comunicação TICs Sem tutoria (UFRR, 2020).

O caso da UFT não é diferente das outras IFES já mencionadas. E, nesse processo de migração do ensino presencial para o emergente Ensino Remoto Emergencial, aumentou a incidência de outros problemas, como o consequente isolamento social dos discentes por questões de segurança, bem como o retorno destes às suas cidades respectivas cidades de origem. O gestor fez a seguinte afirmação:

*“[...] as estratégias que a gente adotou em relação às outras instituições, foram positivas. Mas acreditamos que houve um prejuízo pedagógico. Houve também a antecipação da colação de grau dos estudantes da saúde, principalmente da medicina, conforme decreto federal e isso acabou por ajudar no combate à pandemia, pois os internatos não pararam e essa foi a justificativa” (Vice-Reitor - UFT).*

Na perspectiva do entrevistado é salutar destacar o prejuízo pedagógico na formação profissional, entretanto a instituição colaborou diretamente com incremento de profissionais de saúde para atuarem no enfrentamento à pandemia no Estado do Tocantins, como as colações de grau que ocorreram de forma antecipada, oportunizando ao egresso a possibilidade de inserção direta no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, cumprindo com a missão de colaborar com o bem-estar social.

Ações dessa natureza reportam que a universidade promove não somente a retenção profissional no interior, mas sobretudo porque a presença de aparelhos formadores, em especial de universidades de maior porte, como as federais, tende a agenciar o desenvolvimento da região. Com esse entendimento cria-se um processo de retroalimentação, em que as instituições formadoras atuam como mobilizadoras e, ao mesmo tempo, favorecidas do desenvolvimento regional (OLIVEIRA JR, 2014).

Não obstante, com o advento da Pandemia da COVID-19, paralelo ao cenário político nacional entre 2020 e 2022, a instituição necessitou reinventar os processos gerenciais e educacionais para acelerar o alcançar esses desafios em consonância com o seu PDI (2021-2025), que são: Educação inovadora com excelência acadêmica; Inclusão social; Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo; Reconhecimento social e; Mecanismos de governança pública

Percebe-se que, com a implementação do ERE e reorganização do calendário de aulas, a UFT realizou uma ação planejada que mitigou os efeitos da pandemia sobre sua comunidade. No caso da UFT, o gestor apontou que a utilização das ferramentas TICs como estratégias inovadoras, contribuíram para benefícios acadêmicos da comunidade interna, oportunizando a permanência dos discentes matriculados devido à flexibilização oriunda de tais ferramentas.

Já com intuito de minimizar a evasão dos alunos já matriculados, por meio da Resolução nº 391, de 25 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Calendário Acadêmico 2021.2 e retorno às atividades presenciais dos cursos de graduação, a IFES propôs o ensino no formato Híbrido. Em síntese a portaria em seu Art. 7º reza que o discente será responsável pelas providências de sua matrícula, renovação, redimensionamento e trancamento, via sistema acadêmico ou formulário. Logo, no §2º rege:

“O discente que optar por não realizar as disciplinas ofertadas por meio das atividades pedagógicas, deverá realizar a renovação de matrícula, para a manutenção de vínculo, e a consequente solicitação de trancamento, em prazos estabelecidos no calendário acadêmico, via sistema acadêmico respectivo” (CONSEA, 2022).

Além da referida medida emergencial em benefício ao discente, também constatou-se a existência de uma outra medida com vistas a minimizar os efeitos da pandemia, a oferta do Auxílio Inclusão Digital Emergencial. Trata-se da Resolução nº 263, de 25 de setembro de 2020, que institui o Auxílio Inclusão Digital Emergencial.

Para tanto estabelece que a Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA) realizasse a seleção dos discentes mediante edital e a Pró-Reitoria de Planejamento se responsabilize pelo acompanhamento da aplicação dos recursos. Por meio do Edital nº 01 PROCEA UNIR/2021, a IFES propôs auxílios Alimentação, Moradia, Acadêmico, compra de equipamentos de informática e pacote de dados de Internet.

Conforme informações obtidas no site da UNIR, os objetivos do Programa de Assistência Estudantil são:

1. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais;
2. Ampliar e democratizar as condições de permanência dos discentes regularmente matriculados na Instituição;
3. Diminuir a evasão, repetência e o desempenho acadêmico insatisfatório por razões socioeconômicas;
4. Possibilitar vivências e a construção de aprendizagens significativas referentes ao ensino, extensão e cultura, através da concessão de bolsas e auxílios;
5. Contribuir para a inclusão social pela educação.

O Programa de Assistência Estudantil da UNIR foi elementar para mitigar os efeitos da COVID-19 no âmbito da UNIR, propiciando a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao ensino remoto emergencial, consolidando-se como uma política transversal à toda gestão acadêmica.

Desde o último semestre de 2022, as aulas da UNIR estão ocorrendo na modalidade presencial com adoção de medidas de segurança. Para que esse retorno ocorresse, o referido Comitê reuniu-se na data de 07 de maio de 2022 e fez as seguintes recomendações:

1. Flexibilização do uso de máscaras em ambientes abertos, mantendo a obrigatoriedade em ambientes fechados e se houver aglomeração, ou seja, situação que implica proximidade física de pessoas independentemente do local;
2. Obrigatoriedade do uso de máscaras em quaisquer ambientes para pessoas com comorbidades à Covid-19 e das que não completaram o ciclo completo de vacinação (independente do motivo ou se apresentarem teste negativo);
3. Manutenção da obrigatoriedade da apresentação do comprovante vacinal, nos termos da Resolução 395/CONSUN/2022;
4. Tornar a aplicação das fases da Calculadora facultativo, sendo utilizada como orientação para as pessoas individualmente ou para os setores quanto à necessidade de intensificar os cuidados preventivos, sobretudo nas fases 1 e 2;
5. Manter as campanhas de orientação e de prevenção a Covid-19, preferencialmente com distribuição de máscaras, e reforço de estímulo a medidas importantes, como a assepsia das mãos, que é algo fundamental também para outras doenças; e

6. Manter o monitoramento do comportamento do SARS-CoV-2 e os efeitos na população, estando em alerta para voltar a tomar medidas restritivas se houver recrudescimento do cenário epidêmico.

Diante a adoção de todas essas medidas e, mesmo diante uma realidade em que parte da comunidade acadêmica encontra-se em situação de vulnerabilidade social, a implementação do ERE foi necessária para tornar mais acessível o ensino da graduação. Há que se pensar em horizontalizar a utilização deste para que se garanta a equidade e o direito a educação superior.

#### 4.5 A Gestão da Pesquisa: os desafios de uma nova agenda e as contribuições à ciência

Essa seção objetiva abordar sobre a gestão da pesquisa científica, produção de vacinas, insumos para a higienização sanitária e equipamentos de proteção foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Para tanto, utiliza de dados extraídos de publicações atuais sobre o tema, documentos públicos das IFES pesquisadas nesse estudo e recortes das falas dos gestores entrevistados.

Desde a sua declaração, pandemia avançou rapidamente, a um ritmo tão acelerado que a compreensão de diversos aspectos relacionados à COVID-19 ainda permanecem incompletos. A natureza da infecção causada pelo vírus ainda não foi completamente esclarecida, embora já tenhamos identificado sua transmissão aérea por gotículas. No entanto, muitos detalhes ainda permanecem obscuros.

Além disso, com o agravante da disseminação de informações falsas, principalmente nas plataformas de mídia social, que contribuiriam para confundir a população a respeito da situação global resultante da falta de informação precisa.

Desse modo, foi crucial que todos os participantes no campo da educação e da pesquisa colaborassem, unindo esforços para conceber e ponderar abordagens flexíveis e ajustáveis a diferentes contextos, com o objetivo de minimizar, ao menos em parte, os efeitos adversos decorrentes desta crise.

A pesquisa científica desempenhou um papel fundamental ao longo do surto, conduzindo uma série de investigações desde o seu início. Esses estudos buscaram esclarecer aspectos como a epidemiologia, as causas, as manifestações clínicas, os métodos de diagnóstico, o tratamento, a prevenção e o controle, visando reduzir o impacto da pandemia. Nessa discussão, cabe aqui uma descrição sobre como as Universidades foram elementares para o enfrentamento da pandemia.

As universidades que capacitam seus alunos dentro da perspectiva do ensino baseada na tríade ensino, pesquisa e extensão, nunca foram tão importantes para o enfrentamento da crise sanitária que nos assolou, pois corroboraram de maneira ímpar com a produção de conhecimentos que pudesse mitigar os efeitos da COVID-19 (DE SOUSA, 2020).

Ainda, cabe apontar que, foi por meio de investigações científicas que se tornou possível a descoberta das variáveis relacionadas à infecção viral, abrangendo desde fatores associados à prevenção até aspectos ligados à resposta governamental frente à pandemia.

Não obstante, a postura do líder nacional refletia o negacionismo científico. É o que descreve Santos (2006):

No contexto da pandemia, o negacionismo científico foi conduzido principalmente por líderes políticos e religiosos que minimizam a gravidade da doença, não seguem os protocolos de segurança reconhecidos internacionalmente, compartilham sistematicamente desinformações, incentivam aglomerações, receitam o uso de medicação sem nenhuma comprovação científica fortalecendo o hábito de automedicação, e ainda, “se omitem no desenvolvimento de Políticas Públicas, deliberadamente ou por inépcia, permitindo o esgotamento do Sistema Único de Saúde que é referência mundial para a saúde” (SANTOS, 2020, p. 6).

A ampla aceitação de informações enganosas foi resultado da notável popularidade que esses conteúdos ganharam entre os brasileiros. No entanto, essa tendência foi exacerbada pela crescente complexidade na manipulação desses recursos, que cada vez mais se interligavam a motivações políticas, econômicas e religiosas. Isso reforçou ainda mais a disseminação dessas informações, com o propósito de se instalar um sentimento de pânico coletivo.

Diante essa realidade, mesmo com a insuficiência orçamentária destinada à pesquisa científica, competiu às universidades consolidarem seu papel social, no desenvolvimento de produtos e tecnologias para o enfrentamento da crise sanitária global. Nesse estudo em questão, apresenta-se a atuação das IFES pesquisadas nessa corrida em prol da vida e bem estar social.

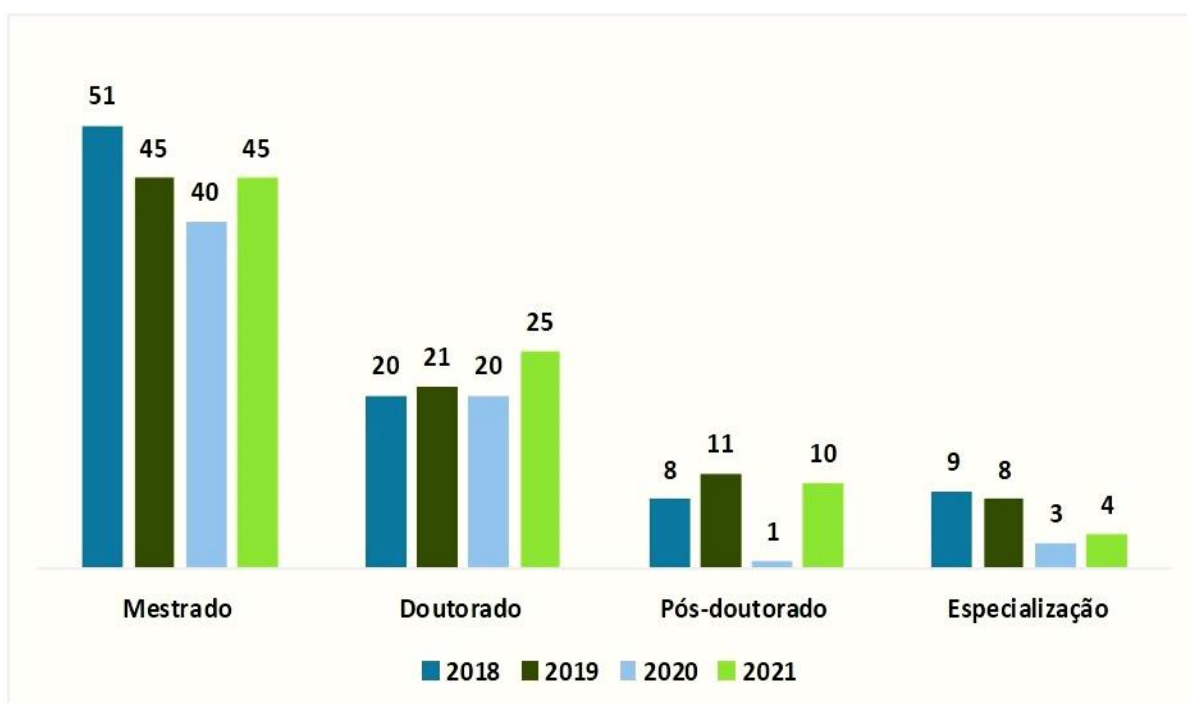
Assim como as demais IFES, a UFAM percebeu as consequências advindas da Pandemia do COVID-19, a qual impactou diretamente nas ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, assim como na maioria das rotinas institucionais.

Na UFAM, o grande desafio enfrentado no ano de 2021 foi fazer a gestão da escassez de recursos frente as demandas crescentes por serviços e materiais, além destinar recursos para o enfrentamento da Pandemia de COVID-19, seja na sinalização e desinfecção de ambientes, aquisição e materiais de proteção individuais ou aquisição de produtos que garantissem a saúde e a segurança a toda comunidade acadêmica, professores, técnicos e terceirizados (UFAM, 2021).

De acordo com o Relatório da Gestão de 2021, a UFAM continuou mantendo, com investimento próprio, 560 bolsas no Programa de PIBIC, e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) colaborou com 440 bolsas, ademais ocorreu uma ampliação de aproximadamente 3,46% nas cotas de bolsas do CNPq com 269 bolsas em 2021 e mais 455 bolsas de Projetos com Empresas, perfazendo um total de 1.724 bolsas (UFAM, 2021).

Os editais de seleção para alunos em nível de pós-graduação da UFAM também tiveram um declínio nos números. Como representado no gráficos 3.

**Gráfico 3. Editais de seleção para Ingresso na Pós-Graduação publicados**



FONTE: dados extraídos do Relatório Anual da Gestão da UFAM, 2021.

Os dados refletem um declínio no número de editais na Pós-Graduação da UFAM desde o ano de 2018. Em suma, nota-se uma diferença significativa nos programas de mestrado entre os anos de 2019 e 2021, obtendo novamente o equilíbrio no ano de 2021. Contudo, nos programas de doutorado, é evidenciado um aumento de 25% entre os anos de 2020 e 2021.

Segundo informações da Agência Brasil, durante o período da pandemia, muitos profissionais escolheram aprimorar suas habilidades através de cursos de especialização. Essa tendência é refletida em um estudo realizado pelo Instituto Semesp, que representa as instituições de ensino superior no Brasil. Os dados indicam que houve um aumento de 4,8% no

número de estudantes matriculados em programas de pós-graduação, totalizando 1,3 milhão de alunos em 2021, em comparação com o ano de 2019, anterior à pandemia (EBC, 2021).

Os dados da matéria ainda trazem que, entre os alunos de mestrado e doutorado, apesar de ter ocorrido uma redução de 1,7% entre os anos de 2019 e 2020, houve um crescimento considerável de 18,1% em 2021, chegando a 441 mil matrículas.

Esse fenômeno pode ser observado na UFAM quando se compara os dados de 2021 – em que o ERE já havia sido implementado nas IFES – e os anos anteriores.

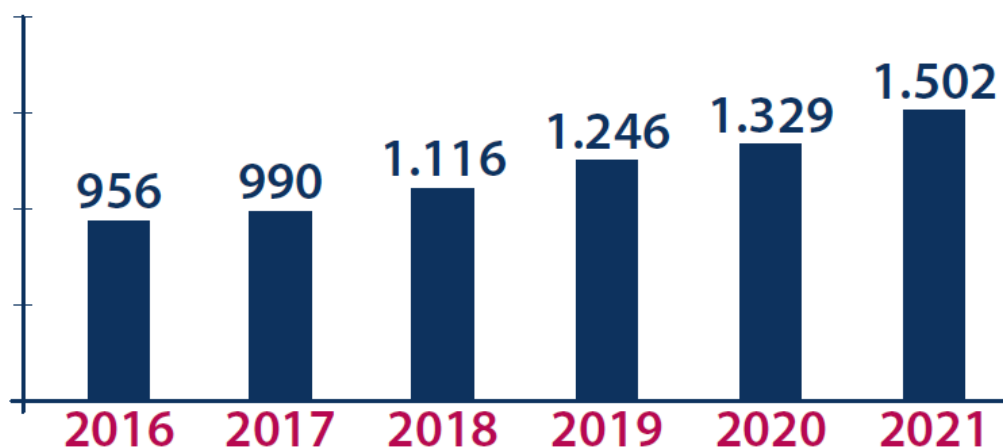
No caso da UFPA, ações pertinentes à pesquisa científica continuaram sendo operacionalizadas. A instituição ampliou seu suporte à comunidade ao capacitar profissionais da área de saúde, elaborar terapias inovadoras, estabelecer parcerias com o sistema de saúde governamental para garantir a imunização da população e promover iniciativas de ajuda às famílias em situação de fragilidade socioeconômica.

Conforme o relatório de Gestão 2021, além dos desafios causados pela pandemia, a UFPA também teve de lidar com reduções adicionais em seu orçamento e a carência de recursos para sustentar suas atividades de pesquisa. No entanto, graças ao comprometimento incansável de seus professores, funcionários e equipe administrativa, o progresso no âmbito acadêmico e científico prosseguiu de maneira notável na universidade (UFPA, 2021).

Mesmo diante dessa carência de recursos direcionados ao financiamento da pesquisa científica, nota-se um avanço na quantidade de publicações dos pesquisadores vinculados à UFPA, conforme gráfico 4.

**Gráfico 4. Evolução do número de publicações de pesquisadores da UFPA**

#### *Evolução do número de publicações*



FONTE: Web of Science, Relatório de Gestão da UFPA, 2021.

Nota-se uma diferença exponencial do quantitativo de publicações entre os anos de 2016 e 2021, um aumento superior a 63%. As publicações contabilizadas dividem-se em artigos, capítulos de livros e livros.

Também, foi realizada uma análise de notícias pertinentes à pesquisa científica. O recorte temporal foi ocorreu entre os meses de março de 2020 e janeiro de 2023. Logo, foram selecionadas quatro notícias, conforme quadro 17.

#### **Quadro 17. Notícias sobre a pesquisa científica publicadas no site da UFPA**

<b>Data</b>	<b>Nº e Título da Notícia</b>	<b>Síntese</b>
09.01.2023	<b>1. Projetos da UFPA são contemplados no Programa Pró-Humanidades do CNPq</b>	O Programa Pró-Humanidades é desenvolvido por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e busca apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Letras e Artes, para que se produza um conhecimento científico que inove nos enfrentamentos de problemas nacionais e no desenvolvimento social e econômico. Ao todo, 5 projetos foram aprovados.
17.10.2022	<b>2. UFPA promove programação na 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia</b>	A Universidade Federal do Pará (UFPA) vai promover programações em vários municípios paraenses no contexto da 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT 2022). Os eventos prosseguem até o fim de outubro, sempre com parte <i>online</i> e outra presencial.
04.06.2020	<b>3. Proposta da UFPA para o combate à pandemia é selecionada em edital internacional de Agência Francófona</b>	Apesar da escalada da pandemia da Covid-19 no Brasil e da suspensão das atividades presenciais da Universidade Federal do Pará, estudantes e professores continuam engajados nas suas atividades, mesmo à distância. Um exemplo disso é a iniciativa Ecopet Amazonie, selecionada pela Agencie Universitaire de la Francophonie (AUF) em chamada internacional para projetos desenvolvidos no ambiente acadêmico com impacto tecnológico e/ou social, com foco no enfrentamento ao novo coronavírus. para produzir face shields e máscaras adaptadas a partir de garrafas PET junto a comunidades em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo em que aumenta a segurança dos profissionais de serviços essenciais e facilita a comunicação de pessoas surdas, o projeto gera renda àqueles que estão ganhando menos por conta do distanciamento social.
24.03.2020	<b>4. UFPA produz álcool gel para atender a unidades acadêmicas e a hospitais universitários</b>	Professores da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Pará e alunos dos Programas de Pós-Graduação em Inovação Farmacêutica (PPGIF) e em Ciências Farmacêuticas (PPGCF) tomaram a iniciativa de produzir álcool gel para suprir as necessidades de higiene das unidades acadêmicas da Instituição e dos hospitais universitários.

FONTE: Dados da pesquisa obtidos no portal [www.ufpa.br](http://www.ufpa.br), 2023.

Na notícia 1, é evidenciado que cinco iniciativas de pesquisa que foram desenvolvidas na Universidade Federal do Pará foram beneficiadas pelo Programa Pró-Humanidades (Chamada nº40/2022), promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Nessa



convocação, foram escolhidos 190 Projetos de Pesquisa de diversas partes do país, com um montante total de aproximadamente R\$50 milhões reservados para subsidiar despesas operacionais e de capital, financiar bolsas para alunos e professores, bem como oferecer suporte técnico e promover a divulgação de todas as iniciativas contempladas.

Na notícia 2, evidencia-se que as ações da 19ª Semana de Ciência e Tecnologia tiveram como objetivo a divulgação científica e popularização da ciência por meio das palestras, dos cursos, das oficinas, dos experimentos didáticos e científicos, do teatro científico, da observação do céu, das atividades de portas abertas, da distribuição de cartilhas e livros, da exibição de vídeos científicos, das excursões científicas, dos programas em rádios e TVs, entre outros.

A notícia 3 reporta que mesmo diante do agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil e da interrupção das atividades presenciais na Universidade Federal do Pará, tanto estudantes quanto professores mantêm seu comprometimento com as tarefas, mesmo que à distância. Um exemplo notável disso é o projeto *Ecopet Amazonie*, o qual foi escolhido pela Agência Universitária da Francofonia (AUF) em uma convocação global para projetos desenvolvidos no âmbito acadêmico que tenham impacto tecnológico e/ou social, com ênfase na resposta ao novo coronavírus.

Já a notícia 4 apontou que professores da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Pará e alunos dos Programas de Pós-Graduação em Inovação Farmacêutica (PPGIF) e em Ciências Farmacêuticas (PPGCF) tomaram a iniciativa de produzir álcool gel para suprir as necessidades de higiene das unidades acadêmicas da Instituição e dos hospitais universitários.

Diante essas ações, nota-se que a UFPA cumpriu com sua responsabilidade social universitária por meio de práticas inovadoras. Para tanto, foram evidenciados impactos positivos no seu âmbito, como o aprimoramento profissional do quadro de colaboradores e com ações que contribuíram com as necessidades sociais no contexto da pandemia, como a produção de álcool gel para atender a unidades acadêmicas e a hospitais universitários.

Outras ações relevantes em Pesquisa e Inovação, apresentadas no relatório da gestão da UFPA ocorridas no ano de 2021 foram:

1. Criação do Prêmio Horacio Schneider - destaque na Iniciação Científica que visa estimular graduandos da UFPA em Iniciação Científica, cujos relatórios finais se destacam pela relevância e qualidade.
2. Aprovação de resolução que estabelece critérios para a elaboração dos editais de seleção dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal do Pará.

3. Criação do Programa de Ações Afirmativas da Pós-Graduação, PAF-PG, por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para discentes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pessoas com deficiência (PcD) e estrangeiros/as em condição de vulnerabilidade socioeconômica.
4. Elaboração da Instrução Normativa conjunta nº 01/2021-Agência de Inovação Tecnológica/Proad, que institui o fluxo dos processos de celebração de Contratos e Convênios de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em modalidade tripartite.
5. Elaboração de manual/tutorial para depósito de patentes.

Assim como as universidades supracitadas nesse tópico, a UFRR também realizou ações de inovação no seu âmbito. O gestor entrevistado pontuou acerca de como sua respectiva IFES contribuiu com demandas sociais a partir da criação de serviços de utilidade pública e produção de insumos, considerados elementares durante essa pandemia.

O Reitor da UFRR respondeu que:

*(...)Nós nos empenhamos na produção de EPIs e álcool gel que foram doados para as instituições de saúde, produzimos campanhas educativas veiculadas por meio da rádio e TV universitária para todo o estado e capacitamos profissionais médicos e enfermeiros que atuam em instituições de saúde no tocante ao manejo clínico de pacientes com COVID-19” (Reitor - UFRR).*

O relato descrito explicita a inovação social que a UFRR vem desenvolvendo em seu âmbito. Esse conceito de inovação social possui um leque de nuances. Desde Taylor (1970) que a apresenta como “novas formas de fazer a ação” ou “invenções sociais”, quanto à Bignetti (2011) “produto de um conhecimento científico aplicado às demandas sociais por meio da participação de todos, gerando soluções para a própria sociedade” (TAYLOR 1970; BIGNETTI, 2011).

Em outubro de 2020, foi veiculada notícia no site oficial com o título “UFRR colaborou para a formação de 550 médicos e atua no combate à Covid-19”. A notícia informa que estudantes do curso de Medicina, a partir do quinto ano (internato) participaram de uma capacitação ministrada pelos professores efetivos da UFRR, em que aprenderam técnicas fundamentais como manuseio de ventiladores mecânicos e as formas corretas e seguras de fazer a intubação orotraqueal dos pacientes com o vírus (UFRR, 2020).

Outro dado relevante apontado no levantamento de informações sobre essa temática na UFRR consiste na lacuna em que o ano de 2020 proporcionou às ações inovadoras no contexto

da IFES. Sendo retomada a realização de eventos como simpósios, seminários e workshops a partir do ano de 2022.

Também, no período pandêmico a UFRR contribuiu para o enfrentamento da crise sanitária. É o que relata o reitor da instituição:

*“[...] Nós produzimos EPIs e álcool gel que foram doados para as instituições de saúde, produzimos campanhas educativas veiculadas por meio da rádio e TV universitária para todo o estado e capacitamos profissionais médicos e enfermeiros que atuam em instituições de saúde de RR no tocante ao manejo clínico de pacientes com COVID-19”*  
**(Reitor – UFRR).**

O fato é que são evidentes os potenciais contribuições que a UFRR vem desenvolvendo nas demandas dos mais diversos segmentos sociais, realizando serviços de utilidade pública, cumprindo com sua missão social.

Na UFT, durante o exercício de 2021, a **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PROPESQ** realizou ações em conformidade com o PDI e as principais foram:

1. Ampliar programas de apoio ao discente da pós-graduação;
2. Promover a oferta de bolsas, programas de monitoria, estágios e editais de fomento;
3. Estimular a pesquisa aplicada ao setor produtivo por meio de editais de fomento;
4. Atualizar as informações sobre os Programas na Plataforma Sucupira;
5. Ampliar os programas institucionais de incentivo à aprendizagem como monitorias e tutorias para os estudantes nas áreas básicas e nos anos iniciais dos cursos de graduação;
6. Incentivar parcerias com o setor produtivo;
7. Implantar política para a atuação de docentes em atividades de ensino da pós-graduação *Stricto sensu e Lato sensu*

Em se tratando de pesquisa e inovação, a UFT se destacou no desenvolvimento do Painel Integrado de Ações contra a COVID-19. Aqui o grande diferencial está na proposta de visualização em tempo real de todas as ações realizadas pela IFES durante o período pandêmico.

Assim, o painel retrata em métricas e informações as Ações de Enfrentamento, a Assistência ao Aluno, Doações de EPIs, Ações do Hospital de Doenças Tropicais – HDT, Atividades Docentes, Notícias e Dicas.

Para se ter acesso ao Painel é necessário acessar o site da UFT, clicar na aba Ações contra COVID-19 e em seguida clicar na opção 'Painel Integrado' ou diretamente pelo link <https://ww2.uft.edu.br/index.php/acoes-covid19/covid19-painel>.

Ao se navegar no Painel, além de apresentar dados sobre o processo de assistência estudantil durante a pandemia, também é possível encontrar as seguintes ações inovadoras, conforme tabela 3.

**Tabela 3.** Ações inovadoras da UFT

<b>Ações</b>	<b>Total</b>
Produção de máscaras de proteção	6.222
Entrega de EPIS ( <i>Protetores faciais e óculos de proteção</i> )	32.600
Pessoas capacitadas	572
Produção de Álcool Gel em litros	1.475
Lançamento de podcast	1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>40.870</b>

FONTE: dados da pesquisa, adaptado de painel da UFT obtido no site [www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br), 2023

Para complementar as informações que estão no painel, o Vice-Reitor, em sua resposta, pontuou acerca de como sua respectiva IFES contribuiu com demandas sociais a partir da criação de serviços de utilidade pública e produção de insumos, considerados elementares durante essa pandemia.

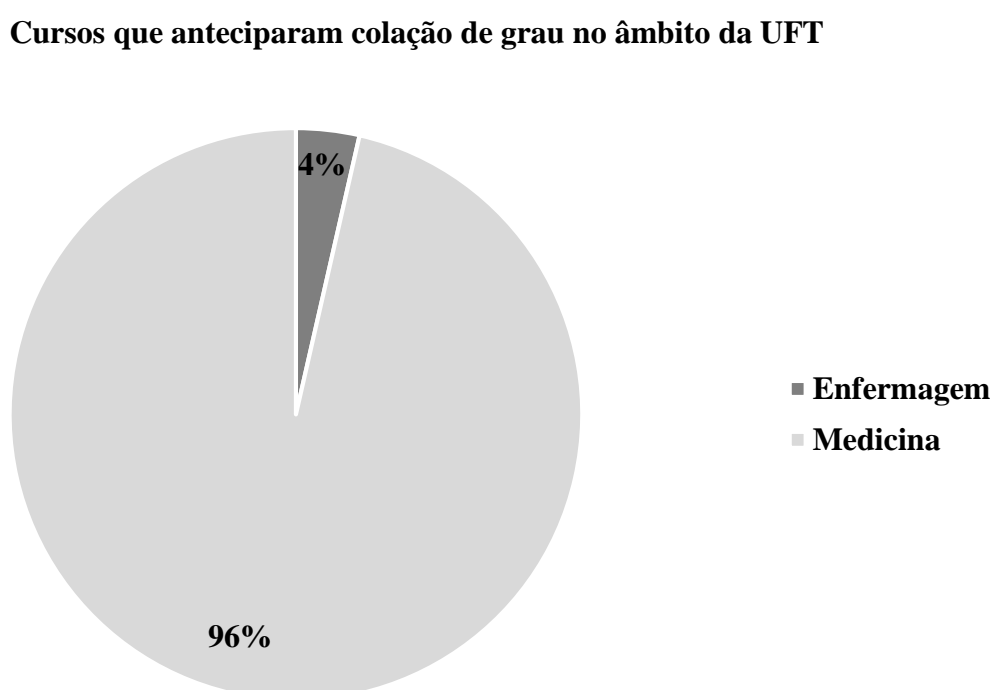
Conforme notícia publicada no site da Secretaria de Estado da Saúde, no ano de 2021 foi firmada uma parceria entre o Laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Tocantins (LAcen/TO) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT). O objetivo consistiu em ampliar a capacidade de análise de amostras para a Covid-19, no Estado. A universidade cedeu um equipamento de amplificação que possibilitou a liberação de até dois mil exames diariamente, na unidade de Palmas (SES, 2021).

No caso da UFT, as informações obtidas na entrevista destacam os reflexos da pandemia na vida da comunidade interna e externa, incidindo em consideráveis impactos na economia local. Também resultou na baixa oferta, demanda de execução e prestação de serviços

essenciais realizados por empresas terceirizadas de forma direta e indireta para a própria universidade.

Sobre esse aspecto, também é possível constatar no Painel de Informações do MEC os dados pertinentes ao quantitativo de colações de grau antecipadas de todas as regiões do país. A gráfico 02 foi elaborado a partir desse painel, com intuito de apresentar esses dados no âmbito do Estado do Tocantins, especificamente sobre o caso da UFT.

### Gráfico 5. Colações de Grau Antecipadas no âmbito da UFT



FONTE: Adaptação do Painel Interativo do MEC, 2023

Ao todo, foram realizadas 27 (vinte e sete) colações de grau para o curso de Medicina e 1 (uma) para o curso de Enfermagem. Todas com previsão legal conforme regulamenta a Portaria 374/2020.

Outros dados obtidos por meio de análise das notícias publicadas no site oficial da instituição destacam ações com iniciativa da UFT e outras em parceria com instituições locais, todas voltadas tanto para a comunidade interna quanto externa. Para isso, foi elaborado quadro que expressa essas ações.

Na UNIR também nota-se uma atuação da Pró-Reitoria de Pesquisa com afincos nas demandas emergenciais. Uma série de informações sobre as ações dessa pauta estão disponibilizadas no site da instituição, como a instalação de locais de testagem, vacinação e a realização de palestras no formato online.

Também foi disponibilizado links de vídeos didáticos e informativos, conforme relacionados no quadro 18.

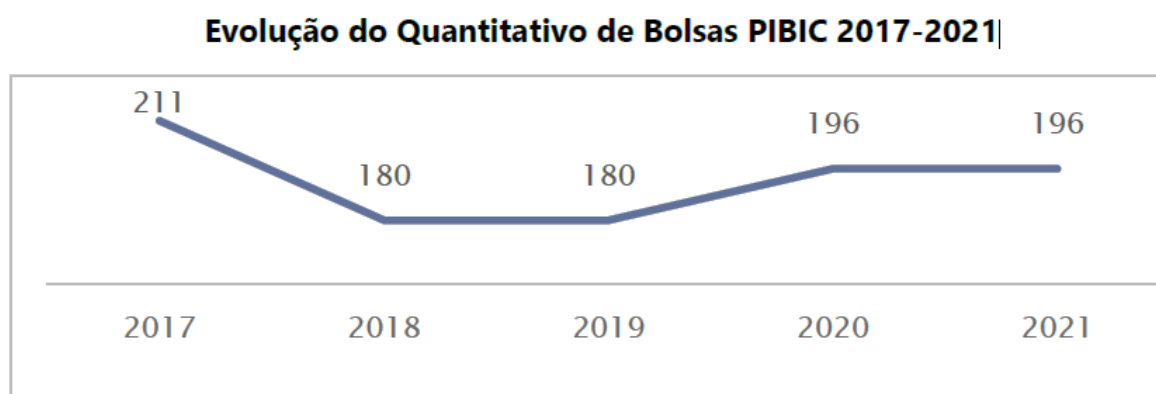
#### **Quadro 18. Vídeos didáticos e informativos difundidos no âmbito da UNIR**

<b>Título do vídeo</b>	<b>Link para Acesso</b>
PANDEMIA: 9 COISAS QUE A CIÊNCIA APRENDEU SOBRE A COVID-19	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=FgihY3XOLEg">https://www.youtube.com/watch?v=FgihY3XOLEg</a>
COVID: AINDA PRECISA LAVAR ROUPAS, CABELO E COMPRAS? (2021)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=uZ-WCB57MD8">https://www.youtube.com/watch?v=uZ-WCB57MD8</a>
O CUIDADO INTERPROFISSIONAL E COLABORATIVO VOLTADO AS DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS NA APS	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=rM0tH6pNSoU">https://www.youtube.com/watch?v=rM0tH6pNSoU</a>
ESPAÇO TEMPORAL DA COVID-19 NO ESTADO DE RONDÔNIA	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=rM0tH6pNSoU">https://www.youtube.com/watch?v=rM0tH6pNSoU</a>
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL/EPI - DESPARAMENTAÇÃO	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=2nHtUDY2iOs">https://www.youtube.com/watch?v=2nHtUDY2iOs</a>
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) - PARAMENTAÇÃO	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=zy2OXRyrHNA">https://www.youtube.com/watch?v=zy2OXRyrHNA</a>
BARREIRA SANITÁRIA	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=g8OuXOZSbq4">https://www.youtube.com/watch?v=g8OuXOZSbq4</a>
CUIDADOS COM O CORPO APÓS ÓBITO (COVID-19)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=J3YHZPejG14">https://www.youtube.com/watch?v=J3YHZPejG14</a>
ENTENDENDO A CURVA EXPONENCIAL DO CORONAVIRUS	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=s-lgS-4Xqy0">https://www.youtube.com/watch?v=s-lgS-4Xqy0</a>
PESQUISA SOBRE O CONSUMO DE ÁLCOOL DURANTE A PANDEMIA	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=ZDfKqd362Rw">https://www.youtube.com/watch?v=ZDfKqd362Rw</a>

FONTE: dados da pesquisa obtidos no portal [www.unir.br](http://www.unir.br), 2023.

Ao se fazer um levantamento no site da IFES, constatou-se que a gestão acadêmica proporcionou eventos relacionados à COVID-19 direcionados para toda a comunidade interna e externa. Para a realização destes a instituição contou inovação tecnológica.

Visando fortalecer a promoção da pesquisa, a UNIR estabeleceu a meta de aumentar em mais 5 bolsas de Iniciação Científica e 5 bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico por biênio, até 2024. O Gráfico 6 apresenta esse panorama:

**Gráfico 6. Evolução do Quantitativo de Bolsas PIBIC 2017-2021**

FONTE: PROPESQ, Relatório da Gestão, 2021.

Ao se analisar o gráfico, nota-se que nos últimos cinco anos, apesar da manutenção em relação ao ciclo anterior, tem havido uma notável diminuição na quantidade de quotas disponíveis. Fato este que relaciona-se com a redução orçamentária destinada às universidades, proposta pelo então governo federal.

Sobre a realização de eventos científicos, devido à pandemia, a realização de eventos relacionados à pós-graduação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação não pôde ocorrer como de costume. No entanto, estão sendo planejados os ajustes essenciais para viabilizar a realização desses eventos de maneira remota, e eles já estão incluídos como objetivos a serem cumpridos ao longo do ano de 2022.

Assim como na UFPA, também houve um aumento na produção científica, indo de 394 em 2017 à 1.149 no ano de 2021. A gestão planejou para o ano de 2022, a aquisição de software que permita implantar sistema de acompanhamento e monitoramento das produções científicas dos docentes de pós-graduação, a fim de mensurar o Fator de Produtividade em Pesquisa Individual (UNIR, 2022).

#### 4.6 A Gestão da Extensão: as contribuições às comunidades internas e externas

Essa seção aborda sobre como a gestão acadêmica das IFES pesquisadas geriram e realizaram ações de extensão junto às comunidades Interna e Externa. Para tanto, utiliza de dados extraídos de notícias, relato das entrevistas e análise de documental. Antes de explanar o cenário dessas universidades, é necessário contextualizar como as ações de extensão contribuíram para o enfrentamento à COVID-19.

As circunstâncias presentes, caracterizadas por dificuldades ocasionadas pela pandemia da COVID-19, resultaram na necessidade de ajustes nas iniciativas de extensão conduzidas por Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil.

No âmbito da educação superior no Brasil, a atividade de extensão é regulamentada em consonância com os princípios da Constituição de 1988, com o propósito de estabelecer uma ligação substancial entre a universidade e a sociedade. Isso a coloca como um dos três pilares fundamentais da atividade acadêmica, juntamente com a pesquisa e o ensino, tendo como objetivo principal a promoção da democracia, igualdade e ética. Dessa maneira, a extensão desempenha um papel de ensino e aprendizado que incita os estudantes a explorar o conhecimento acerca da realidade de diversas questões sociais (MÉLO, 2021).

A autora De Carvalho Marques (2021) pontua que:

A extensão universitária é uma expressão do compromisso social da universidade com a sociedade, pois representa o elo da pesquisa e do ensino adquirido pelos seus discentes e propagado pelos seus docentes, em um processo contínuo de ensino-aprendizagem, cheio de trocas, saberes, ciência e mutualidade. A sua dinâmica de funcionamento é conduzida com planejamento, construção de passos, divulgação de editais, tudo preparado com muito cuidado, para que aqueles que estão além dos muros da universidade possam usufruir de seus resultados (DE CARVALHO MARQUES, 2020).

No que se pese o cenário instalado no início do ano de 2020, as ações na extensão tiveram de ser interrompidas. Nesse contexto, a universidade proporcionou apoio técnico e recursos materiais para os projetos de extensão institucionais, enquanto a comunidade participa ativamente no progresso dessas atividades.

Essa dinâmica ocorre em um cenário em que as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária vinham sendo tradicionalmente realizadas de forma sequencial e planejada, com a participação de todos os atores da academia.

Importante pontuar que, conforme artigos 3º e 7º da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 que estabelece que as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, conceitua-se:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).



Art. 7º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias (BRASIL, 2018).

Considerando que a atividade de extensão possui a flexibilidade de se adaptar às demandas do ambiente em que atua, é importante examinar de forma significativa como essa dimensão acadêmica evoluiu durante o desafio global da pandemia da COVID-19, especificamente no decorrer do ano de 2020.

Essa investigação torna-se relevante para compreender como as ações de extensão realizadas pelas IFES da região Amazônica contribuíram para o enfrentamento à COVID-19. Iniciaremos abordando o caso da UFAM.

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT é um setor administrativo da Universidade Federal do Amazonas que desempenha o papel de supervisionar as estratégias, ações e programas de extensão. A PROEXT se baseia na ideia de uma abordagem dialética, onde ocorre uma interação recíproca, envolvendo a partilha de conhecimentos e a colaboração em atividades entre a população em geral no Amazonas e a comunidade universitária interna.

Isso resulta na disponibilização de iniciativas provenientes da universidade para a sociedade, as quais já são sustentadas pelo financiamento proveniente dos impostos pagos pela própria população, que também apoiam a pesquisa e o ensino em suas diversas formas (UFAM, 2023).

Na UFAM, convém resgatar a sua missão, conforme PDI: “Produzir e difundir saberes, com excelência acadêmica, nas diversas áreas do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia” (PDI da UFAM 2016-2025, 2023). No que tange a esse reconhecimento sobre a extensão, a IFES realizou uma gama de ações, conforme quadro 19.

#### **Quadro 19. Ações da Extensão na UFAM entre os anos de 2020, 2021 e 2022**

<b>Ano</b>	<b>Dados sobre as Ações da Extensão</b>
<b>2020</b>	Em 2020 o Departamento de Programas e Projetos de Extensão, por meio da Câmara de Extensão e Interiorização (CEI), aprovou um total de 191 ações de extensão, em caráter emergencial, distribuídas nas 03 modalidades já consolidadas na Pró-Reitoria, além de continuar a execução dos 43 programas já aprovados. A queda no número de projetos de 645 em 2019 para 191 em 2020, se deve à impossibilidade de execução de ações presenciais por conta da pandemia COVID-19.
<b>2021</b>	Em 2021, a PROEXT contou com 373 ações de extensão institucionalizadas. A suspensão das atividades presenciais impactou significativamente a execução das ações da extensão. Entretanto, a PROEXT promoveu um trabalho para garantir o máximo de projetos adaptados ao modo remoto. Neste ínterim, foram executadas mais de 300 ações em 2021;

<b>2022</b>	Em 2022, as ações da Extensão da UFAM impactaram mais de 366.000 pessoas. Envolvendo mais de 3.500 discentes, 1.315 docentes, além de vários técnicos administrativos. Dessa forma, a comunidade universitária foi representada em sua totalidade nas ações de extensão. Ao todo foram mais de 871 ações da Extensão.
-------------	---

FONTE: elaboração própria.

No ano de 2020 foram realizadas 191 ações, esse fato está relacionado ao advento da chegada da pandemia que refletiu na interrupção das atividades acadêmicas. Em 2021 esse número foi elevado para 373 ações, logo a UFAM já havia retornado às atividades de forma parcial, porém manteve-se a continuidade dessas ações com medidas de proteção e com recursos de TICs. Já em 2022 esse número elevou exponencialmente para 871 ações, retratando que a reorganização e reformulação das ações da Extensão foram significativas, abrangendo mais de 366.000.

Salienta-se que, com a utilização de TICs, a UFAM ampliou suas ações da Extensão. Isso reporta um realinhamento fundamental para aproximar a comunidade à instituição, tendo em vista que as transformações inerentes à pandemia contribuíram para a aproximação da UFAM com a sociedade, imprimindo para o cenário nacional que a inovação também esteve presente nas ações da Extensão.

Em se tratando do contexto educacional, especificamente da educação superior, a inovação vai além do emprego de tecnologias para manter o *status quo* do tripé da universidade - ensino, pesquisa e extensão – tendo como fator elementar a mudança e a promoção do bem-estar social.

As práticas inovadoras estruturais no contexto educacional promovem mudanças pedagógicas e objetivam contribuir com a resolução das mazelas sociais. Para o autor, as práticas e os processos educacionais que não buscam desenvolver tais mudanças e transformações sociais profundas num contexto “intramuros” se assimilam aos modelos burocráticos tradicionais, sendo consideradas conservadoras e antagônicas à Inovação Educacional (DA SILVA, 2021).

Na UFPA as ações da Extensão são realizadas pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, e é por meio dessas ações que a universidade estreita os vínculos com a sociedade e confere maior materialidade ao seu papel institucional, elaborando iniciativas com o propósito de intensificar a disseminação e democratização do conhecimento acadêmico, valorizando os conhecimentos tradicionais e gerando novos saberes por meio de um contínuo processo de intercâmbio de aprendizado com a comunidade.

Conforme informações obtidas no site da UFPA, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) cumpre o papel de desenvolver uma Política de Extensão Universitária de forma a aprofundar a discussão acerca da extensão enquanto projeto social e da universidade frente ao poder público e às políticas públicas. Busca, desta forma, oferecer subsídios à qualificação da atividade extensionista, sinalizando algumas possibilidades de atuação (UFPA, 2021).

As ações extensionistas desenvolvidas por meio dos programas e projetos de extensão registrados na Proex atuam com base nas “Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira”, regulamentada pela Resolução CNE/MEC nº 7/2018. Para melhor visualização dos programas de estímulo à atividade extensionista na UFPA

#### **Quadro 20. Principais programas de estímulo à atividade extensionista da UFPA**

<b>Principais programas de estímulo à atividade extensionista da UFPA</b>		
<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex);	1. Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex);	1. Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex);
1. Programa Eixo Transversal;	2. Programa Eixo Transversal;	2. Programa Eixo Transversal;
2. Programa Navega Saberes;	3. Programa Navega Saberes/Infocentros;	3. Programa Navega Saberes/Infocentros;
3. Programa Conexões de Saberes;	4. Programa Conexões de Saberes;	4. Programa Conexões de Saberes;
4. Programa de Extensão Inclusiva Avançada (Proexia);	5. Programa de Extensão Inclusiva Avançada (Proexia: Marajó e Marajó II);	5. Programa de Extensão Inclusiva Avançada (Proexia);
5. Programa de Extensão Universitária (Proext);	6. Programa de Extensão Universitária (ProExt).	6. Programa Multicampiartes Caravana Cultural;
6. Programa Auto do Círio		7. Programa Multicampi Saúde;
7. Programa Multicampiartes Caravana Cultural		8. Programa de Agricultura Familiar

FONTE: elaborado a partir do relatório da gestão dos anos de 2020, 2021 e 2022.

Apesar das restrições decorrentes da pandemia, a UFPA, através da PROEX, incentivou a criação de programas e projetos de extensão, uma vez que reconhece que essas iniciativas proporcionam uma conexão mais impactante entre a instituição e a sociedade, mesmo diante da crise sanitária global instalada.

Foi realizado levantamento comparativo sobre a concessão de bolsas nos anos de 2020, 2021 e 2022. A tabela 4 apresenta esses dados.

**Tabela 4. N° de Bolsas de Extensão Concedidas entre os anos de 2020, 2021 e 2022**

<b>Programas</b>	<b>Bolsas em 2020</b>	<b>Bolsas em 2021</b>	<b>Bolsas em 2022</b>
Conexões de Saberes	40	40	41
Eixo Transversal	100	100	100
Navega Saberes	-	-	95
Navega Saberes/ Infocentros	100	100	-
Pibex	350	350	350
Proexia Emaús	20	16	20
Proexia Marajó	34	34	-
Proexia Marajó II	4	4	-
<b>TOTAL</b>	<b>648</b>	<b>644</b>	<b>606</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.898</b>		

FONTE: dados da pesquisa.

Os dados da tabela somam um total de 1.898 bolsas concedidas abrangendo uma representatividade para o desenvolvimento regional. Contudo, ainda deve-se ressaltar que alguns desafios ainda precisam ser avançados, dentre eles a continuidade dos processos de aprimoramento dos editais de extensão, a continuidade no processo de inserção curricular da extensão, direcionando ações para o apoio aos cursos de graduação para o processo de alteração dos PCCs, em parceria estratégica com a PROEG e retomar, gradativamente, as metas de lançamento de editais de “Programa de Extensão Inclusiva Avançada - Proexia” tanto para novas regiões de alcance da UFPA quanto para a reedição dos Proexia Marajó e Emaús.

As ações extensionistas conferem relevância e pertinência à produção do conhecimento e fortalece o papel social da própria UFPA, voltada para as questões sociais com o objetivo de encontrar soluções que possam intervir na realidade concreta. É por meio desse compromisso social que a UFPA tem se destacado.

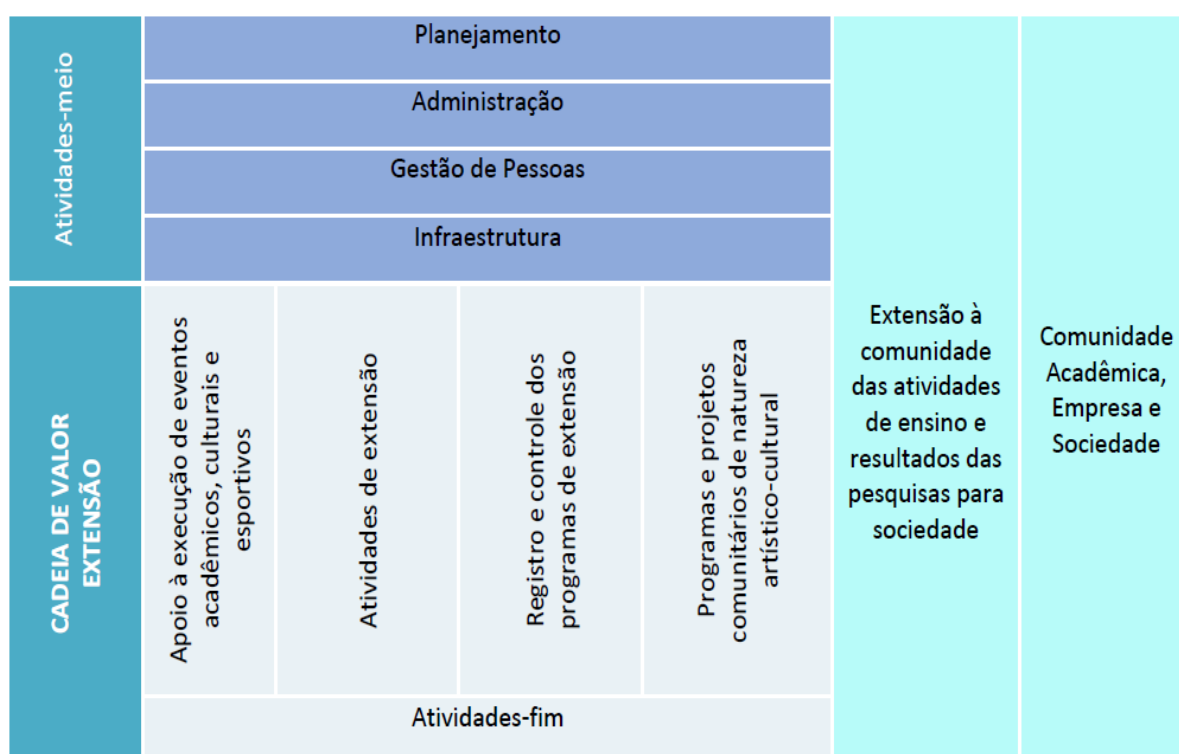
Na UFRR, as práticas e ações da extensão são coordenadas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (Prae), que é o meio pelo qual os professores, alunos e técnicos da UFRR contribuem com projetos e programas que beneficiam a população do estado de Roraima. Para divulgar as ações da extensão durante o período da pandemia da COVID-19, a instituição diversificou os canais de comunicação com o a expansão do uso das TICs.

No que diz respeito à extensão na UFRR, as operações foram impactadas pela falta de fontes externas de financiamento e pelas medidas de distanciamento social implementadas devido à pandemia de COVID-19. Além disso, a diminuição do orçamento das universidades federais limitou a capacidade interna de financiar essas atividades, o que resultou na necessidade de ajustar os programas de apoio.

No ano de 2021 foram cadastradas 158 ações distribuindo bolsas através dos Programas de Apoio a Ações de Extensão (PAE) e do Mosaico Cultural, gerando a emissão de 9.186 certificados.

Essas ações são planejadas pela gestão dentro de uma cadeia de valor da Extensão é apresentada na Figura 11.

**Figura 6. Cadeia de Valor da Extensão na UFRR**



FONTE: PDI 2021-2025 (2023)

A cadeia de valor da extensão da UFRR enfatiza que as funções de apoio sustentam as funções centrais, a fim de proporcionar produtos de relevância pública para os beneficiários, incluindo a comunidade acadêmica, ex-alunos e a sociedade em geral.

No ano de 2021, a Diretoria de Extensão (DIREX) da UFRR, encarregada de gerir políticas coletivas de Extensão Universitária, continuou seu esforço em fornecer respaldo e reconhecimento às atividades de extensão e culturais. Isso foi realizado por meio da divulgação

de editais para bolsas, bem como pela implementação de procedimentos de avaliação e certificação das atividades de Extensão.

Dentro do escopo da Diretoria de Extensão (DIREX), a meta física estabelecida para o ano de 2021 consistia em apoiar 83 iniciativas, ou seja, 83 ações de extensão envolvendo estudantes de graduação beneficiados com bolsas.

Assim como na UFAM e UFPA, também nota-se que foram realizadas ações de extensão na UFRR por meio da inovação, com a utilização de recursos de TICs para realização de cursos, palestras, seminários e difusão do conhecimento produzido na universidade para a comunidade.

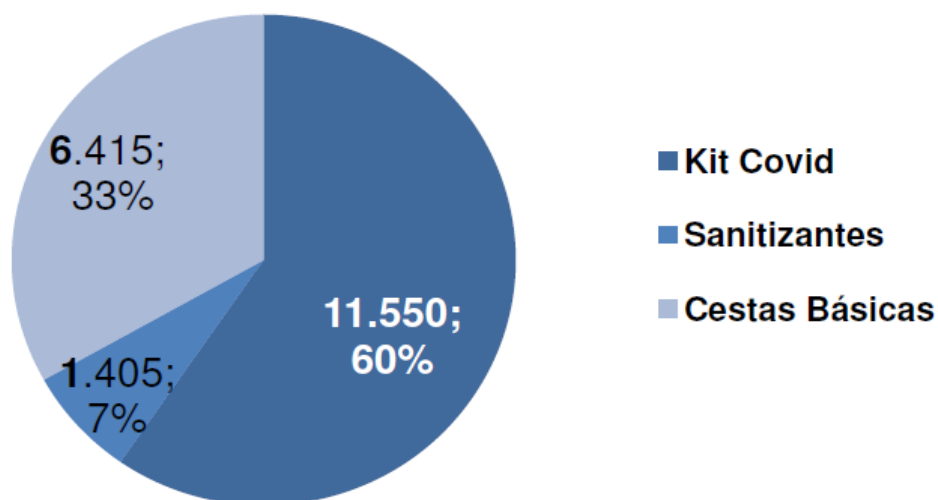
Na UFRR, o destaque está na criação de serviços de utilidade pública. Assim, a IFES engajou-se na produção de campanhas educativas como foco na prevenção dos sintomas da COVID-19, que foram veiculadas à programas de rádio, televisão, redes sociais para todo o estado de Roraima. Entretanto, essas informações constam em notícias e relatórios divulgados no site da instituição e, não percebida na fala do gestor.

Na UFT, as ações de extensão são planejadas e coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEX. Em depoimento no relatório da gestão do ano de 2020, o reitor da UFT (p. 7, 2020) enfatizou que:

“Na extensão, com as atividades sendo realizadas de maneira remota, os projetos de extensão não foram comprometidos, tendo atingido um elevado grau de envolvimento com a extensão e de pessoas impactadas pelas atividades desenvolvidas, principalmente pela realização de ações voltadas ao combate e prevenção da Covid-19, como a entrega de kits de higiene pessoal aos servidores e às populações de etnias do estado” **(Reitor da UFT, 2020)**.

A extensão universitária da UFT desempenha um papel fundamental como responsabilidade social da instituição, visando impulsionar o progresso da sociedade. Isso é alcançado através da promoção de programas e projetos de extensão, oferta de cursos para formação, aprimoramento e qualificação do público, além da criação de iniciativas sociais e ambientais em colaboração com a comunidade. Essa abordagem considera a incorporação dos conhecimentos e práticas populares, bem como a defesa dos princípios democráticos que prezam pela igualdade de direitos, respeito pela dignidade humana e a sustentabilidade ambiental e social (UFT, 2023).

Assim como outras IFES já referenciadas nessa seção, em 2020 a UFT atuou no enfrentamento à pandemia com práticas extensionistas. É o que consta no Painel de informações disponível no site, na aba “Coronavírus”. Essas ações são apresentadas no gráfico 6.

**Gráfico 7. Distribuição de itens / Programa UFT em Ação Social**

FONTE: Painel de informações da UFT, 2023

No ano de 2020, essa iniciativa ganhou uma significância maior do que nos anos anteriores, devido à presença da pandemia. A Universidade inteira se engajou de forma proativa e colaborou com comunidades em situação de vulnerabilidade, assim como com a população em geral, por meio de esforços voltados para a saúde, higienização, educação e garantia de segurança alimentar.

Essas ações sociais conduzidas pela UFT têm o propósito de informar a comunidade acerca do novo coronavírus. Isso engloba atividades de formação, medidas preventivas, prestação de serviços à comunidade via internet ou presencialmente, distribuição de alimentos, realização de testes diagnósticos, criação de aplicativos e plataformas online, fabricação de materiais e dispositivos, assim como a produção de recursos essenciais, como álcool em gel e equipamentos de proteção individual (EPIs), além de materiais de higiene e manutenção de equipamentos hospitalares.

O caso da UNIR, com a implementação do ERE, a gestão da UNIR se engajou em tornar-se referência na Região Norte do Brasil em suas práticas extensionistas. Para tanto, suas ações foram diversificadas, variando desde a distribuição, criação de produtos e serviços para ajudarem a comunidade no enfrentamento à COVID-19.

Em pesquisa realizada com um dos gestores da UNIR, este relatou que a instituição contribuiu com demandas sociais a partir da criação de serviços de utilidade pública e produção de insumos, considerados elementares durante essa pandemia, afirmando que a instituição atuou na “(...) *Produção e doação de álcool em gel. Doação de máscaras e alimentos. Colaboração no processo de vacinação*” (Vice-Reitor - UNIR).

Para tanto, foram utilizados recursos de TICs para a realização da maioria das ações de extensão, podendo ser acessado através de link disponibilizado no site e redes sociais da IFES por qualquer membro da comunidade interna com uso de dispositivo móvel com acesso à internet, tornando acessível o conteúdo destes a qualquer interessado.

A UNIR tem empreendido esforços para fortalecer o avanço da Política de Extensão Universitária dentro do cenário da Universidade Federal de Rondônia, simultaneamente, em setores de grande importância. Esses esforços visam estabelecer e solidificar a Política Cultural na UNIR, ao mesmo tempo em que buscam impulsionar a ampliação de iniciativas relacionadas à inclusão, diversidade étnico-racial e questões ambientais.

A gestão e coordenação da extensão da UNIR compete à Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis – PROCEA, que é responsável por fomentar, promover e avaliar ações referentes à extensão e cultura na Instituição. Cada ação de extensão possui um responsável, que é competente pela coordenação das ações, inclusive pelo monitoramento, pela avaliação e pela prestação de contas (UNIR, 2021).

Também, conforme informações disponíveis no site da UNIR, foi criado o Comitê de Atenção aos Catadores no início de Abril de 2020 e uma das primeiras ações desenvolvidas pelo comitê foi o lançamento da “Campanha de Solidariedade aos Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Velho – RO (UNIR, 2023).

Ajudando no enfrentamento da Pandemia da COVID-19, as contribuições dessa ação em prol à comunidade foram: depósito na conta-poupança da CATANORTE, distribuição de produtos alimentícios, de limpeza e doação de Equipamentos de Proteção Individual em dois pontos da cidade.

Essas informações retratam que a UNIR desenvolveu práticas inovadoras abordando temas multifacetados que auxiliaram a sociedade no enfrentamento da pandemia por meio de tecnologias sociais. Assim, cumpriram sua missão cooperando com o desenvolvimento regional explicitando bem a relação universidade e inovação social.

Os resultados dessa seção apontaram que a UNIR se destacou na produção de insumos, EPIs e colaboração no processo vacinal da região. Cabe destaque também às ações inovadoras



para atender a comunidade externa, como produção de vídeos educativos, criação de *Call Centers* e o desenvolvimento de ferramentas de mapeamento epidemiológico no seu âmbito.

Assim como a UNIR, UFT, UFPA e UFRR também colaboraram na produção e doação de insumos para outras instituições. Contudo o diferencial da UFT está na criação de painel integrado das ações em tempo real. O referido painel possibilita visualizar as ações de toda a universidade na gestão da crise pandêmica.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a premissa inicial desse estudo: “mesmo em um contexto de pandemia, as universidades públicas federais assumiram um papel social fundamental para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas por meio da produção de ciência em diferentes áreas do conhecimento”, essa seção objetiva apresentar as conclusões sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre as IFES pesquisadas.

Os resultados desse estudo apontam que as universidades da região Norte do Brasil, objetos dessa pesquisa, desempenharam substanciais contribuições para o respectivo desenvolvimento regional, por meio de ações planejadas pela gestão acadêmica constantes no tripé ensino-pesquisa-extensão. Não obstante, uma gama de atividades e ações foram propostas à sociedade. Vale ressaltar que a integração entre a pesquisa e a extensão na resolução de problemas sociais mais complexos imprimiram a atuação dessas IFES no contexto da região Amazônica.

Neste trabalho, inferiu-se que as universidades contribuíram para as regiões em que estão localizadas por meio do firmamento de acordos/termos de cooperação com órgãos nas esferas municipal e estadual, na manutenção em equipamentos hospitalares, capacitação de pessoal atuante na linha de frente da pandemia, desenvolvimento recursos de TICs e a utilização dos canais de comunicação como veículos de utilidade pública, ou seja, produziu conhecimentos sobre os efeitos da pandemia em diferentes áreas do conhecimento.

Por meio da análise de documentos, notícias publicadas em diferentes mídias, bem como por meio dos relatos dos entrevistados, constatou-se que pesquisadores, discentes e docentes colaboraram junto à gestão acadêmica de forma imediata na tentativa de atenuar os efeitos da COVID-19 na sociedade como um todo. Além do desenvolvimento de pesquisas, as ações de extensão estiveram aliadas para essas respostas. Como exemplos, há um destaque para a produção de insumos, doação de materiais e EPIs para hospitais, desenvolvimento de técnicas e testes mais eficientes, cessão de pessoal e até a formação antecipada de estudantes da área da saúde.

Outro dado evidenciado está nas ações direcionadas para a comunidade externa em que estão localizadas as 5 (cinco) IFES – UNIR, UFT, UFPA, UFRR e UFAM -, como exemplos tem-se a realização de cursos, oficinas, palestras, doação de alimentos, equipamentos, campanhas de incentivo à vacinação e outros serviços de utilidade pública.

Sobre o ensino, mesmo com adoção de políticas públicas de inclusão, o retorno gradual às aulas em formato remoto evidenciou que não foram todos os discentes que tiveram as mesmas condições de acesso, pois a maioria não possuía dispositivo tecnológico, nem acesso a sinal de internet. Sobre os docentes, nem todos possuem *expertise*<sup>23</sup> para o manuseio destas ferramentas, tendo em vista a natureza do ensino presencial em que a maioria das universidades da região norte do Brasil tem adotado há décadas.

O Ensino Remoto Emergencial como estratégia para a garantia da continuidade das atividades internas das universidades foi fundamental para garantia da continuidade do processo de ensino e aprendizagem, justificando-se pelo fato da a interrupção imediata das aulas devido as recomendações para permanência em isolamento social a fim evitar o contágio e transmissão do novo coronavírus.

O negacionismo da ciência e o desmonte das universidades foram elementos que estiveram presentes no discurso presidencial somados à escassez de recursos orçamentários destinados às IFES, as colocou num lugar desprivilegiado diante o Estado. Contudo, no segundo ano do governo Bolsonaro, os desafios impostos pela pandemia evidenciaram que os investimentos na ciência – que tem sua gênese nas universidades – poderiam ser a saída para a crise sanitária vivenciada no país.

Outras pesquisas referenciadas nessa tese apontaram que a pandemia acentuou ainda mais as desigualdades sociais já existentes, principalmente na região norte do Brasil, evidenciando os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, carentes de recursos e de dispositivos para acesso à internet, bem como o pouco domínio e manuseio e domínio de plataformas digitais, inabilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem e principalmente a baixa participação nas aulas e avaliações.

A migração do ensino presencial para o ensino remoto emergencial também dividiu opiniões entre docentes, houve aqueles que resistiram às mudanças no formato do processo de trabalho e os que se adaptaram de imediato, fato este evidenciado na UFPA e UFRR. Nota-se aqui que essa barreira era previsível por Audy (2017) quando se referia à necessidade de as instituições de educação incorporarem a inovação para garantirem sua sobrevivência.

Entre os discentes, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foram evidenciadas limitações de acesso, dificuldades de acesso ao sinal de

---

<sup>23</sup> Conforme Dicionário Michaelis, a palavra **expertise** refere-se ao alto nível de conhecimento que reúne competência, experiência e criatividade de um especialista. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/pvz1/expertise/> Acesso em 05 set 2023.

internet de qualidade para acompanharem as aulas e ausência de dispositivos eletrônicos de acesso, dificuldades de manuseio e falta de ambientação com os recursos de TICS.

Na UFAM nota-se a atuação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil que, por meio do Departamento de Assistência Estudantil – DAEST publicou 2 (dois) editais para ajuda de custo aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oportunizando que estes participassem e garantissem a manutenção dos estudos.

Com finalidade de minimizar os efeitos da pandemia no processo de formação profissional dos discentes e não interrupção do calendário acadêmico, na UFT foi oportunizada e flexibilizada a matrícula destes em quantidades menores de disciplinas. A referida tomada de decisão levou em consideração os discentes que exercem longas jornadas de trabalho e àqueles que necessitaram trabalhar para garantirem o próprio sustento.

Por estarem localizadas em regiões remotas, que por ora possuem baixa qualidade no sinal de internet, outros prejuízos também foram evidenciados. Sobre a participação do Estado diante dessa realidade, evidenciou-se que o contingenciamento orçamentário que vinha ocorrendo paulatinamente e se acentuou no ano de 2019 - anterior à Pandemia -, bem como os baixos incentivos fiscais e financeiros, a erradicação da crise sanitária tornou-se um complicador.

Sobre a pesquisa realizada junto às principais IFES localizadas da região norte do Brasil, os maiores desafios foram evidenciados por meio dos resultados, apontando os esforços da gestão acadêmica para manutenção do equilíbrio entre funcionamento das respectivas atividades técnicas/administrativas e a continuidade das aulas.

Em análise de documentos oficiais emitidos pela gestão, conselhos e instâncias superiores deliberativas, percebeu-se que 3 (três) das 5 (cinco) IFES instituíram comitê específico para acompanhamento do avanço da COVID-19 em seu âmbito, com reuniões semanais para analisarem a evolução/involução do surto sanitário e assim deliberarem paulatinamente sobre o funcionamento das atividades. Em suma, considera-se que esse também foi um desafio vivenciado pela gestão.

Sobre a relação entre a universidade e inovação, o estudo destacou que todas as IFES pesquisadas empregaram as ferramentas de TICs para a continuidade das atividades, produziram insumos e EPIs para instituições e profissionais de saúde como ajuda no enfrentamento à pandemia, bem como utilizaram dos próprios canais de comunicação para levar informações à população, em geral.

Sobre a compreensão de como as IFES garantiram o acesso dos estudantes ao Ensino Remoto Emergencial durante o período da Pandemia da COVID-19, os dados desse estudo

evidenciaram que, para minimizar os efeitos no processo de ensino e aprendizagem decorrentes da interrupção das aulas e do ensino remoto emergencial, foram publicados editais direcionados ao atendimento das necessidades socioeconômicas dos estudantes, como auxílio financeiro, auxílio alimentação e disponibilização de dispositivos de tecnologia para acesso às aulas remotas.

Como ferramenta útil para a tomada de decisões, o instrumento utilizado pela UFAM e o Painel Integrado implementado pela UFT podem servir de esteio para elaboração de uma ferramenta gestora que vise controlar riscos no âmbito das IFES, em geral. Podendo otimizar o diagnóstico da situação problema, permitindo a visualização em tempo real sobre o processo de tomada de decisões, reduzindo assim os impactos a curto, médio e longo prazo.

Não diferindo de outras regiões do país, as IFES situadas na região Norte desempenham um papel elementar para o desenvolvimento regional, pois além de contribuírem para o incremento econômico local, também foram consideradas celeiros no desenvolvimento de pesquisas e na formação de profissionais.

A região amazônica possui a maior abrangência territorial do país e, diante dessa realidade, seu desenvolvimento ainda caminha aquém das demais regiões. Fatores como a carência de profissionais de saúde, baixo índice de vacinação, orçamento público, condições de habitação, saneamento básico, cultura entre outros, alavancaram o avanço da pandemia. Logo as IFES tiveram de dar respostas imediatas mesmo diante dos impasses orçamentários destinados a estas.

Como impasses presentes em todas as IES pesquisadas, a ausência de um plano de gestão específico para o enfrentamento da COVID-19 dificultou o mapeamento das prioridades institucionais, sendo necessária a elaboração de um instrumento que possibilite o gerenciamento e manejo de crises. A elaboração desse instrumento poderá ser realizada de forma coletiva com membros da comunidade interna e externa.

A partir da realização desse estudo com IFES da região norte do Brasil, evidenciou-se que as mesmas contribuíram com o desenvolvimento local, por meio de ações que beneficiaram diretamente a população, como a prestação de serviços de utilidade pública com utilização de canais na internet, programas de rádio e TV, canais telefônicos para esclarecimentos de dúvidas, produção de álcool gel e EPIs para instituições e colaboração no processo de vacinação da população, como evidenciado na UNIR e na UFT.

A partir dos resultados dessa tese, especificamente na lacuna percebida na morosidade da implementação do ensino remoto emergencial e os possíveis prejuízos oriundos desse intervalo temporal no processo de formação discente, percebe-se a necessidade da adoção de

uma ferramenta que auxilie na tomada de decisões a curto prazo para que garanta a não interrupção das atividades de ensino, pesquisa e extensão proporcionando a permanência do aluno na IFES.

Alguns desafios para a gestão acadêmica no cenário pós-pandemia provocaram necessidade de constante reinvenção, reavaliação e planejamento de suas ações, pois à medida que as IFES se adaptam a novas realidades, também é necessário a otimização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses desafios também incluem a criatividade, a adaptabilidade e uma abordagem mais centrada no aluno, visando proporcionar uma educação de qualidade em um ambiente de constante evolução.

Dentre as limitações dessa tese, destaca-se a participação restrita apenas dos gestores que compõem a reitoria e a não participação de outras pessoas, como gerentes/chefes de departamentos, demais colaboradores técnico-administrativos, entidades estudantis e/ou acadêmicas, prestadores de serviços e pessoas da comunidade local.

Acredita-se que ampliar a participação de outros entes poderá também ampliar a discussão e corroborar no processo de identificação de novas soluções para os efeitos pandêmicos nas universidades públicas brasileiras.

A tese inicial desse estudo foi confirmada e evidenciada com a leitura de que as IFES pesquisadas reassumiram os seus lugares na sociedade por meio de sua atuação voltada para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridas por meio da produção de ciência em diferentes áreas do conhecimento.

Por fim, constatou-se convergências entre as ações emergenciais adotadas pelas IFES pesquisadas, pois também há similaridade na adoção de políticas de ações afirmativas para promover a inclusão de grupos historicamente sub-representados no ensino superior, como estudantes povos originários e tradicionais e pessoas de baixa renda. Também se destacam por desenvolverem pesquisas e projetos voltados para a região e suas populações, buscando soluções para desafios locais e contribuindo para o desenvolvimento regional.

Sugere-se que as futuras pesquisas sobre a temática dessa tese, estejam direcionadas para as estratégias de reestruturação das universidades públicas federais pós-pandemia.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Governo Lula anuncia fim do sucateamento das universidades públicas promovido por Bolsonaro. **Economia e Política, Manchete**. 18 de abril de 2023. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2023/04/governo-lula-anuncia-fim-do-sucateamento-das-universidades-publicas-promovido-por-bolsonaro/> Acesso em 24 jul 2023.

AGUILAR, Luis Enrique; FRANÇA, Eliacir Neves. A mudança de governo no Brasil e os efeitos nas políticas de Educação Superior: uma análise preliminar. **Universidades**, v. 71, n. 85, p. 53-64, 2020.

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento et al. As universidades públicas brasileiras no contexto da pandemia: iniciativas e parcerias no enfrentamento da covid-19. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 25, n. 82, 2020.

ANA, Agência Nacional das Águas. **Região Hidrográfica Amazônica**. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx> Acesso em 25 jul 2023.

**Bolsonaro oficializa Victor Godoy Veiga como novo ministro da Educação**. Notícias, publicado em 19 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-oficializa-victor-godoy-veiga-como-novo-ministro-da-educacao1> Acesso em 17 de julho de 2022.

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Ofício Andifes nº 005/2021 de 18 de fevereiro de 2021**. Brasília, 2021.

ARBIX, Glauco. Ciência e Tecnologia em um mundo de ponta-cabeça. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 65-76, 2020.

AUDY, JORGE. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. rev. e atual. **Lisboa: Edições**, v. 70, n. 3, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

BENBASAT, Izak; GOLDSTEIN, David K.; MEAD, Melissa. The case research strategy in studies of information systems. **MIS quarterly**, p. 369-386, 1987.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira et al . Desafios “práticos e reflexivos” para os cursos de graduação em terapia ocupacional em tempos de pandemia. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos , v. 28, n. 3, p. 1103-1115, Sept. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n. 93, de 18 de março de 2020a. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8075954&ts=1584647908386&disposition=inline> . Acesso em 05 ago 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 06 jun 2021.

BRASIL. Lei 13.856, no dia 8 de julho de 2019. **Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins**. Brasília, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113856.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113856.htm) Acesso em 26 set 2021.

BRASIL. **Lei Complementar n. 124, de 03 de janeiro de 2007**. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Planalto. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp124.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp124.html) Acesso em 30 out 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Planalto. Brasília, 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15173.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15173.html) Acesso em 30 out 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **LEI Nº 13.005/2014** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) Acesso em 06 jun 2021.



BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BRASIL. **Portaria 374/2020**. Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, exclusivamente para atuação nas ações de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Gab. Ministro. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em 05 out 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Consulta Pública das Universidades Federais da Região Norte do Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso em 08 mai 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Consulta Pública das Universidades Federais da Região Norte do Brasil**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso em 08 mai 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Painel de informações**. Brasília, 2021. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/> Acesso em 02 ago 2021.

BRASIL. Painel Coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> acesso em 03 jul 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 343 de 17 de março de 2020**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, p.39. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376> Acesso em 10 ago 2021.

BRAUNER, Daniela Francisco et al. Universidade engajada: Resgatando PMES na crise da Covid-19. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, p. 437-450, 2021.  
BRITO, Luciana et al. Impactos sociais da Covid-19: uma perspectiva sensível às desigualdades de gênero. 2020.

BUENO, F.T.C., SOUTO, E.P., and MATTA, G.C. Notas sobre a trajetória da Covid-BVS, Biblioteca Virtual em Saúde. **05/12 – Dia da Acessibilidade**. 2023. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/05-12-dia-da-acessibilidade/> Acesso em 08 ago 2023

CAMPOS FILHO, Amadeu Sá de et al. O ensino remoto no curso de Medicina de uma universidade brasileira em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, 2022.

CAPISTRANO, José Gleison Gomes et al. Produção de pesquisas na disciplina de Método Científico: uso de formulário eletrônico no ensino remoto. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 3, n. 1, p. e022002-e022002, 2022.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; GOULART, Sueli. A trajetória conservadora da teoria instituicional. **Revista de administração pública**, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.

CARVALHO, Júlia. O enfrentamento da pandemia pelas universidades federais. *Jornal do Campus, USP*. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/09/o-enfrentamento-da-pandemia-pelas-universidades-federais/> Acesso em 02 out 2021.

CASSELMAN, Ben; COHEN, Patricia. A widening toll on jobs: this thing is going to come for us all. **The New York Times**, v. 2, n. 04, 2020.

CASTRO NETA, Abília Ana de; CARDOSO, Berta Leni Costa; NUNES, Claudio Pinto. Reformas educacionais no contexto pós-golpe de 2016. 2018.

CATANI, Alfrânio Mendes; DE OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 6, n. 4, 2001.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2007.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro , v. 30, n. 114, p. 73-93, jan. 2022 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362022000100073&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362022000100073&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 02 ago. 2023.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, p. 73-93, 2021.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CENTOBELLI, P. *et al.* Exploration and exploitation in the development of more entrepreneurial universities: A twisting learning path model of ambidexterity. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 141, n. September 2018, p.172–194, 2019.

CENTOBELLI, P.; CERCHIONE, R.; ESPOSITO, E. Knowledge management in startups: Systematic literature review and future research agenda. **Sustainability (Switzerland)**, v. 9, n. 3, p. 1–19, 2017.

CERECEDO, A. *et al.* 2020 na História da Educação: 20 anos da RBHE, 100 anos da UFRJ e ano da pandemia COVID19. *Revista Brasileira de História da Educação*, 20. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e139>.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAUJO, Rhoberta Santana de. A Ofensiva Neoconservadora Contra as Universidades Federais no Brasil. **Rev. Int. Educ Super.**, Campinas, v. 8, e022045, 2022. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2446-94242022000100203&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2446-94242022000100203&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 27 jul 2023.

CHIARELLO, Ilze Salete. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791)**, v. 1, n. 2, p. 240-257, 2015.

CHIZZOTTI, A. **Uma análise de pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto Camargo. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista?. **Análise econômica. Porto Alegre. Vol. 19, n. 36 (set. 2001), p. 25-45**, 2001.

COSTA, S. DA S.. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969–978, jul. 2020.

DA COSTA FARIAS, Lana Rodrigues et al. A universidade como ambiente de inovação social em tempos de pandemia. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, p. e65786-19, 2021.

DA CUNHA RIBEIRO, Raimunda; MAGALHÃES, António M. Política de responsabilidade social na universidade: conceitos e desafios. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 42, p. 133-156, 2014.

DA SILVA MOTA, Janine. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019.

DA SILVA, José Bittencourt. **Inovação Educacional no Âmbito da Escola Básica: Contribuições Teóricas**. Anais da 3ª reunião científica da Anped-Norte. Palmas, 2021.

DA SILVA, Márcia Regina Farias et al. Reflexões sobre as ações extensionistas e de pesquisa no combate à COVID-19 na universidade do estado do Rio Grande do Norte/Reflections on extensionist and research actions in the fight against COVID-19 at the university of the state of Rio Grande do Norte. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3622-3646, 2020.

DE CARVALHO MARQUES, Georgiana Eurides. A extensão universitária no cenário atual da pandemia do COVID-19. **Revista Práticas em Extensão**, v. 4, n. 1, p. 42-43, 2020.

DE MORAES FILHO, Iel Marciano et al. O currículo no ensino superior: adequações necessárias para o despertar dos egressos. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 6, n. 1, p. 1-2, 2016.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. Boitempo Editorial, 2020.

DE SOUSA, Flávio Eliziario; FREIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. **Revista da FAE**, v. 21, n. 2, p. 163-178, 2018.

DE SOUSA, Thais Vilela *et al.* COVID-19: A importância da pesquisa científica. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 9, p. 573-575, 2020.

DESLAURIERS, J.P; KÉRISIT, M. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 127-153, 2008.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/set. 2009.

DOS SANTOS, Adriana C. Omena et al. Comunicação pública e divulgação científica em tempos de Covid-19: ações desenvolvidas na Universidade Federal de Uberlândia-Brasil. **Revista Española de Comunicación en Salud**, p. 279-292, 2020.

DOS SANTOS, Fernanda Marsaro. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. 2012.

DOS SANTOS, Flavio Roberto. **Ensino-Aprendizagem no período de Pandemia (COVID-19): Reflexos do Ensino à Distância no curso de Direito em Teixeira de Freitas – BA**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré – Universidade de São Mateus, Espírito Santo.

DOS SANTOS, Gleiziane Dias; CHIARETTO, Silvana. O planejamento estratégico como uma vantagem competitiva de mercado: papel do planejador. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 2, p. e339-e339, 2019.

DURÃES, B.; BRIDI, M. A. DA C.; DUTRA, R. Q.. O teletrabalho na pandemia da covid-19: uma nova armadilha do capital?. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 3, p. 945–966, set. 2021.

EBC, Agência Brasil. **Pandemia fez crescer cursos de especialização no país, mostra estudo**. São Paulo, dez 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-12/pandemia-fez-crescer-cursos-de-especializacao-no-pais-mostra-estudo> Acesso em 03 ago 2023.

educação. In: GARCIA, Walter Esteves (Org.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. P. 15-29. São Paulo: Cortes, 1995.

FARIA, Paulo M. Revisão Sistemática da Literatura: contributo para um novo paradigma investigativo. 2019.

FAS, Fundação Amazônia Sustentável. O combate às fake news para o sucesso das campanhas de vacinação. 2023. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/conteudos/reportagens/o-combate-as-fake-news-para-o-sucesso-das-campanhas-de-vacinacao/> Acesso em 21 jul 2023.

FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda et al. Uso de telessaúde por alunos de graduação em Fonoaudiologia: possibilidades e perspectivas em tempos de pandemia por COVID-19. **CoDAS**, São Paulo, v. 32, n. 4, e20200190, 2020. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2317-17822020000400201&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822020000400201&lng=en&nrm=iso). Acesso em 09 mai 2021.

FINK, Arlene. **Conducting research literature reviews: From the internet to paper**. Sage publications, 2019.

FIOCRUZ. Fundação e Instituto Oswaldo Cruz. Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. 2021. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926> Acesso em 22 jul 2023.

FIOCRUZ. Instituições públicas a serviço da inovação, da produção e do combate à pandemia. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/reportagem/instituicoes-publicas-a-servico-da-inovacao-da-producao-e-do-combate-a-pandemia> Acesso em 14 jan 2023.

FIOCRUZ. Observatório COVID-19. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia> Acesso em 25 jan 2021.

FLEURY, Patrícia Fonseca Ferreira. **Prática docente no Ensino Remoto Emergencial na Educação Superior em Saúde e Humanidades**. Dissertação (Mestrado em Ensino nas Ciências da Saúde) – Faculdade Pequeno Príncipe, Curitiba, PR. 2021.

FRANCO, J. O. **Plataforma Solidariedade à Pesquisa ganha nova versão para facilitar doações relacionadas ao coronavírus**. 16/04/2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/04/16/plataformasolidariedade-pesquisa-ganha-nova-versao-para-facilitar-doacoes>. Acesso em 10 jan 2021.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ), INSTITUTO DE TECNOLOGIA E IMUNOBIOLOGICOS (BIOMANGUINHOS) & ASTRAZENECA. Termo de Contrato de Encomenda Tecnológica n. 01/2020, 8 set. 2020. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/contrato\\_vacina\\_astrazaneca\\_fiocruz.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/contrato_vacina_astrazaneca_fiocruz.pdf). Acesso em 31 jul 2020.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GEMELLI, Catia Eli. A quem serve a “neutralidade”? Análise do movimento escola sem partido à luz da ideologia gerencialista. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, p. 288-309, 2020.

GEMELLI, Catia Eli; CERDEIRA, LUÍSA. COVID-19: Impactos e desafios para a educação superior brasileira e portuguesa. **Guimarães, LVM, Carreteiro, TC, & Nasciutti, JR Janelas da pandemia**. Editora Instituto DH, 2020.

GEMELLI, Catia Eli; CLOSS, Lisiane Quadrado; FRAGA, Aline Mendonça. Multiformidade e pejotização:(re) configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 26, n. 2, p. 409-438, 2020.

GILL, D. Gartner releases report on how to secure supply chains amidst the COVID 19 Outbreak. **Logistics Manager**, 2020.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes; SOUSA, G.; FELTRI, R. B. Universidades Brasileiras e Covid-19: fortalecendo os laços com a sociedade. **Boletim Unicamp**, p. 1-4, 2020.

GRECCHI, Fábio; CARDIM, Maria Eduarda. Correio Braziliense. Histórico de ministros da Educação é de gafes e impropriedades. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/08/4945077-historico-de-ministros-da-educacao-e-de-gafes-e-impropriedades.html> Acesso em 31 out 2021.

GULLO, Maria Carolina. A Economia na Pandemia Covid-19: Algumas Considerações/The Economy in Pandemic Covid-19: Some Considerations. **ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 2020.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, 2006.

GUSSO, Hélder Lima et al. Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary CR. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 58, p. 193-223, 2003.

HOOD, Christopher. JG March and JP Olsen Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics, New York, Free Press, 1989. **Journal of Public Policy**, v. 10, n. 3, p. 349-351, 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. PNAD Contínua. Agência IBGE Notícias. **Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020**. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020> Acesso em 06 ago 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A Amazônia Legal**. Brasil, 2022. Disponível em: <http://repositorio.sudam.gov.br/sudam> Acesso em 30 jul 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Brasil, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600> Acesso em 05 ago 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da Amazônia Legal sem Sedes**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html> Acesso em 03 ago 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: Agência IBGE Notícias. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012> Acesso em 01 ago 2023.

IESALC, UNESCO. **COVID-19 and higher education: Today and tomorrow. Impact analysis, policy responses and recommendations**. 2020. Disponível em: <http://www.iesalc.unesco.org/en/wp-content/uploads/2020/04/COVID-19-EN-090420-2.pdf> Acesso em 23 mai 2021.

impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à

IVO, Andressa Aita; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 365-379, 2015.

JIMÉNEZ, Daniel Rocha; LEÓN, Patricia Lora. La innovación social como transformación de comunidades: el modelo del parque científico de innovación social - Colombia. **Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 6, n. 4, 2016, p. 88-97

JIN, Yuefei et al. Virology, epidemiology, pathogenesis, and control of COVID-19. **Viruses**, v. 12, n. 4, p. 372, 2020.

KAYSER, A. M., DA SILVA, M. A., & BRAGA, R. N. F. Política educacional e planejamento institucional: aproximações inventáveis. **Revista Diálogos & Saberes**. 2018

KLEIN, Karla; PIZZIO, Alex; RODRIGUES, Waldecy. Governança universitária e custos de transação nas universidades da Amazônia legal brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 455-474, 2018.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

LIMA, Mozaniel Mendes Pereira Lima. **O ensinar e o aprender na configuração subjetiva do “ser” professor em tempos de pandemia da COVID-19**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) – Universidade de Brasília, DF.



LIMA, N. T.. Pandemia e interdisciplinaridade: desafios para a saúde coletiva. *Saúde em Debate*, v. 46, n. spe6, p. 9–24, 2022.

LOPES, Antônio Luís Ramos; LUNARDI, Guilherme Lerch. Adoção do teletrabalho em instituições de ensino durante a pandemia da covid-19: um estudo realizado com os servidores técnicos administrativos da Universidade Federal do Rio Grande–FURG. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 2, p. 26-54, 2022.

LOSEKANN, Raquel Gonçalves Caldeira Brant; MOURÃO, Helena Cardoso. Desafios do teletrabalho na pandemia Covid-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração**, v. 28, p. 71-75, 2020.

MAÇADA, A. C. G.; FELDENS, L. F.; SANTOS, A. M. DOS .. Impacto da tecnologia da informação na gestão das cadeias de suprimentos: um estudo de casos múltiplos. *Gestão & Produção*, v. 14, n. 1, p. 1–12, jan. 2007.

MAGALHÃES, Amanda Júlia de Arruda et al. O Ensino da Anamnese Assistido por Tecnologias Digitais durante a Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 58-59, 2004.

MARDAS, N. et al. **Agenda de Segurança da Amazônia**: Resumo de Conclusões e Recomendações Iniciais, Global Canopy Programme. 2013.

MASCARENHAS, Fernando; LAZZAROTTI FILHO, Ari; VIANNA, Lauro Casqueiro. A ciência e a RBCE em tempos de pandemia. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre , v. 42, e2001, 2020.

MATTA, Gustavo Corrêa et al. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. 2021.

MEIRELES NETO, Elias Colares; SILVA CARDOSO, Hévila Maria; AMANAJÁS PENA, Heriberto Wagner. Uma análise política do governo temer sob a perspectiva neoliberal e a teoria crítica de Noam Chomsky. **Caribeña de Ciencias Sociales**, n. julio, 2019.

MÉLO, Cláudia Batista et al. A extensão universitária no Brasil e seus desafios durante a pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e1210312991-e1210312991, 2021.

MÉLO, Cláudia Batista et al. Ensino remoto nas universidades federais do Brasil: desafios e adaptações da educação durante a pandemia de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e4049119866-e4049119866, 2020.

MILLIETE, Joana Sobral. **Ensino remoto emergencial e letramentos midiáticos de professores na pandemia de Covid-19**. 2022. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro - PUC, RJ.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa emsaúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, J. A. Modelos pedagógicos virtuais no contexto das tecnologias digitais. In: D. MILL; G. SANTIAGO; M. SANTOS; D. PINO (Eds.) **Educação a Distância. Dimensões da pesquisa, da mediação e da formação**. São Paulo: Artesanato Educacional, p. 37-54, 2018

MOREIRA, J. A. Novos cenários e modelos de aprendizagem construtivistas em plataformas digitais, In: MONTEIRO, A.; MOREIRA, J. A.; ALMEIDA, A. C. (Orgs.). **Educação Online: Pedagogia e Aprendizagem em Plataformas Digitais**. Santo Tirso: De Facto Editores, p. 29-46, 2012. MOREIRA, J. A.; MONTEIRO, A. M. Ensinar e aprender online com tecnologias digitais: abordagens teóricas e metodológicas. Porto: Porto Editora, 2012.

MOREIRA, José António Marques; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, n. 34, p. 351-364, 2020.

MOREIRA, Simone da Nóbrega Tomaz et al. Programa de Mentoria do Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Atividades Integrativas em Foco. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 4, 2020.

NORTH, Douglass C. Institutional change: a framework of analysis. In: **Social Rules**. Routledge, 2018. p. 189-201.

NUNES GIMENEZ, A. M. N.; SOUZA, G.; FELTRIN, R. B. Para além do ensino, da pesquisa e da extensão: iniciativas e respostas das universidades brasileiras para o enfrentamento da COVID-19. **R. Technol. Soc.**, Curitiba, v. 16, n. 43, p. 116-137, ed. esp. 2020.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Regions and innovation policy**. Paris, 2011.

OKOLI, Chitu. Critical realist considerations for literature reviews. **Available at SSRN 2700524**, 2015.

OLIVEIRA JR. Antônio. **A universidade como polo de desenvolvimento local/regional**. Caderno de Geografia 2014; 24:1-12

OLIVEIRA, Andrea; SILVA, Cláudio Jacinto da. I. 2 Ressignificando a Ação Comunitária em Universidade Comunitária Confessional, o Caso PUC-Rio. **Universidade como agente de inovação social e o caso Students 4 Change**, p. 25, 2019.

OLIVEIRA, Elane Conceição de. A importância dos rios para os povos da Amazônia. In: Anais do SICASA e ANPPAS Amazônia. Anais. UFAM/ANPPAS, 2016. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ivsicasa/33406-a-importancia-dos-rios-para-os-povos-da-amazonia/> Acesso em 28 jul 2023.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha informativa da COVID-19, Coronavírus**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em 12 out 2022. pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 27-39

PRATA-LINHARES, Martha Maria et al. Social distancing effects on the teaching systems and teacher education programmes in Brazil: reinventing without distorting teaching. **Journal of Education for Teaching**, v. 46, n. 4, p. 554-564, 2020.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, p. 13-29, 1992.

RAIMONDI, Gustavo Antonio; TOURINHO, Francis Solange Vieira. O Que Já Aprendemos?: Educação Médica, Vulnerabilidades e Responsabilidade Social em Tempo de Pandemia. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, supl. 1, e137, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022020000500802&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000500802&lng=en&nrm=iso) Acesso em 09 mai 2021.

REGO, Conceição. Universidades e Desenvolvimento Regional-as bases para a inovação competitiva. 2021.

REVISTA FÓRUM. Capes estuda novos congelamentos após corte de 70% para novas bolsas em junho. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/capes-estuda-novos-congelamentos-apos-cortes-de-70-para-novas-bolsas-em-junho/> Acesso em 23 de junho de 2019.

ROLIM, Cassio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional**. Juruá Editora, 2009.

ROSA, Chaiane de Medeiros et al. Os efeitos da pandemia da COVID-19 na permanência na educação superior: o cenário de uma universidade federal brasileira. **Revista iberoamericana de educación**, 2021.

RUDNICKA, Alicja R.; OWEN, Christopher G. An introduction to systematic reviews and meta-analyses in health care. **Ophthalmic and Physiological Optics**, v. 32, n. 3, p. 174-183, 2012.

SALVIANI, Dermeval. A filosofia da educação e o problema da Inovação em

SANTOS, Bruna Mascarenhas et al. Educação médica durante a pandemia da Covid-19: uma revisão de escopo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020.

SANTOS, R. N. R. **A Ciência em tempos de pandemia**. Revista Informação em Cultura, vol. 2, n. 2, 2020.

SAVIANI, Dermeval. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. **A crise da democracia brasileira. Uberlândia: Navegando Publicações**, v. 1, p. 215-232, 2017.

SCHIRMER, Janine; BALSANELLI, Alexandre Pazetto. Estratégias de enfrentamento durante a pandemia da COVID-19 em uma instituição de ensino superior de Enfermagem. **Acta Paul. Enferm.(Online)**, p. e-e, 2020.

SERRA, Itanna Vytoria Sousa et al. Ensino remoto na Pandemia de COVID-19: um olhar sob a perspectiva de Paulo Freire. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, 2022.

SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. Universidades e a “mão visível” do desenvolvimento regional. SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, AP. **Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva. Rio de Janeiro: Ideia D**, p. 31-52, 2018a.

SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. Universidades e Desenvolvimento Regional: as bases para a inovação competitiva. **Rio de Janeiro: Ideia D**, 2018b.

SES, Secretaria da Saúde. Parceria entre Lacen e UFT amplia capacidade de análise de exames para COVID-19. Palmas, 2021. Disponível em <https://www.to.gov.br/saude/noticias/parceria-entre-lacen-e-uft-amplia-capacidade-de-analise-de-exames-para-covid-19/73nb8s5g59rt> Acesso em 28 jul 2023.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas revista eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.

SILVA, Denise dos Santos Vasconcelos; DE SOUSA, Francisco Cavalcante. Direito à educação igualitária e (m) tempos de pandemia: desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 6, n. 4, p. 961-979, 2020.

SILVA, Lara Adrienne Garcia Paiano da; MERCÊS, Nen Nalú Alves das. Estudo de casos múltiplos aplicado na pesquisa de enfermagem: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 3, p. 1194-1197, 2018.

SILVEIRA, S. C. T. et al.. A pandemia da COVID-19 pelas lentes da logística humanitária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 749–759, mar. 2023.

SEMESP. SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa do Ensino Superior 2015** São Paulo: SEMESP, 2015. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/mapa-do-ensino-superior-2015/> Acesso em 28 out 2021.

SOARES, Ana Luiza Alfaya Gallego et al. Utilização de um serviço de monitoria virtual voltado para o ensino de epidemiologia na graduação médica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 39-58, 2003.

TAYLOR, James B. Introducing social innovation. **The journal of applied behavioral science**, v. 6, n. 1, p. 69-77, 1970.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação, 1ª edição, São Paulo, Atlas. 2011.

UFAM, UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Plano de Gestão de Riscos e Integridade da UFAM 2021-2023**. Manaus: UFAM, 2022. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/10\\_x6dt-8P4MWIIZMMc8OxFKWH-Qg8M4b/view](https://drive.google.com/file/d/10_x6dt-8P4MWIIZMMc8OxFKWH-Qg8M4b/view) Acesso em 10 fev 2023.

UFAM. **Painel de Riscos da UFAM. 2023**. Disponível em: <https://proplan.ufam.edu.br/index.php/gestao-de-riscos/monitoramento-riscos> Acesso em 10 fev 2023.

UFPA, Universidade Federal do Pará. A PROEX. 2021. Disponível em: <https://proex.ufpa.br/a-proex> Acesso em 18 jul 2023.

UFPA, Universidade Federal do Pará. **Relatório de gestão 2021**. Belém, 2022.

UFPA. **UFPA realiza exames preventivos para a saúde feminina**. Publicado em 13 de outubro de 2021. Universidade Federal do Pará. Disponível em <https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13065-ufpa-realiza-exames-preventivos-para-a-saude-feminina-durante-e-fora-do-outubro-rosa> Acesso em 05 mar 2023

UFPA. Universidade Federal do Pará. Plantão Psicológico retorna com o atendimento presencial na UFPA. Publicado em 10 jan 2022. Disponível em <https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13294-plantao-psicologico-retorna-com-o-atendimento-presencial-na-ufpa> Acesso em 20 dez 2022.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **UFPA acolhe e ampara mães universitárias em situação de risco social**. Publicado em 06 de maio de 2022. Disponível em <https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13608-ufpa-acolhe-e-ampara-maes-universitarias-em-situacao-de-risco-social> Acesso em 20 fev 2023.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **UFPA lança o Cadastro Geral de Assistência Estudantil**. Publicado em 04 mar 2022. Disponível em

<https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13444-ufpa-lanca-o-cadastro-geral-de-assistencia-estudantil> Acesso em 28 nov 2022.

UFRR, Universidade Federal de Roraima. Relatório da gestão 2020. Boa Vista, 2022.

UFRR, Universidade Federal de Roraima. Relatório da gestão 2021. Boa Vista, 2022.

UFRR. **Coordenação de Capacitação prorroga inscrições para três cursos online sem tutoria.** Publicado em 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://ufrr.br/ultimas-noticias/6548-coordenacao-de-capacitacao-prorroga-inscricoes-para-tres-cursos-online-sem-tutoria> Acesso em 06 de dezembro de 2022.

UFRR. Universidade Federal de Roraima. **CEPE aprova proposta de Ensino Remoto Emergencial na UFRR.** Publicado em 05 de agosto de 2020. Disponível em <https://ufrr.br/ultimas-noticias/6471-cepe-aprova-proposta-de-ensino-remoto-emergencial-na-ufrr> Acesso em 11 dez 2022.

UFT, Universidade Federal do Tocantins. **Para além da educação e pesquisa: conheça a extensão universitária.** Especial UFT 20 anos. 07 de abril de 2023. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/32329-para-alem-da-educacao-e-pesquisa-conheca-a-extensao-universitaria> Acesso em 07 ago 2023.

UFT, Universidade Federal do Tocantins. **Relatório de gestão 2021.** Palmas, 2022.

UNIR, Universidade Federal de Rondônia. **Relatório de gestão 2021.** Porto Velho, 2022.

UOL, Portal de Notícias. Toda e qualquer vacina está descartada, diz Bolsonaro. 2020. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/10/21/bolsonaro-cancela-acordo-por-coronavac-nao-abro-mao-da-minha-autoridade.htm?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social-media&utm\\_campaign=noticias&utm\\_content=geral&fbclid=IwAR0ZvwyhP5Nce6dFzPAbWNk05JSszGMidFgB49EUxIngdlH7ujZMO0qfYGU](https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/10/21/bolsonaro-cancela-acordo-por-coronavac-nao-abro-mao-da-minha-autoridade.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral&fbclid=IwAR0ZvwyhP5Nce6dFzPAbWNk05JSszGMidFgB49EUxIngdlH7ujZMO0qfYGU) . Acesso em: 01 ago 2023.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VERDÉLIO, A. Primeira morte por Covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março. *Agência Brasil*, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-porcovid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco> Acesso em 28 jul 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.  
WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Deaths by COVID-19. Available from:  
<https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=tradutor> Acesso em 25 jan 2021.

WWF, World Wildlife Found. **Por dentro da floresta amazônica. 2023. Disponível em**  
[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/amazonia1/bioma\\_amazonia/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/)  
Acesso em 26 jul 2023.

XIMENES, Salomão Barros et al . REAFIRMAR A DEFESA DO SISTEMA DE CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO. **Educ. Soc.**,  
Campinas, v. 40, e0230375, 2019. Disponível em  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302019000100100&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100100&lng=en&nrm=iso) Acesso em 17 abr 2021.

YIN RK. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman; 2015.

ZANETTE, M. S.. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, n. 65, p. 149–166, jul. 2017.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira; SECCO, Márcio. Educação e direitos humanos.



## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

(Res. N.º. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde)

“O TCLE respeita a pessoa e sua autonomia, permitindo ao indivíduo decidir se quer e como quer contribuir para a pesquisa” (BRASIL, 2012).

Prezado(a) Senhor(a)

Os pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins, abaixo identificados, solicitam sua colaboração no sentido de que o (a) senhor(a) faça parte da pesquisa que será desenvolvida sobre a minha supervisão como pesquisador responsável. Junto com este convite para a sua participação voluntária estão explicados a seguir todos os detalhes sobre o trabalho que será desenvolvido para que o (a) senhor(a) entenda sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

**Título: EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL: OS DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

**Pesquisador responsável:** Jeann Bruno Ferreira da Silva

**Objetivo do estudo é:** Averiguar como universidades públicas da Região Norte do Brasil atuaram frente aos desafios vivenciados durante a pandemia da COVID-19.

**O estudo se justifica devido:** as universidades públicas do Brasil terem suas atividades presenciais suspensas/interrompidas assim que a OMS decretou estado de pandemia, bem como esta paralisação ter afetado diretamente a comunidade acadêmica (docentes e discentes), aos quais não estiveram preparados para a reinvenção da educação superior. Exclusivamente, a região norte do Brasil por ter sofrido diretamente os impactos da pandemia na população.

**Esse estudo iniciará:** outubro de 2021 a partir da aprovação pelo CEP e terminará em julho do ano de 2022;

**O estudo será realizado da seguinte maneira:** a pesquisa ocorrerá via formulário eletrônico através do *Google Docs* com o convite para participação na pesquisa, Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido e instrumentos de pesquisa que serão enviados através do endereço eletrônico (e-mail) para cada gestor.

Após o aceite da pesquisa o participante receberá o TCLE e posterior a assinatura será realizada a aplicação dos questionários: um sociodemográfico e outro semiestruturado.

Os possíveis **riscos** e desconfortos que a pesquisa poderá trazer ao(a) senhor(a) são **mínimos** tendo em vista que o questionário propõe uma descrição acerca dos efeitos da pandemia em suas respectivas universidades. As medidas para minimizar tais riscos se darão por meio do sigilo de identidade que resguardará a identificação dos participantes.

Os **benefícios**: acredita-se que com a devolutiva do estudo e respectivas conclusões, cada gestor poderá utilizar o estudo como esteio para que auxilie nas tomadas de decisão em prol das universidades, podendo reproduzi-lo entre sua equipe, servindo de instrumento que auxilie na gestão, especificamente voltado para a gestão de crises. Também poderão ser desenvolvidos programas e/ou políticas institucionais voltados para o gerenciamento de crises, bem como elaboração de manuais e e-books que retratem a inovação, a reinvenção e a reconstrução do processo de ensino-aprendizagem, ressaltando a relevância da universidade para o desenvolvimento regional.

Enquanto durar a pesquisa, e sempre que necessário, o(a) senhor(a) será esclarecido(a) sobre cada uma das etapas do estudo telefonando ou nos procurando a qualquer momento durante as 24 horas do dia nos telefones e/ou endereços abaixo descritos, onde nós estaremos disponíveis para quaisquer esclarecimentos. O (a) senhor(a) é absolutamente livre para, a qualquer momento, desistir de participar, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

Fica claro que as informações conseguidas através da sua participação nesta pesquisa poderão contribuir para elaboração de um artigo científico. Nós, pesquisadores, garantimos sua total privacidade, não sendo exposto os seus dados pessoais e/ou sua família (nome, endereço e telefone).

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT através do endereço Prédio do Almoxarifado, Câmpus de Palmas, Centro, Gurupi-TO. CEP 77403-090. E-mail: cep\_uft@uft.edu.br, fone: (63) 3229-4023, de segunda à quinta-feira em horário comercial (exceto feriados).

Assumimos o compromisso de trazer-lhe os resultados obtidos na pesquisa assim que o estudo for concluído e aproveitamos para informar que a sua participação na mesma é totalmente voluntária não havendo qualquer previsão de indenização ou ressarcimento de

despesas, que correrão sob nossa responsabilidade. Esperando tê-lo informado de forma clara, rubricamos todas as páginas do presente documentos que foi elaborado em duas vias, sendo uma delas destinada ao (a) senhor(a).

Palmas-TO, \_\_\_\_ de julho de 2021.

---

**Pesquisador Responsável: Me. Jeann Bruno Ferreira da Silva**

Endereço: Avenida 01, Quadra 19, Lote 03, Jardim Tocantins, Gurupi-TO.

Contato: (63) 98447-0098. E-mail: [jbpsicologia@live.com](mailto:jbpsicologia@live.com)

---

**Pesquisador Colaborador: Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva**

Endereço: Av: NS 15 ALC NO 14, Prédio do PPGDR, Palmas-TO.

Contato: E-mail: [monicars@mail.uft.edu.br](mailto:monicars@mail.uft.edu.br)

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO**

Declaro que fui informado (a) dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e que compreendi perfeitamente tudo o que me foi informado e esclarecido sobre a minha participação na pesquisa. Estando de posse de minha capacidade psíquica e legal, aceito participar do estudo de forma voluntária sem ter sido forçado e/ou obrigado e sem receber pagamento em qualquer espécie de moeda.

Assim, assino este documento em duas vias com todas as páginas por mim rubricadas.

Palmas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

.....

Nome Completo e RG do voluntário da pesquisa

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO**

Prezado(a) Gestor(a) \_\_\_\_\_

Universidade: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

*Primeiramente, agradeço sua disponibilidade em participar desta pesquisa. Esta entrevista é parte da minha pesquisa de doutorado em Desenvolvimento Regional pela UFT, cujo objetivo está em averiguar quais as principais dificuldades e limitações de universidades públicas da Região Norte do Brasil inerente à oferta do ensino remoto emergencial durante a pandemia da COVID-19.*

Assim, esta entrevista se desdobrará nas perguntas a seguir:

1. As aulas teóricas, práticas e estágios da universidade em que você é gestor foram suspensas por quanto tempo?
2. Houve dificuldades e/ou limitações para implantar o ensino remoto na sua universidade?
3. Se sim, quais foram as principais dificuldades e limitações para implantar o ensino remoto na sua universidade?
4. Quanto as aulas práticas e estágios, quais foram as alternativas utilizadas?
5. Os docentes receberam treinamento para a utilização destas ferramentas?
6. Quais as medidas adotadas para que as atividades administrativas continuassem ocorrendo?
7. A universidade em que você é gestor ajudou a comunidade interna e externa no enfrentamento à COVID-19?

8. Se sim, como a universidade em que você é gestor ajudou a comunidade interna e externa no enfrentamento à COVID-19?
9. A sociedade foi afetada com as mudanças em que a universidade teve de realizar?
10. Se sim, de que maneira a sociedade foi afetada com as mudanças em que a universidade teve de realizar?
11. Outros segmentos sociais da região foram afetados com a suspensão das aulas presenciais da universidade? Se sim, quais segmentos?
12. De que maneira os outros segmentos sociais da região foram afetados com a suspensão das aulas presenciais da universidade?
13. Qual é a sua percepção sobre o ensino remoto emergencial implementado na sua universidade durante a pandemia?
14. Gostaria de acrescentar algo à entrevista?

Agradecemos sua participação e colaboração à pesquisa. Logo que o estudo for concluído, o(a) Sr(a) será informado(a) e receberá um feedback do pesquisador.

Palmas, \_\_\_\_\_ de 2022.

Atenciosamente,



---

Jeann Bruno Ferreira da Silva  
(Pesquisador Responsável)



---

Dra. Mônica Aparecida da Rocha Silva  
Professora Orientadora